



SENADO FEDERAL  
Diretoria-Geral

# RELATÓRIO ADMINISTRATIVO

---

## 2011-2012

---

Brasília, janeiro de 2013

RELATÓRIO ADMINISTRATIVO

DIRETORIA-GERAL

ORGANIZAÇÃO TÉCNICA

DIRETORIA-GERAL

Doris Marize Romariz Peixoto

DIRETORIA-GERAL ADJUNTA

Rosa Maria Gonçalves Vasconcelos

Walter Ribeiro Valente Júnior

DIRETORIA-GERAL – ASSESSORIA TÉCNICA

Maria Clara Estevam Pereira

DIRETORIA-GERAL – NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO INTERNA

Ana Lúcia Romero Novelli

Helena Ines Rodrigues Fortes

Clara Caroline Vieira de Araújo

Ricardo Icassati Hermano

DIRETORIA-GERAL – ESCRITÓRIO CORPORATIVO DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Carlos Eduardo Lopes Neves

Marcelo Silva Cunha

Gabriela Agostinho Borges

Robson Aurelio Neri

Karla Kalume Reis

SUBSECRETARIA DE PROJETOS ESPECIAIS – Projeto Gráfico e Direção de Arte

Anna Carolina de C. Moraes

Maria Teresa Firmino Prado Mauro Fröner

Guilherme Vargas Garcia

Paulo Ricardo dos Santos Meira

Lucas Tibúrcio Duarte

Renata Silva Oliveira

Luis Henrique Zucatti

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES – Formatação, Revisão e Impressão

Ana Maria Farias

Marco Aurélio Couto

Aurilio Jonhson Alves de Ribeiro

Marcus Victor do Espírito Santo

Bárbara Aguiar Lopes

Maria Suely Dantas Bueno

Cândida do Amaral Almeida

Maria Tavares Maciel

Cleudson Michel Araújo Rodrigues

Neurecy Braz Barros

Dagmar Paraguassu Bastos

Paulo César Martins da Silva

Fabiana Maria dos Santos

Raul Rodrigues Grilo

Fernando Luiz Varela

Rodrigo César de Melo Barbosa

Jackson Ferreira Barbosa

Sebastião da Silva Azevedo

João Batista Ribeiro

Sheila Santos Veras

Kátia Cristina Priess Dias

Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Diretoria-Geral.

Relatório administrativo : 2011-2012 / Senado Federal, Diretoria-Geral. -- Brasília  
: Senado Federal, Secretaria Especial de Editorações e Publicações, 2013.

168 p.

1. Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal, Diretoria-Geral, relatório. I. Título.

CDDir 341.2533

# Apresentação da Primeira-Secretaria

Administrar esta Casa significa abraçar a complexidade em várias dimensões. O Senado Federal é um monumento arquitetônico e uma instituição de proporções significativas. Aproximadamente 11 mil pessoas circulam diariamente em nossas instalações; 15.600 pessoas nos visitam mensalmente; recebemos 29 mil convidados nos 308 eventos protocolares realizados nos últimos dois anos.

Como ambiente público, o Senado é sensível não só aos fatos do espaço político, mas também responde às legítimas demandas da sociedade brasileira. Essa premissa democrática norteou nossa gestão.

Sob a liderança do Presidente José Sarney, nos últimos dois anos, buscamos a otimização dos serviços prestados. A transparência, a modernização, a racionalização administrativa e a descentralização do modelo decisório foram os pilares desta legislatura. Economizar recursos e aumentar a qualidade dos gastos foi o nosso lema.

Apenas com a decisão de reduzir o pagamento de horas extras, conseguimos economizar R\$35 milhões, uma diferença que atingiu o percentual de 83% ao compararmos os gastos de 2010 com os gastos de 2012. A economia atingiu diversas áreas, como a redução de 63% no número de documentos na área de recursos humanos protocolados em 2012, comparado a 2011; a economia anual de R\$1,8 milhões com a migração das publicações oficiais impressas para meio digital; e a arrecadação de R\$2,7 milhões com os quatro leilões realizados. Outra política de gestão acertada foi a locação de impressoras, que nos possibilitou a redução de 53% no custo total.

Após a renegociação dos contratos de telefonia, conseguimos reduzir o custo em 59%. A partir da nova política de gestão da frota, obtivemos economia de 69% no consumo de combustíveis e redução de 28% nos contratos de locação de veículos.

Em relação à divulgação da vida administrativa da Casa, 91% das informações solicitadas pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 2011) estão disponíveis no Portal da Transparência e no Portal do Senado Federal.

Nossa missão, tão árdua quanto gratificante, foi cumprida da melhor maneira que visualizamos ser possível, com a inteligência e o esforço de um quadro funcional preparado para enfrentar os desafios presentes, deixando prontas as bases do futuro. Esse quadro foi reforçado com a posse de 295 novos servidores aprovados em concurso público que teve 158 mil inscritos, realizado nas 27 Unidades da Federação.

A compreensão e o apoio dos demais senadores foram fundamentais para a obtenção desses resultados. Muito foi feito. Muito ainda há para fazer. O trabalho de administrar o Senado Federal é contínuo, diuturno, dedicado, abrangente e gratificante. A sociedade brasileira não espera e não merece de nós menos que isso.

*Senador Cícero Lucena*

Primeiro-Secretário do Senado Federal



# Apresentação da Diretoria-Geral

Ser Diretora-Geral do Senado foi o maior desafio enfrentado em minha vida profissional. Uma empreitada fascinante, na qual tive de exercitar prudentes e, ao mesmo tempo, firmes habilidades gerenciais.

Quem dirige o Senado é constantemente lembrado de que esta é a Casa da Federação, composta por parlamentares eleitos por milhões de votos, e um espaço político de exercício democrático, onde são decididas questões cruciais para a vida do cidadão brasileiro. Certamente, é uma das instituições mais observadas da República. Administrar esta Casa significa, em qualquer época, conjugar urgências com ações estruturantes.

Desde o momento em que assumi o cargo, abracei alguns referenciais. Dediquei meu esforço para realizar uma administração transparente, guiada por princípios éticos e que apresentasse resultados mensuráveis. Nossa equipe trabalhou para que o dinheiro público fosse bem empregado. Estabelecemos regras de economia e seguimos rigidamente as normas de contratação de serviços e aquisição de equipamentos.

Houve grande empenho para implantar um clima organizacional favorável ao trabalho, em que as lideranças gerenciais exercitassem suas habilidades e os servidores produzissem com motivação, em alinhamento com as expectativas dos senadores e da própria sociedade.

Buscamos promover ações para que os servidores voltassem a ter orgulho de trabalhar no Senado. Investimos nas pessoas. A atualização em novos conhecimentos e técnicas do quadro de pessoal do Senado foi uma de nossas bandeiras. Trabalhamos para que se realizasse o concurso de 2012. Hoje, temos um corpo de servidores renovado, apto a realizar as atribuições que lhe são delegadas pelos senadores e aguardadas pela sociedade, cada vez mais exigente e zelosa da ética, da moralidade e da democracia.

Sempre procuramos nos comunicar com a Comissão Diretora, com os senadores, com os servidores e com a sociedade. Aperfeiçoamos o Portal da Transparência, priorizamos projetos que proporcionaram maior interatividade com o cidadão. Reformulamos a intranet do Senado Federal, num esforço de comunicação unificada e interativa com os servidores.

Avançamos na gestão profissional, com planejamento, com resultados e, principalmente, de maneira compartilhada. O Senado hoje possui os requisitos para consolidar uma administração moderna. Esse movimento de mudança, que temos orgulho de ter iniciado, já gera efeitos que não podemos ignorar e dos quais, tampouco, podemos escapar.

Procuramos implantar uma gestão com respeito às diferenças. Tivemos sempre presente a ideia de que, considerando nossas especificidades de Casa Legislativa, deveríamos trabalhar com visão de futuro.

O relatório de gestão descreve as iniciativas realizadas por esta administração nos últimos dois anos, destacando o apoio e a determinação que sempre tivemos do Primeiro-Secretário, Senador Cícero Lucena, para que os avanços fossem obtidos. Agradeço ao Presidente, Senador José Sarney, por acreditar no nosso trabalho.

Tenho a consciência e a alegria do dever cumprido. Meu reconhecimento ao trabalho dos Diretores-Gerais Adjuntos, Rosa Maria G. Vasconcelos e Walter R. Valente Júnior, pessoas que acreditaram no projeto e dedicaram tempo, energia e competência para seu êxito. Não fizemos tudo, mas, com responsabilidade, fomos além do possível. Agradeço, também, aos diretores e servidores, que trabalharam em prol da modernização da Casa.

Sinto-me honrada em constatar que fui a primeira mulher a exercer o cargo de Diretora-Geral do Senado. Busquei, principalmente, reconhecer e incentivar nossos talentos a serem coautores do nosso futuro, sem elidir das minhas responsabilidades e sem cometer excessos.

*Doris Marize Romariz Peixoto*

Diretora-Geral

# Sumário

	<i>Pág.</i>
O Senado em Números .....	9
Gestão e Governança .....	19
Gestão de Pessoas .....	41
Educação .....	57
Saúde .....	71
Informação e Documentação .....	79
Responsabilidade Socioambiental .....	91
Tecnologia .....	111
Infraestrutura .....	129
Orçamento, Custos, Aquisições e Contratos .....	141
Outros Projetos Iniciados .....	159



The image shows the cover of a report. The background is a blue-tinted photograph of the National Congress Building in Brasília, Brazil, showing its two prominent towers. The title 'O Senado em números' is written in white, bold, sans-serif font in the upper right corner, set against a dark blue circular graphic element.

# O Senado em números



# O Senado em Números

O Senado Federal, como organização complexa, deve articular interesses e metas diversificados. Esta seção apresenta os resultados numéricos dos setores da Casa durante o período de 2011 a 2012. Por meio desses dados, é possível averiguar o atendimento às expectativas da sociedade.

## Complexo arquitetônico

- » **15.600** pessoas visitam o complexo arquitetônico por mês;
- » **11 mil** pessoas, aproximadamente, circulam por dia no complexo;
- » **29 mil** convidados presentes aos 308 eventos protocolares realizados nos últimos dois anos.

## Economia com despesas de hora extra

- » **35 milhões** de economia, o que equivale a 83% a menos de gastos com horas extras em 2012 em relação a 2010;
- » **R\$1,1 milhão** de economia por mês.

## Redução de documentos protocolados

- » **63%** a menos no ano de 2012 na área de recursos humanos, em comparação com o mesmo período de 2011;
- » **37,5%** de processos a menos, em comparação a 2011, tramitaram na Diretoria-Geral, no ano de 2012.

## Economia com insumos gráficos

- » **R\$1.845.992,98** de economia, por ano, com a substituição das publicações oficiais impressas pelo meio eletrônico;
- » **R\$3.235.436,98** de economia em suprimentos das impressoras com a substituição destas por máquinas alugadas.

### Economia com a substituição de veículos

- » **R\$2.675.339**, o que significa **28,44%** de economia anual com a substituição da frota por veículos alugados.

### Economia com combustível para os veículos

- » **R\$1.490.828,87** a menos, o que equivale a uma economia de **68,07%** com a nova contratação.

### Economia com contrato de telefonia móvel

- » **R\$2.287.558,87** de economia, o que significa **59,13%** a menos de gastos com a assinatura dos novos contratos em 2012, em relação a 2011.

### Leilões

- » **R\$2.714.300** foi o total arrecadado com a realização de **4** leilões em 2012.

### Portal e-Cidadania

- » **20 mil** acessos mensais ao portal, em média.

### Portal do Orçamento

- » **100 mil** acessos mensais ao SIGA Brasil, em média.

### Portal do Senado

- » Cerca de **50 milhões** de visitas em dois anos;
- » Média de **2 milhões** de acessos mensais ao Portal;
- » **64.285** visitas pelo aplicativo para celular;
- » **13.763** visitas pelo aplicativo para *tablet*;
- » Mais de **18 mil** matérias publicadas.

## Lei de Acesso à Informação

- » **664** pedidos recebidos e atendidos;
- » **91%** das informações solicitadas estão disponíveis no Portal da Transparência e no Portal do Senado Federal;
- » **60 mil** acessos mensais ao Portal da Transparência, em média;
- » **94,28%** dos pedidos foram atendidos no prazo de 20 dias;
- » **5,72%** dos pedidos atendidos em 30 dias;
- » **65%** dos pedidos são sobre esclarecimentos da natureza administrativa da Casa, **21%** sobre os senadores e **14%** sobre assuntos legislativos.

## Programa Jovem Senador

- » **19 mil kits** de divulgação enviados para escolas de todo o Brasil;
- » **6 proposições** de jovens senadores tramitam como iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

## Alô Senado

- » **2.076.310** pedidos de envio de mensagens aos parlamentares;
- » **19** pesquisas de opinião realizadas com **22.361** participantes;
- » **11** pesquisas internas realizadas com **8.321** servidores e colaboradores;
- » **46** enquetes aplicadas.

## Digitalização do acervo audiovisual

- » **46 mil horas** de acervo – áudio e vídeo – com todas as sessões plenárias e reuniões de comissões, desde a inauguração da TV Senado;
- » **40.000** fotografias digitalizadas;
- » **1.337** reuniões das comissões – totalizando mais de **2.633 horas**;
- » **507** eventos – totalizando mais de **810 horas**;
- » **372** sessões do plenário, totalizando **1.506 horas**.

## Arquivo do Senado

- » **3.493** pesquisas;
- » **1.430** alunos e **105** professores atendidos no Projeto de Difusão Cultural do Acervo Arquivístico do Senado Federal;
- » **1.177.191** páginas digitalizadas dos documentos do acervo permanente, em dois anos.

## TV Senado

- » Transmissão de **450** sessões plenárias ao longo de dois anos;
- » **1.457** programas transmitidos em 2011 e 2012;
- » **1.757** sessões de Comissões Permanentes, Subcomissões, CPI e demais atividades legislativas transmitidas no primeiro biênio desta legislatura, totalizando **3.366** horas, **26** minutos e **40** segundos em 2012;
- » Em Brasília, a transmissão digital possui **4** programações simultâneas utilizando um único canal
- » Presentes em **7** capitais do Brasil e mais **8** parcerias locais com as assembleias legislativas e o Tribunal de Justiça do Paraná;
- » Sinal digital em **5** cidades brasileiras.

## Jornal do Senado

- » Mais de **2 milhões** de exemplares impressos;
- » Publicação de mais de **13 mil** matérias, **500** infográficos e **9 mil** fotografias;
- » **15** publicações em braile.

## Agência Senado

- » **5.898.107** visitas ao portal da Agência Senado;
- » **271.864** fotografias produzidas e disponibilizadas no acervo fotográfico;
- » **21.252** pessoas curtiram a página da Agência Senado no Facebook;
- » **47.966** seguidores no Twitter.

## Rádio Senado

- » **7 prêmios** entre 2011 e 2012;
- » Em 2012, a Rádio Senado completou **15 anos**;
- » **Um milhão** de visualizações ao *site* da Rádio por ano, em média;
- » **70** áudios diários são inseridos no *site* da rádio em formato MP3, que totalizam mais de **13 mil** arquivos de áudio anuais com notícias e programas;
- » **150%** de aumento na capacidade de acessos simultâneos à TV e à Rádio Senado na internet.

## Concurso Público

- » **2012:**
  - » **295** servidores empossados;
  - » Custo **ZERO** para o orçamento do Senado Federal.
  - » Provas aplicadas nos **26** estados da Federação e no Distrito Federal;
  - » **158 mil** inscritos em todo o País;
  - » Convocação, em 2011, de **77** servidores egressos do concurso público realizado em 2008.»

## Aposentadorias

- » Em 2009, foram **99** aposentadorias. Em 2010, mais **171** pessoas se aposentaram;
- » Em 2011, o número de servidores aposentados cresceu para **367** e, em 2012, foram **190**.

## Serviço Médico

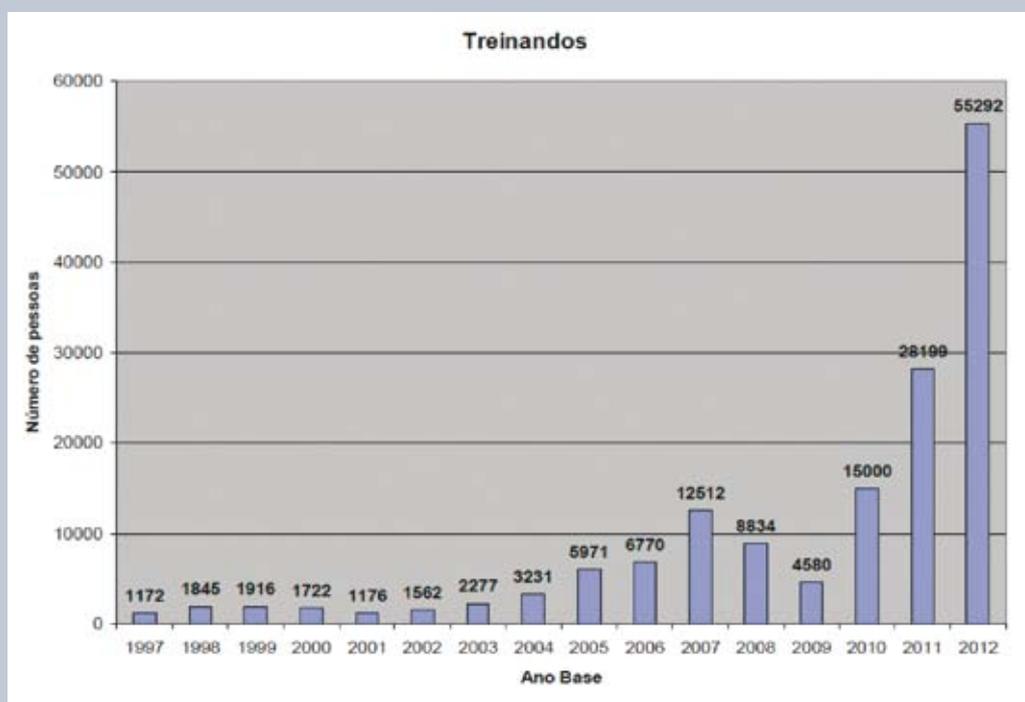
- » **72.292** atendimentos;
- » **26** atividades de promoção da saúde.

## Seminários e palestras

- » **25** palestras e seminários realizados ao longo dos dois últimos anos.

## Instituto Legislativo Brasileiro

- » **83.491** profissionais capacitados nos cursos nas modalidades a distância e presencial, em dois anos, pelo Programa Permanente de Educação, Desenvolvimento e Treinamento de Pessoal, número **426%** maior que o número de capacitados no biênio 2009-2010;



- » **4.050** alunos matriculados nos cursos presenciais;
- » **701** servidores treinados em cursos externos e internos;
- » **3.570** servidores matriculados nos cursos a distância;
- » Mais de **300.000** alunos matriculados nos cursos a distância em mais de **1.600** municípios das **27** unidades da Federação e de **32** países estrangeiros;
- » Participação de **1.098** alunos de **32** países estrangeiros.

## Biblioteca

- » **275.871** usuários circularam pelas instalações da Biblioteca;
- » **111.207** atendimentos a usuários internos e externos, no total;
- » **1.835** novos títulos incluídos;
- » **4.064** livros catalogados, classificados e indexados;
- » **17.613** livros higienizados;
- » **106.829** pesquisas bibliográficas e consultas ao acervo.

## Biblioteca digital

- » **2.788.582** acessos a pesquisas diretas a mais de **226.507** arquivos;
- » **440.115** documentos novos foram incluídos;
- » **8.695** atendimentos à sala de acessibilidade digital.

## Engenharia

- » **319** projetos, **50** obras realizadas, **18** em obras em andamento;
- » **5.000** ordens de serviço de manutenção, reparo, alteração ou confecção de mobiliário recebidas.

## Livros vendidos

- » **62.761** exemplares comercializados nos pontos de venda, na livraria virtual e nas Feiras do Livro;
- » Participação em **21** Feiras do Livro em todo o território nacional, entre 2011 e 2012.

## Interlegis

- » Realização de diagnóstico do Projeto de Modernização do Legislativo em **280** Câmaras Municipais;
- » **8.482** servidores do Poder Legislativo capacitados na modalidade à distância;
- » **1.577** servidores do Poder Legislativo capacitados na modalidade presencial;
- » Implantação e hospedagem de **233** Portais Modelo de Internet para as Casas Legislativas brasileiras;
- » Revisão dos marcos jurídicos de **96** Câmaras Municipais;
- » Operacionalização de **996** horas de videoconferência, com transmissão também por videostreaming.



# Gestão e Governança



O Senado Federal tem muita importância  
no processo de mediação política entre Estados  
e União



# Gestão e Governança

No Senado Federal, a modernização administrativa ocorre por meio das ações de Gestão e Governança, com foco em garantir mais racionalidade nos processos e a descentralização do modelo decisório. Desde o início da gestão 2011-2012, a Diretoria-Geral buscou estabelecer novos marcos para a gestão na Casa. Assim, implantaram-se o ProResultados e diversas ações que culminaram na definição do Sistema de Governança e Gestão Estratégica do Senado Federal e estruturação do Escritório de Governança. Este foi escolhido como a área responsável pela elaboração de estudos de racionalização de trabalho, sinergia e melhoria na distribuição dos recursos administrativos. Várias mudanças já estão em andamento, alinhadas aos programas de produtividade com base na eficiência e na qualidade dos processos de trabalho, considerando os custos e a transparência na gestão pública.

A modernização consiste em corrigir disfunções burocráticas da instituição e buscando o aprimoramento para atingir os maiores níveis de eficiência. Ao mesmo tempo, espera-se a uniformização dos procedimentos de trabalho e o aumento dos ganhos em coordenação de esforços, reduzindo o retrabalho e integrando as unidades administrativas com o mesmo papel.

## Ações do Senado Federal

### ProResultados

Ao assumir a Diretoria-Geral, a atual gestão identificou que ajustes deveriam ser implementados na administração da Casa, com a finalidade de modernizar a gestão, reduzir custos e melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade brasileira, aos Senadores e ao público interno. Foram direcionados em três objetivos, a serem considerados pelas unidades administrativas:

- coordenar as atividades de modo integrado
- considerar o futuro para:
  - » prepararem-se para o inevitável;
  - » terem opções frente ao indesejável;
  - » controlarem o controlável.
- racionalidade, por meio da adoção de procedimentos formalizados, padronizados e sistemáticos.

Por meio do Ato da Comissão Diretora nº 1, de março de 2011, foi criado o Programa de Gestão por Resultados – ProResultados –, com o objetivo de analisar as atribuições e processos desenvolvidos em cada unidade, de modo a permitir que a Alta Administração pudesse identificar de forma sistêmica e integrada a existência de omissões, sobreposições e necessidades relativas aos recursos humanos, financeiros, físicos e materiais, com vistas a criar uma nova cultura voltada para a especificação de resultados e atingir a estrutura adequada para tanto. Tal análise possibilitaria, ainda, organizar uma política de capacitação dos servidores, a fim de atender aos objetivos da instituição.

Outro passo importante foi colocar à disposição dos servidores o "Ideias em Ação", um espaço na intranet por meio do qual todos podem oferecer sugestões para melhorar o ambiente de trabalho e aperfeiçoar a eficiência dos procedimentos. O "Ideias em Ação" facilita o intercâmbio de ideias e projetos entre servidores e administração, como mecanismo de gestão participativa.

## Sistema de Governança e Gestão

Para ampliar o modelo de gestão do Senado Federal, de modo a colocá-lo no mesmo nível de outros entes do setor público brasileiro que já adotavam o sistema gestão pública de excelência (GesPublica), o ProResultados se desdobrou no Sistema de Governança e Gestão Estratégica do Senado Federal, a partir do Ato do Primeiro-Secretário nº 16, de 2011. Por esse sistema, os esforços se concentram em adaptar modelos e práticas de Governança Corporativa e Gestão Estratégica, como medida de desenvolvimento institucional, e também em atendimento à demanda da sociedade por mecanismos cada vez mais eficazes de governança para zelar por seus interesses na gestão pública.

Dentre os principais mecanismos gerenciais estabelecidos estão:

- O Modelo de Gestão do Senado Federal.
- A Agenda Estratégica da Administração do Senado Federal.
- O Sistema de Governança Corporativa e Gestão Estratégica do Senado Federal.

### O Modelo de Gestão do Senado Federal

O modelo de gestão do Senado usou como base o GesPublica – Modelo de Excelência em Gestão Pública do Governo Federal. O GesPublica apresenta desenvolvida maturidade e reconhecimento nacional e internacional pela completeza e simplicidade de suas perspectivas de gestão (Critérios de Excelência), pelo modelo de aperfeiçoamento organizacional e pelos resultados alcançados.



### A Agenda Estratégica da Administração do Senado Federal

A Agenda Estratégica, aprovada pela Comissão Diretora na 14ª Reunião realizada em 20/12/2011, estabelece os desafios da administração, a estratégia para se vencer tais desafios e os objetivos estratégicos que devem ser

alcançados para se executar a estratégia definida. Pela primeira vez, o Senado Federal dispõe de um norte gerencial que abrange toda a sua estrutura administrativa e concebido de maneira compartilhada no âmbito do Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica.

O principal desafio estabelecido pela Agenda Estratégica é o aprimoramento significativo da agilidade, da qualidade e dos custos dos serviços prestados, além de profissionalizar a gestão.

A Agenda Estratégica foi mais um passo em direção ao amadurecimento do processo de planejamento estratégico corporativo. Ações de planejamento setorial ocorreram nas seguintes áreas: o Prodasen, Secretaria de Recursos Humanos, Secretaria Especial de Comunicação Social e a Consultoria Legislativa.



Dentre os pontos chave da Agenda Estratégica estão: a racionalidade nos processos de trabalho, a descentralização do modelo decisório, a cultura de resultados, a busca da excelência e a capacitação da força de trabalho.

A próxima etapa nessa dimensão de gestão, já iniciada, é o desdobramento da Agenda Estratégica em planos setoriais, ou seja, como cada setor da Casa pode contribuir para que os objetivos corporativos sejam alcançados.

## Estrutura do Sistema de Governança Corporativa e Gestão Estratégica

O passo seguinte à definição da Agenda Estratégica foi o estabelecimento da estrutura de apoio para sua execução. Para tanto, instituiu-se, por meio do Ato do Primeiro Secretário nº 16, de dezembro de 2011, o Sistema de Governança Corporativa e Gestão Estratégica como mecanismo de sustentação para o tratamento sistêmico e integrado da gestão do Senado Federal.

O Sistema de Governança Corporativa e Gestão Estratégica foi concebido com os seguintes componentes:

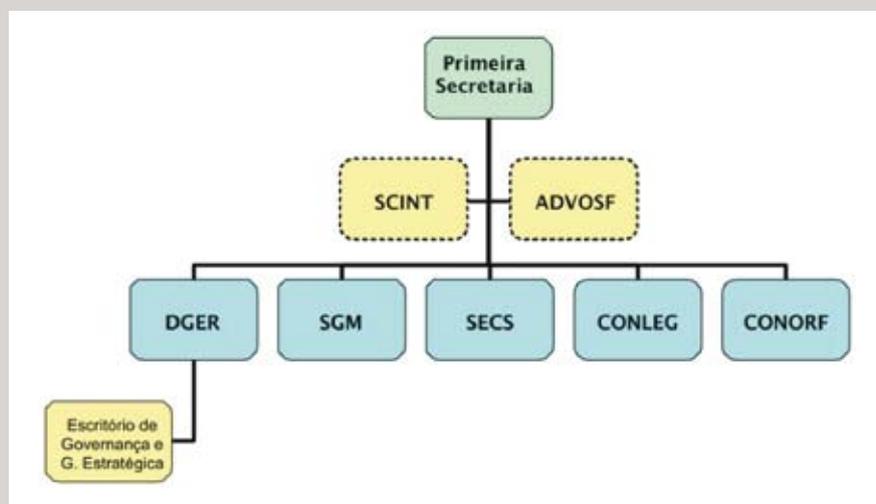
- Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica.
- Programa de Governança Corporativa e Gestão Estratégica.

- Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica.

A partir do Comitê de Governança, integrado pelos principais gestores da Casa, sob a presidência do Primeiro Secretário, criou-se o ambiente formal para decisões colegiadas em que se pode compartilhar a responsabilidade na condução administrativa do Senado Federal. O Comitê de Governança é o ambiente de discussão sobre o Senado que se quer no futuro e de definição do compromisso de todos com os processos de melhoria e de mudança. Assim, cada vez mais, os resultados de gestão do Senado passaram a ser reflexo de esforços coordenados entre as áreas, sinergicamente alinhadas.

### *O Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica*

O Comitê de Governança é composto pelos titulares da Primeira-Secretaria, da Diretoria-Geral, da Secretaria-Geral da Mesa, da Secretaria Especial de Comunicação Social, da Consultoria Legislativa, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, da Advocacia do Senado Federal, da Secretaria de Controle Interno, de representante dos Gabinetes de Senador. O titular da Secretaria Executiva, sem direito a voto, é o Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica.



Organograma do Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica

Dentre os principais objetivos do Comitê de Governança estão:

- apreciar e propor à Comissão Diretora o encaminhamento de questões administrativas de abrangência institucional do Senado Federal;
- analisar o desempenho organizacional do Senado Federal no âmbito técnico administrativo;
- estabelecer prioridades de projetos e investimentos e alocar recursos críticos da Casa.

Em 2012, o Comitê de Governança deliberou sobre temas como as diretrizes para a reforma administrativa e a concepção de políticas de gestão.

### *Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica*

A implementação do Escritório de Governança tem por objetivo sustentar a mudança de paradigmas na gestão do Senado. Subordinado à Diretoria Geral, é constituído por equipe técnica de sustentação ao sistema de governança e está se estruturando com gestores e especialistas para atuar no seguinte escopo temático:

## GOVERNANÇA



O modelo de atuação do Escritório prevê a formação de Grupos de Trabalho com a participação dos setores do Senado envolvidos em cada tema de cada projeto em execução. Como exemplo, para atuar no desenvolvimento corporativo da Segurança da Informação, o Escritório de Governança coordena equipe técnica composta por representantes, da Polícia do Senado, do Prodasen, da Secretaria da Informação Documentação, da Secretaria de Recursos Humanos, do Interlegis, da Secretaria Geral da Mesa, da Consultoria Legislativa e da Advocacia.

### *Programa de Governança Corporativa e Gestão Estratégica*

O Programa de Governança, estabelecido como o conjunto de ações necessárias para implementar, manter e aperfeiçoar o Sistema de Governança Corporativa e Gestão Estratégica, está organizado em subprogramas cujos principais resultados estão apresentados a seguir. Todas as áreas do Senado Federal participaram efetivamente nas ações aqui listadas, cabendo ao Escritório de Governança o papel de integração, coordenação e viabilização de resultados:

- Subprograma de Riscos Organizacionais
  - » Elaborou o modelo de Política de Segurança Corporativa. Atualmente, está em avaliação pelo Comitê de Governança.
- Subprograma de Segurança da Informação
  - » Elaborou o modelo de Política de Segurança da Informação. A proposta foi aprovada pelo Comitê de Governança e encaminhado à Comissão Diretora para posterior apreciação.

- Subprograma de Governança de Tecnologia da Informação
  - » Iniciou o projeto de aperfeiçoamento da infraestrutura de *data center* do Senado;
  - » Iniciou o projeto de criação de *data center* do Legislativo. O projeto envolve o Senado, a Câmara dos Deputados e o TCU;
  - » Coletou as informações no Senado Federal para a elaboração do Perfil de Governança de TI Ciclo 2012 – GovTI 2012 – desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
  - » Elaborou minuta do modelo de atuação do Comitê de Governança Corporativa de Tecnologia da Informação.
  
- Subprograma de Governança da Informação
  - » Coordenou a elaboração do modelo de Política da Informação que se encontra em avaliação pelo Comitê de Governança.
  
- Subprograma de Gestão da Estratégia, Projetos e Orçamento
  - » Atualizou o sistema informatizado com funções de gestão da estratégia e gestão de portfólio de projetos e iniciativas da Casa;
  - » Iniciou o projeto de desdobramento da estratégia com a alimentação de objetivos setoriais do Prodasen, da Secretaria de Engenharia, da Consultoria de Orçamentos e da Secretaria de Comunicação Social;
  - » Iniciou o projeto de gestão de portfólio com alimentação de projetos do Escritório de Governança, do Prodasen, da Secretaria de Engenharia, da Consultoria de Orçamentos e da Secretaria de Comunicação Social;
  - » Iniciou a definição de critérios de priorização de projetos organizacionais;
  - » Realizou a revisão do processo de elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2013, integrando diversos setores da Casa, consolidando e racionalizando novas demandas;
  - » Estabeleceu modelo de acompanhamento gerencial, criando maior transparência e desenvolvendo maior controle administrativo da execução orçamentária da Casa.
  
- Subprograma de Gestão Estratégica de Pessoas
  - » Realizou *benchmarking* em órgãos públicos para avaliação das tendências em gestão estratégica de pessoas com vistas a desenvolvimento do modelo do Senado Federal;
  - » Realizou curso "Alinhamento entre Estratégia-Processos-Pessoas" para 25 diretores e assessores de diretorias do Senado;
  - » Participou da elaboração do Projeto "Escola de Gestão", de acordo com a Política de Capacitação e Desenvolvimento dos servidores do Senado Federal, instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 10 de 2011;
  - » Participou da elaboração do Projeto de Resolução que regulamentou o Sistema de Avaliação e Gratificação de Desempenho do Senado Federal;
  - » Realizou palestras dirigidas aos servidores com o objetivo de difundir experiências e conhecimentos relacionados à governança corporativa no contexto do setor público: "Gestão de Mudanças no Setor Público" e "Cenários e Desafios para a Administração Pública".

- Subprograma de Gestão Corporativa de Processos Organizacionais
  - » Iniciou projeto de modelagem e otimização do processo de aquisições e contratações. Uma das entregas foi a revisão do Ato da Comissão Diretora nº 10, de junho de 2010, que trata de compras e aquisições.
- Subprograma de Gestão Corporativa da Responsabilidade Socioambiental
  - » Elaborou modelo de Política de Responsabilidade Socioambiental que foi encaminhado à Comissão Diretora para posterior apreciação.

## Descentralização Administrativa

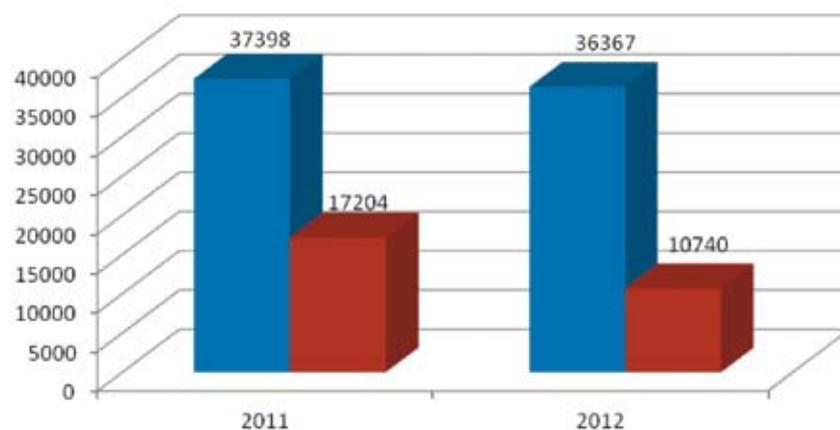
Os procedimentos de descentralização foram realizados com o objetivo de dar celeridade aos processos e às decisões administrativas. A descentralização do modelo decisório contribuiu significativamente para a redução em 63% do número de documentos protocolados no primeiro semestre de 2012 apenas na Secretaria de Recursos Humanos, em relação a 2011.

Decisões que passavam pela Diretoria-Geral foram delegadas a diretores, permitindo que, por exemplo, a Secretaria de Recursos Humanos, em parceria com a Secretaria Especial de Informática, adotasse medidas que geraram racionalização do tempo e dos gastos públicos, como a automação dos processos de licenças médicas e o processo eletrônico de movimentação do servidor.

Também são exemplos da descentralização: o Ato da Diretoria-Geral nº 1.175, de 2012, que delegou à Diretora da Secretaria de Recursos Humanos competência para dar posse aos nomeados para ocupar cargo de provimento efetivo ou de provimento em comissão do Quadro de Pessoal do Senado Federal; e o Ato da Diretoria-Geral nº 1.428, de 2012, que delegou ao Titular da Secretaria de Recursos Humanos outras competências, entre elas, a de assinar folhas de pagamento e a de autorizar a concessão de abono de permanência.

A descentralização administrativa foi responsável por reduzir significativamente a quantidade de processos protocolados para a Diretoria-Geral.

Quantidades de processos administrativos autuados no Senado e que tramitaram na DGER



- Quantidade de processos administrativos autuados no Senado Federal
- Quantidade de processos administrativos autuados no Senado Federal e que tramitaram na Diretoria Geral – DGER

## Racionalização dos procedimentos administrativos

Medidas com foco na racionalização do fluxo de trabalho e no uso da informatização nas rotinas mais frequentes foram tomadas com o objetivo de evitar a demora na execução dos procedimentos administrativos e a circulação lenta de documentos e informações. Essa racionalização de tarefas rotineiras teve como consequência o estabelecimento de formas de trabalho mais simples, econômicas e transparentes. Ou seja, aumento da eficiência e da eficácia na qualidade dos serviços prestados pelo Senado Federal.

### Economia

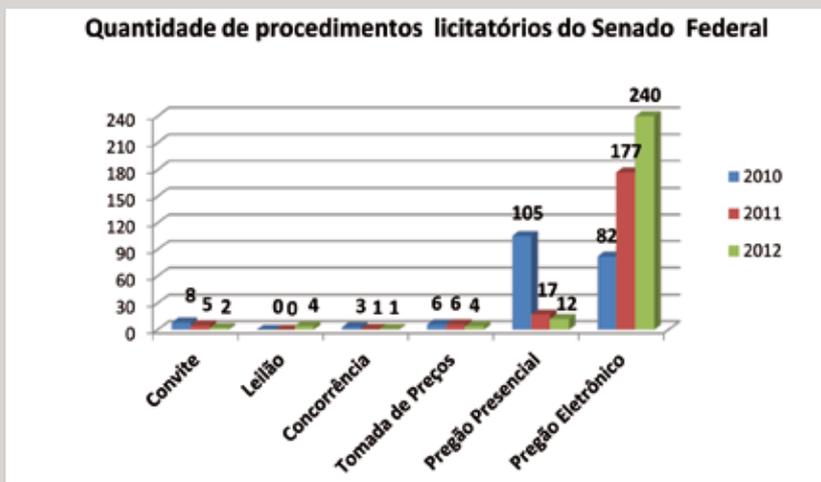
As ações promoveram a diminuição do desperdício, evitando que o excesso de burocracia de procedimentos em setores vitais do Senado prejudicasse o funcionamento de toda a administração. Para ilustrar, houve redução de 33% na impressão de papéis pela área de Recursos Humanos, além de 44% de economia na impressão de papéis pelo Arquivo.

Além disso, deu-se continuidade à unificação dos setores de recursos humanos, compras, financeiro, patrimônio, engenharia, serviços gerais e protocolo administrativo. Havia a ocorrência de estruturas paralelas e redundantes com a mesma função no Senado, no Prodasen e na SEEP. Esse procedimento de unificação resultou em maior economicidade e tratamento igualitário às questões análogas. A unificação formal permitiu a racionalização dos procedimentos e rotinas administrativas e possibilitou a padronização das interpretações normativas.

## Plano de Racionalização de Contratos de Prestação de Serviços e Revisão do Regulamento de Compras e Contratações

A agilidade obtida no processo de contratações, nos últimos anos, permitiu à administração a realização de maior número de licitações com planejamento e aproveitamento das condições de mercado, em atenção aos princípios da eficiência e da economicidade.

O Plano de Racionalização de Contratos e Serviços deu continuidade à implantação do Regulamento de Compras e Contratações, de 2010. Somado à adoção do pregão eletrônico, que se tornou modalidade preferencial de licitação, consolidou as normas e os procedimentos de contratações, garantindo transparência, eficiência e economicidade às contratações realizadas pelo Senado Federal.



Quantidade de procedimentos licitatórios do Senado Federal

A instituição do Plano de Racionalização de Contratos de Prestação de Serviços, de acordo com o Ato da Comissão Diretora nº 15, de 2011, foi realizada com o objetivo de deixar ainda mais ágeis os procedimentos para a contratação de serviços.

Os estudos empreendidos para a elaboração do Plano demandaram a análise crítica, pelos gestores e secretarias, dos contratos continuados de prestação de serviço, e foram determinantes para as melhorias implementadas em inúmeros projetos que resultaram nas economias relatadas neste relatório.

Também tiveram o escopo de agilizar os procedimentos para a contratação de serviços. A nova sistemática resultou em maior eficiência nessa importante atividade da área administrativa, da qual dependem a manutenção e a regularidade dos trabalhos.

As diretrizes fixadas pela Comissão Diretora, com foco estrito na racionalização da gestão, foram: a unificação de contratos de mesma natureza, sempre que possível; a definição dos índices de produtividade segundo as peculiaridades do Senado Federal; a descrição e quantificação dos postos de trabalho e os respectivos salários, admitida a variação de até 30% (trinta por cento) da média do mercado; entre outras medidas.

Hoje, está pronto o projeto de revisão do Regulamento de Compras e Contratações, aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 10, de 2010. Ele institucionaliza boas práticas de gestão de compras e contratações já em curso no Senado, como o uso de Acordos de Nível de Serviço e a revisão periódica de Atas de Registro de Preços.

Para avançar na racionalização dos contratos de prestação de serviços continuados, medidas complementares já estão em desenvolvimento:

1) planejamento de ações específicas de treinamento, implantadas ainda em 2012 – o curso de gestores de contratos e o *workshop* de elaboração de projetos básicos e termos de referência, objetivando propiciar o conhecimento técnico necessário ao exercício dessa função. Essa ação busca reduzir a disparidade na qualificação dos gestores de contratos e a ocorrência de possíveis posturas passivas de alguns gestores quanto ao acompanhamento da evolução técnica do serviço gerido, denotando a tendência natural à acomodação, quando se atinge o nível de conforto;

2) agregou-se à Comissão Permanente de Gestão de Contratos a função de uniformizadora dos procedimentos de gestão de contratos em que o item mão de obra represente o maior custo e, por conseguinte, a sua composição passou a representar unidades administrativas da Casa. O objetivo é uniformizar procedimentos e, na medida do possível, unificar a gestão, tornando-a mais "especializada";

3) no contexto da racionalização propriamente dita dos contratos de prestação de serviços continuados, o Escritório de Governança e Gestão Estratégica coordenará a elaboração e implantação de planos setoriais objetivando:

- migração, em até cinco anos, de todos os contratos de manutenção de infraestrutura, equipamentos e sistemas de engenharia para o modelo de contratação de serviços em sentido estrito, com fixação de planos de manutenção preventiva e corretiva, prefixação de preços de materiais e peças, metas, métricas e avaliações, com pagamento exclusivamente dos serviços efetivamente prestados;
- utilização do *outsourcing* para serviços de tecnologia da informação, mediante a avaliação comparativa de modelos possíveis, considerados os princípios da eficiência, economicidade e desconcentração de gestão;

- extinção, em até cinco anos, das contratações de postos terceirizados que conflitem com as atividades técnicas típicas de nível médio, ressalvadas as atividades exclusivamente operacionais;
- renovação anual das licitações para os serviços que utilizem tecnologia avançada, com grande competição no mercado, tal como os de telecomunicações, para privilegiar-se dos ganhos de eficiência das operadoras, mantendo-se, tanto quanto possível, as mesmas especificações e condições de habilitação. Na hipótese de o preço da licitação ser superior ao do contrato, há a possibilidade de manter-se o contrato, sob a justificativa da conveniência, oportunidade e economicidade;

4) revisão, pela Secretaria de Comunicação Social, da efetividade e da penetração dos diversos serviços de *clipping* contratados, para avaliação do custo e benefício, bem como do modelo de manutenção das antenas localizadas fora do DF, em parceria com Assembleias Legislativas e outros órgãos;

5) na elaboração de projetos de contratação de serviços contínuos, a secretaria deverá revelar as vantagens da contratação em relação ao desenvolvimento com recursos próprios, bem como apresentar os diversos modelos possíveis, com a análise comparada de custos e eficiência;

6) a elaboração, pela SADCON, de estudos técnicos específicos de salários médios de mercado nas áreas onde a contratação por postos de trabalho seja recomendável – conservação e limpeza, copeiragem, contínuos, apoio técnico-operacional, operação de máquinas gráficas, vigilância e segurança –, observando que os salários deverão situar-se entre 30% superior ao piso da categoria e a média da categoria, segundo método técnico uniforme de avaliação das médias do mercado;

7) permanente reavaliação dos serviços contratados quanto a métodos, práticas de mercado, custos e alternativas, objetivando sempre a prestação de serviço de melhor qualidade, maior eficiência e melhor relação entre custo e benefício;

8) na manutenção predial e sistemas de prevenção de danos, incêndio e pânico, deve-se estabelecer norma específica sobre o acesso a áreas restritas para as equipes de manutenção elétrica, hidráulica e sistemas de incêndio em dias e horário em que não houver expediente, tanto no caso de emergência como para manutenção programada, estabelecendo claramente as responsabilidades dos agentes envolvidos da engenharia, polícia e serviços gerais;

9) a Secretaria de Engenharia deve formular o Plano de Obras, com vistas à implementação de programas específicos de manutenção preventiva, atentando para o início do período chuvoso.

## **Nova Base de Dados de Normas Administrativas – NADM**

A base de dados NADM foi criada em meados da década de 80, com o intuito de “possibilitar a recuperação de todos os documentos do Senado Federal desde o ano de 1946”. Foi desenvolvida pela Subsecretaria de Administração de Pessoal, por meio do seu Serviço de Instrução Processual, Seção de Controle de Legislação e Jurisprudência. A execução ficou a cargo do Prodasen.

Em 2011, foi criado grupo de trabalho por meio da Portaria da Diretoria-Geral nº 16, destinado a propor procedimentos e mecanismos de compatibilização, racionalização e padronização do conteúdo e do fluxo dos documentos administrativos autuados no Protocolo Administrativo do Senado, dando início à modernização do NADM. Esse grupo fez um diagnóstico sobre a edição de atos oficiais administrativos do Senado.

Em seguida, a gestão e manutenção da base de dados NADM foi transferida para a Secretaria de Informação e Documentação (SIDOC) por intermédio do Ato da Diretoria-Geral nº 1.670, de 2012.

A SIDOC iniciou o processo de reestruturação da base de dados e de saneamento dos atos. Consta na base de dados, aproximadamente, 70 mil atos administrativos, sendo sua maioria atos de gestão de pessoal. A equipe NADM realizou a padronização de 2 mil atos até o presente momento. Os parâmetros utilizados para o processo de saneamento baseiam-se na autoridade emitente e na ordem decrescente por data de publicação.

A nova versão da base de dados NADM segue o Modelo de Requisitos de Gestão da Informação Jurídica, elaborado pelo Comitê Gestor de Informação do Portal LexML. A aderência aos requisitos permite organizar e controlar todos os atos administrativos normativos do Senado Federal e informar com precisão a vigência dos atos e dos seus dispositivos. Ademais, torna possível oferecer novos produtos: atos normativos compilados e glossário de termos utilizados nos atos administrativos normativos.

**NADM - Normas Administrativas do Senado Federal**

Pesquisa Ajuda

Texto:

Indexador:

Norma:

Número:  Ano:

Origem:

Data: De:  Até:  (dd/mm/aaaa)

Data de Vigência: De:  Até:  (dd/mm/aaaa)

**NOTAS:**  
Os atos normativos de gestão de pessoal (nomeação, exoneração, promoção, aposentadoria, reversão, concurso de pessoal, falecimento, entre outros), publicados entre 1º de janeiro de 2007 até o presente momento, devem ser pesquisados no Boletim Administrativo do Senado.

NADM  
E-mail: [nadm@senado.gov.br](mailto:nadm@senado.gov.br)

Tela de entrada do novo Portal do NADM

**NADM - Normas Administrativas do Senado Federal**

Pesquisa Ajuda

**ATC-16-2012 (ATO DA COMISSÃO DIRETORA)**

Origem: CODIR - COMISSÃO DIRETORA

Data da Norma: 14/11/2012

Data de Vigência: A partir de 21/12/2012

Ementa: Dispõe sobre a elaboração dos atos administrativos normativos e sobre a publicação dos atos administrativos em geral no âmbito do Senado Federal.

Observação

Código de Classificação Arquivística: 010.01 - NORMAS, REGULAMENTAÇÕES, DIRETRIZES, PROCEDIMENTOS, ESTUDOS E/OU DECISÕES DE CARÁTER GERAL

Vide: Revoga -> [ATC-9-2009](#)  
Ver também -> [ATC-13-2011](#), [ATA-10-2012](#)

Publicação	Fonte	Data	Seção	Página	Informações Adicionais
	Boletim Administrativo Eletrônico de Pessoal	21/11/2012	0	1	
	Diário do Senado Federal	01/12/2012	0	63218	

---

**ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 16, DE 2012**

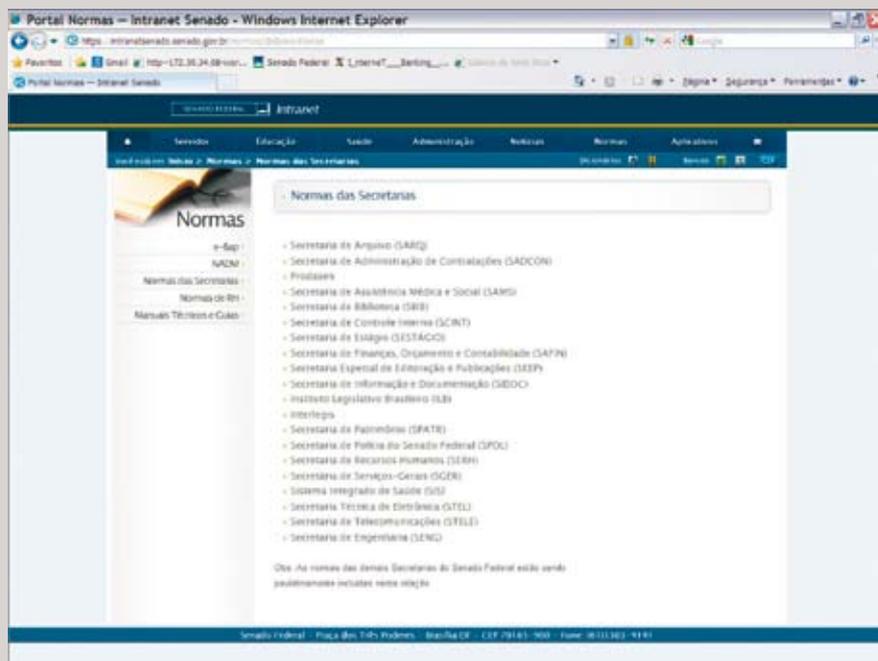
*Dispõe sobre a elaboração dos atos administrativos normativos e sobre a publicação dos atos administrativos em geral no âmbito do Senado Federal.*

**A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL**, no uso da competência que lhe foi conferida pelo inciso I do art. 98 do Regimento

Exemplo de ato já consolidado no novo NADM

## Coletânea de Normas Administrativas

A Secretaria de Informação e Documentação reuniu as normas administrativas vigentes básicas dos órgãos diretamente ligados à Diretoria-Geral. De acordo com a Portaria da Diretoria Geral nº 54, de 2011, cada órgão identificou a lista dos atos normativos pertinentes à sua área. Em seguida, o texto integral foi copiado da base de dados NADM. A lista dos atos normativos inicia-se sempre com o texto do Regulamento Administrativo do Senado Federal. A coletânea está disponível na intranet. Paulatinamente, a Secretaria está incluindo as normas administrativas relacionadas às demais unidades do Senado Federal.



Tela de entrada da Coletânea de Normas Administrativas por órgão

## Nova sistemática de publicação de atos administrativos: Boletim Administrativo do Senado Federal – BASF

O Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2012, estabeleceu as normas de publicação do Boletim Administrativo do Senado Federal (BASF), criando duas seções para o documento, ampliando ainda mais a transparência. A seção I apresenta a publicação de atos administrativos de caráter individual, e está disponível na intranet do Senado. A seção II traz a publicação de atos administrativos normativos, de caráter geral, e está disponível na internet e na intranet do Senado. Este ato entrou em vigor no dia 22 de dezembro de 2012, e tratou também da elaboração, da redação, da alteração e da consolidação dos atos administrativos normativos.

## Manual de Padronização de Atos Administrativos Normativos



Capa do novo Manual de Padronização de Atos Administrativos Normativos

A padronização e a uniformização da linguagem utilizada nos atos administrativos internos do Senado representam significativo avanço em nosso modelo de gestão.

Por meio do manual, é possível traçar um caminho jurídico seguro para o Senado do presente e o do futuro. Sabe-se que atos normativos que não são tecnicamente corretos podem gerar insegurança e prejuízos administrativos e financeiros.

Pela primeira vez, as questões relativas à redação dos atos normativos internos são apresentadas de maneira clara e objetiva, trazendo exemplos e recomendações. O Manual identifica claramente situações de competência, temporalidade, alterações, delegações e proposituras a partir das características básicas da técnica legislativa.

Espera-se que essa iniciativa resulte no aperfeiçoamento da produção normativa do Senado Federal que, como todo órgão da administração pública, deve observar em suas práticas gerenciais os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

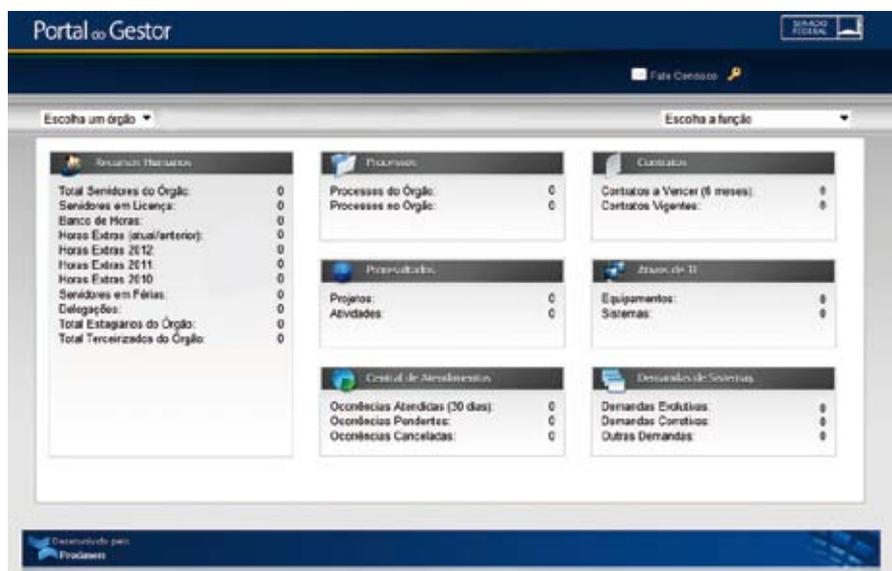
## Portal do Gestor

Desde 2011, o portal oferece informações gerenciais que estão distribuídas por diversos sistemas utilizados pelos servidores. A ferramenta funciona de forma integrada e instantânea, permitindo acesso às informações que correspondem a cada área administrativa do Senado. Estão disponíveis para cada gestor, informações em formato de relatórios gerenciais acerca de banco de horas, disponibilidade da força de trabalho, processos em andamento e contratos afetos à unidade, conforme apresentado nas ilustrações abaixo.

Tela de entrada do Portal do Gestor



Informações do Portal do Gestor



## Respostas ao Controle Interno e ao Controle Externo

De acordo com a Instrução Normativa nº 63/2010, e em observância ao disposto na Decisão Normativa nº 117/2011, ambas do Tribunal de Contas da União, o Senado Federal submeteu-se à Auditoria Anual de Gestão, realizada pela Secretaria de Controle Interno.

Após exame dos demonstrativos contábeis, dos processos administrativos e dos documentos indicados por avaliação técnica pertinente, o Senado Federal recebeu o Certificado de Auditoria nº 001/2012, com relação ao exercício de 2011.

Tal certificado, e as ressalvas que o acompanharam, foram objeto de análise pela administração do Senado (DGER) e de acompanhamento periódico pela Secretaria de Controle Interno. Demonstrou-se grande preocupação com o aperfeiçoamento constante dos aspectos relativos à transparência e à publicidade dos atos praticados no Senado, seja em atividades meio, seja em atividades fim.

Adotaram-se medidas de controle utilizando-se os relatórios de auditoria e os pareceres da Secretaria de Controle Interno. Em especial, destaca-se a ampla divulgação do Relatório de Auditoria de Gestão, referente ao exercício de 2010, às respectivas áreas com o intuito de dar conhecimento e de atender às recomendações do Controle Interno. Esse exercício de antecipação reduziu de forma significativa os riscos inerentes a cada atividade desempenhada pelos órgãos. Notadamente o mecanismo de comunicação e de controle trouxe resultados para a gestão do Senado, aumentando sua eficiência e eficácia no controle da despesa pública. A mesma providência foi adotada no exercício de 2012, com vistas a um certificado de auditoria sem ressalvas na próxima Tomada de Contas.



Tela da Tomada de Contas Anual do Senado Federal

## Lei de Acesso à Informação

A Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012, permitiu ao Senado Federal ampliar os instrumentos de transparência oferecidos ao cidadão. A instituição se mobilizou para aprimorar os recursos de acesso a informações já existentes e criar outros meios para atender integralmente as determinações legais.

Desde 2009, quando foi lançado o Portal da Transparência, considerado o grande marco do acesso à informação no Senado, já eram disponibilizadas informações sobre repasses ou transferência de recursos financeiros e registro de despesas em formato aberto no Siga Brasil; além de informações sobre licitações, contratos, recursos humanos, execução orçamentária e relatórios de tomadas de contas. Essas informações passaram a ser oferecidos

em dados abertos conforme determina a lei, para que seja possível a sua utilização e redistribuição, sem restrição de licenças, patentes ou mecanismos de controle.

Verifica-se que cerca 91% dos atendimentos realizados desde maio de 2012 com base na Lei de Acesso à Informação já estavam disponíveis no Portal da Transparência. As demais solicitações indicaram informações que o Senado passará a disponibilizar integralmente no Portal, adequando-se às demandas dos próprios cidadãos.

Entre as ações com vistas a maior transparência e à adequação legal, destacam-se a definição do Ato de Regulamentação da Lei de Acesso à Informação no Senado Federal – Ato da Comissão Diretora nº 9/2012; a reestruturação do Portal da Transparência; a definição das informações administrativas que passaram a ser disponibilizadas em dados abertos e elaboração do Mapa da Informação no Senado.

Foi criado o serviço presencial de atendimento ao cidadão, o SIC, instalado próximo ao Túnel do Tempo, integrado aos demais serviços de atendimento ao cidadão – Ouvidoria, Alô Cidadão e Portal do Senado. Todos os pedidos são processados pelos canais de atendimento e encaminhados para as áreas responsáveis.

Além disso, cada unidade administrativa tem servidores especialmente dedicados para o atendimento das solicitações dos cidadãos – pontos de contato responsáveis pela comunicação com o SIC, tornando mais ágil o atendimento das demandas dos cidadãos. Foram oferecidas vagas no curso "Rumo a uma Cultura de Acesso à Informação", promovido pela Escola Virtual da Controladoria Geral da União (CGU). Ao todo, 66 servidores fizeram o treinamento em duas turmas.

Os servidores puderam contar também com o Guia do Servidor, elaborado pela SIDOC, para oferecer orientações básicas sobre os principais aspectos da Lei de Acesso à Informação.

Tela de entrada do Portal da Transparência

## Comissão Permanente de Acesso a Dados, Informações e Documentos

O Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2012, que regulamentou a implementação da Lei de Acesso à Informação no âmbito do Senado Federal, criou a Comissão Permanente de Acesso a Dados, Informações e Documentos, responsável por:

I – assessorar a alta direção na regulamentação do acesso e da salvaguarda de dados, informações e documentos sigilosos do Senado Federal;

II – atuar como órgão consultivo, sob demanda das autoridades competentes, nos procedimentos de fixação de categorias de sigilo de dados, informações e documentos, bem como nos processos de revisão ou desclassificação de sigilo;

III – emitir parecer técnico sobre manifestações ou recomendações de órgãos externos, bem como nos casos omissos ou situações não contempladas pela legislação;

IV – propor, quando julgar necessário, alterações nos procedimentos de acesso, classificação, tratamento e armazenamento de dados, informações e documentos.

Coordenada pela Secretaria de Informação e Documentação, a Comissão é composta por técnicos de áreas estratégicas para as discussões sobre informação e produção de documentos no Senado: Diretoria-Geral, Secretaria Geral da Mesa, Arquivo, Consultoria Legislativa, Consultoria de Orçamento e da Comunicação Social. A Comissão trabalha em parceria com a Câmara dos Deputados e com o Tribunal de Contas da União (TCU) para estabelecer procedimentos comuns de classificação, tratamento e armazenamento de informações.

O sigilo é considerado exceção e é previsto apenas nos casos definidos pela própria Lei nº 12.527, de 2011. O acesso é a regra. Prova disso é que desde a entrada em vigor da legislação, o Senado registrou apenas duas negativas de acesso com base na própria Lei, que norteia as informações que devem ser consideradas sigilosas.



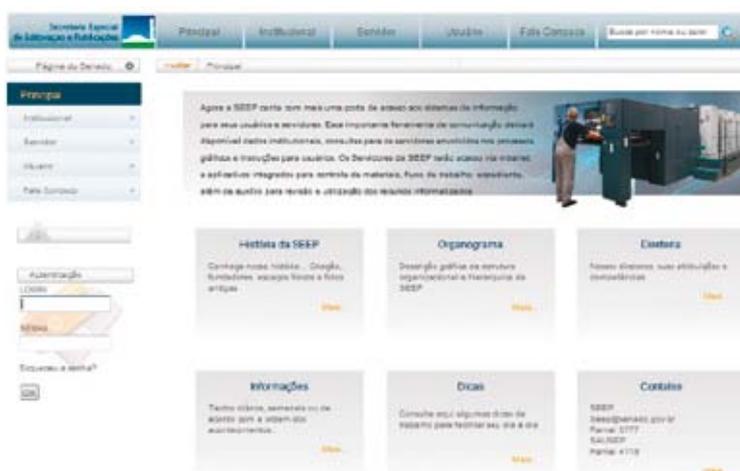
Comissão Diretora regulamenta a Lei de Acesso à Informação no Senado Federal  
Ana Volpe – Agência Senado

## Padronização do material de papelaria para as unidades administrativas e solicitação digital

A Portaria do Primeiro Secretário nº 1 de 2012 disciplinou a impressão de publicações institucionais e de material de expediente dos gabinetes dos Senadores e dos órgãos administrativos do Senado Federal.

A partir de então, as unidades administrativas passaram a dispor de uma cota de tiragem para publicações oficiais e para material de expediente. Isso contribuiu para a padronização dos serviços da Casa; maior previsibilidade no planejamento de uso de material de papelaria; diminuição do uso de papel e do tempo de atendimento das demandas e também para a descentralização administrativa, já que os processos não necessitam mais passar pela DGER para autorização.

Adicionalmente, a solicitação de materiais à Gráfica passou a ser feita por meio digital.



Página do portal da SEEP

### Processo seletivo para a contratação de estagiários

A Secretaria de Estágios é responsável pela gestão dos contratos referentes a estagiários no Senado Federal. O objetivo do programa de estágios do Senado Federal é a realização de estágios universitários que promovam a integração entre os âmbitos acadêmico e profissional de modo a complementar o aprendizado.

A partir de maio de 2012, a Comissão Diretora definiu que o recrutamento de estagiários deve ser realizado mediante processo seletivo público que assegure o princípio da isonomia entre os concorrentes.

### Verba Única para o Exercício da Atividade Parlamentar (Ceaps)

Ato do Primeiro-Secretário nº 10, de 2011, estabeleceu procedimentos a serem observados para a administração, controle e ressarcimento das despesas realizadas à conta da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar dos Senadores - CEAPS, que também é objeto do Ato da Comissão Diretora nº 3, de 2003, com a redação do Ato da Comissão Diretora nº 09, de 2011, e da Portaria do Presidente nº 2, de 2003.

Criou-se uma Verba Única para o Exercício da Atividade Parlamentar dos Senadores, reunindo as cotas de passagens aéreas e a verba indenizatória recebida. A cota é administrada pelo parlamentar, conforme o limite de recursos. Tal medida fortalece a transparência das atividades desenvolvidas pelos Senadores.

## **Reestruturação do monitoramento por câmeras de vigilância da Polícia do Senado Federal**

A existência da Polícia do Senado Federal tem respaldo na Constituição, nos termos do Art. 52, Inciso XIII. As competências, estabelecidas pela Resolução nº 59, de 2002, consistem em atividades de segurança de pessoas e de patrimônio, dos parlamentares e servidores, de autoridades brasileiras e estrangeiras e dos visitantes nas dependências da Casa. Entre os serviços, destacam-se o credenciamento de pessoas e a segurança dos estacionamentos.

Em 2012, o processo de monitoramento por câmeras de vigilância no Senado Federal passou por reestruturação devido à necessidade de modernização tecnológica e também com vistas a cobrir novas áreas, contemplando todo o complexo arquitetônico de 267 mil m<sup>2</sup>, incluindo as residências oficiais dos senadores e da Presidência da Casa.

## **Reforma Administrativa**

Desde 1995, o Senado Federal não passava por reformas estruturais. Em 2009, a pedido do Presidente Sarney, a Fundação Getúlio Vargas foi contratada como consultoria externa para diagnóstico acerca das necessidades da Casa. O relatório da FGV serviu de insumo para a elaboração do Projeto de Resolução nº 96, de 2009, ainda em tramitação.

Independentemente do término do processo legislativo em questão, a Diretoria-Geral, em conjunto com as demais unidades da Casa, assumiu o compromisso de apoiar as decisões em prol da modernização da estrutura administrativa do Senado. A DGER apoiou e promoveu a adoção de uma série de recomendações que resultaram em mudanças significativas na gestão e na estrutura administrativa. São elas:

- Realização de auditoria externa da folha de pagamentos;
- Revisão dos processos e mecanismos de decisão e controle relacionados com aquisições e contratos;
- Elaboração de novo Plano de Cargos e Salários;
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- Controle eletrônico de frequência e adoção de banco de horas;
- Redução no pagamento das horas-extras;
- Unificação dos setores de recursos humanos, compras, financeiro e protocolo administrativo, patrimônio, engenharia e serviços gerais;
- Realização de novo concurso público;
- Nova Política de Capacitação dos Servidores;
- Portal do Gestor;
- Definição de nova política de comunicação interna;
- Reformulação da base de dados de normas administrativas – NADM;
- Padronização dos Atos Normativos e edição de manual;
- Instituição do Programa ProResultados;
- Instituição do Sistema de Governança e Gestão do Senado, acompanhado da Agenda Estratégica, do Modelo de Gestão Estratégica, do Comitê de Governança e do Escritório de Governança Corporativa;

- Racionalização do processo de elaboração da Lei de Orçamento Anual, referentes à demandas das unidades administrativas;
- Procedimentos de descentralização administrativa;
- Portal da Transparência e adequação à Lei de Acesso a Informação;
- Nova política de comunicação interna;
- Plano de Racionalização de Contratos de Prestação de Serviços e Revisão do Regulamento de Compras e Contratações;
- Novo Boletim Administrativo do Senado Federal (BASf) – Seção I e Seção II;
- Publicidade e atendimento às recomendações do Controle Interno e do Controle Externo.



# Gestão de Pessoas





Nos últimos anos, o Senado tem evoluído do conceito mecanicista de Recursos Humanos para a Gestão Estratégica de Pessoas. Muitos investimentos foram executados na área. Exemplo disso é a realização do concurso público, que trouxe novos profissionais para recompor a força de trabalho da Casa. Também ocorreram diversas ações voltadas para a garantia dos direitos dos servidores, como o pagamento do Adicional de Especialização e a regulamentação do pagamento do auxílio-transporte. Por meio de definições estratégicas e planejamento, a Secretaria de Recursos Humanos adotou o modelo de gestão compartilhada.

## Ações do Senado Federal

### Concurso Público e Programa de Integração dos Novos Servidores

#### *Concurso Público*

A força de trabalho do Senado Federal – mesmo com a realização de concurso em 2008 e a posse dos aprovados até 2010 – ainda se mostrava deficitária. Um dos fatores, que provocou tal fato foi o envelhecimento dos servidores ativos, com consequente aposentadoria.

APOSENTADORIAS POR ANO			
ANO	SERVIDORES EFETIVOS	APOSENTADORIAS CONCEDIDAS	PROPORÇÃO
2009	3.460	99	2,86%
2010	3.277	171	5,22%
2011	3.477	367	10,56%
2012	3.260	190	5,83%

Em dezembro de 2011, foram publicados os editais para o último certame, realizado em março de 2012. Pela primeira vez na história do Senado, as provas foram aplicadas nas 27 unidades da Federação. Isso significa que a oportunidade de participação foi facultada a todos os estados brasileiros, ampliando a competitividade do concurso e a qualidade da seleção. O concurso ofereceu vagas imediatas para os cargos de técnico, analista e consultor, tornando-se exemplo de transparência e êxito no recrutamento externo.

A Comissão Especial para realização e acompanhamento das etapas do certame efetuou o contrato com a organizadora, a Fundação Getulio Vargas, sem qualquer ônus para o Senado. Todos os custos foram cobertos pela arrecadação das taxas de inscrição. A seleção tem validade de um ano, contado a partir da homologação do resultado final, podendo ser prorrogada por igual período.

No total, 157.939 candidatos disputaram as 246 vagas oferecidas no concurso. Após a homologação, verificou-se a formação de cadastro de potenciais novos servidores, pois o número de candidatos aprovados excedeu o número de vagas oferecidas. Assim, esses aprovados podem vir a ser chama-

dos, com o objetivo de repor aposentadorias vindouras na Casa. O resultado final conta com 1.189 candidatos aprovados para o cargo de analista e 202 para consultor. Já foram empossados 295 novos servidores. Até 2014, cerca de 750 servidores do Senado estarão aptos a se aposentar, o que cria a expectativa de próximas nomeações até o fim da validade do concurso.



Cerimônia de posse dos novos concursados em 28/08/2012

Marcos Oliveira – Agência Senado

### *Programa Integrar*

A Secretaria de Recursos Humanos estabeleceu o programa com o objetivo de integrar os novos servidores à cultura organizacional e proporcionar conhecimentos básicos para execução das atividades de trabalho. A programação incluiu as seguintes ações: solenidade de posse coletiva dos servidores; curso com noções fundamentais referentes aos direitos e deveres do servidor do Senado: "Papel Institucional do Senado Federal", "História do Senado", Ética e Programas de Valorização do Servidor; tutoria prestada aos novos servidores; *tour* institucional; distribuição de *kit* institucional e, por fim, evento de boas-vindas aos empossados na Assefe, com a presença do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney.



Evento de boas-vindas dos servidores admitidos no último concurso público, em 15/10/2012

Jane de Araújo – Agência Senado

### **Normas administrativas asseguram e regulamentam os direitos do servidor**

Medidas administrativas adequaram o Senado à legislação vigente, além de terem aumentado a racionalidade administrativa e garantido os direitos dos servidores.

## *Programa de Assistência Pré-Escolar*

A instituição do Programa de Assistência Pré-Escolar ocorreu por meio do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2012, contemplando os servidores ativos da Casa e seus dependentes. A norma atualiza a nomenclatura, define objetivos do programa, enumera os beneficiários, descreve as exigências para inscrição no programa, estabelece índice e data de reajuste e define as situações de desligamento. Esse ato atende à Lei de Diretrizes e Bases da Educação e torna o processo mais ágil, fácil e eficiente para que os servidores possam usufruir desse direito.

O Programa de Assistência Pré-Escolar tem o objetivo de oferecer ao servidor, durante sua jornada de trabalho, condições de bem-estar e atendimento a seus dependentes, como educação básica, assistência afetiva e psicomotora, alimentação e recreação adequadas a um crescimento saudável. Podem ser beneficiários do programa os dependentes dos servidores ativos, na faixa etária compreendida desde o nascimento até o mês em que completarem seis anos de idade, inclusive.

### *Auxílio-Transporte*

O Ato da Comissão Diretora nº 6, de 2012 regulamentou a legislação sobre o auxílio-transporte, de natureza indenizatória. O ato determina que o valor mensal do auxílio-transporte corresponde ao montante das despesas realizadas apenas com o transporte coletivo.

Instituiu-se que o pagamento do auxílio destina-se exclusivamente ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo, nos deslocamentos dos servidores de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. Excetuam-se aquelas realizadas nos deslocamentos em intervalos para repouso ou alimentação, durante a jornada de trabalho, e aquelas efetuadas com transportes seletivos ou especiais.

### *Adicional de Especialização*

O Adicional de Especialização, com nova regulamentação pelo Ato do 1º Secretário nº 9 de 2012, tem por finalidade fomentar o desenvolvimento das competências dos servidores em função da missão institucional do Senado. É uma vantagem para a instituição e um incentivo para os servidores. Atrai-se à Política de Capacitação do Senado, instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 10, de 2011.

O novo ato alinha-se ao que há de mais moderno na administração pública quanto a incentivos de capacitação. Foram estabelecidos novos percentuais de benefícios em função do tipo de curso de especialização, considerando os requisitos para ocupar o cargo em que o servidor já se encontra empossado.

### *Gratificação de Desempenho do Senado Federal*

A Gratificação de Desempenho foi instituída pela Lei nº 12.300, de 2010, que alterou o Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, segundo as Resoluções do Senado Federal nºs 42 e 51, de 1993, e unificado pela Resolução do Senado Federal nº 7, de 2002, convalidada pela Lei nº 10.863, de 29 de abril de 2004.

Os servidores do Senado recebiam 60% da Gratificação de Desempenho. Os 40% restantes dependiam de regulamentação. Constituiu-se grupo de trabalho com o objetivo de elaborar minuta de resolução regulamentadora do Adicional de Especialização. A minuta foi submetida à alta administração da Casa e aprovada pela Comissão Diretora. A Resolução nº 69, de 2012, define critérios para realização de avaliações de desempenho e pagamento de Gratificação de Desempenho do Senado Federal (GDSF), objeto do art. 9º da Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010.

#### *Averbação do tempo de serviço e de contribuição*

Os procedimentos e a sistemática para averbação do tempo de serviço passaram por uma revisão, de modo que os critérios e métodos usados para averbação do tempo de serviço dos servidores ativos e dos aposentados – quando solicitam revisão de averbação – sejam idênticos. Em 2012, foram instruídos 838 processos de averbação de tempo de serviço ou contribuição.

#### *Recadastramento anual dos servidores*

O Senado realiza o recadastramento anual de servidores desde 2009. Foram recadastrados 5.641 servidores, efetivos e comissionados, em 2012. Foram inseridas inovações que consistiram na alteração de campos do questionário, por meio da introdução de tópicos referentes a questões de gênero e raça, estado civil e portadores de deficiência. Os dados do recadastramento serviram de insumo para diversas outras políticas de gestão, como o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, o Sistema Integrado de Saúde e a Pesquisa de Clima Organizacional.

#### *Novas Regras para publicação da Coleção de Teses, Dissertações e Monografias dos Servidores do Senado*

Por meio do Ato da Comissão Diretora nº 1, de 2012, fortaleceram-se os critérios impessoais e meritocráticos para a escolha dos trabalhos a serem publicados pelo Senado Federal.

A Coleção de Publicação de Teses, Dissertações e Monografias de servidores do Senado Federal é publicada bianualmente, contendo até duas teses de doutoramento, três dissertações de mestrado e três monografias de conclusão de cursos de pós-graduação defendidas e aprovadas por servidores do Senado junto às instituições de ensino superior.

No último processo seletivo, o concurso resultou de parceria entre a Secretaria Especial de Editoração e Publicação e a Direção-Geral do Senado. A seleção levou em consideração a relevância dos temas para a Casa, a atualidade dos temas escolhidos, a contribuição para a área do conhecimento e a qualidade do texto.

Para concorrer, os participantes preencheram uma ficha de inscrição, assinaram um termo de compromisso e cessão de direitos autorais no ato da apresentação da proposta. Eles também entregaram um exemplar da monografia em meio impresso e um em meio eletrônico, além de documento comprobatório de aprovação do trabalho científico pela respectiva instituição de ensino superior. Todas as obras inscritas foram disponibilizadas em versão impressa e digital pela Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho do Senado.

Na edição de 2011, os servidores que tiveram trabalhos de graduação ou pós-graduação selecionados foram: Diogo Macedo de Novaes, Erika de Castro Heusi, Guilherme Brandão e Luiz Fernando de Mello Perezino. Por suas dissertações de mestrado, foram escolhidos Vicente Costa Pithon Barreto, Edna Carvalho e Iza Beatriz Barreto Abdala. Na categoria doutorado, os autores premiados foram André Ricardo Nunes Martins e Paulo Ricardo dos Santos Meira.

Lançamento da Coleção de Teses, Dissertações e Monografias, em 31/10/2011



Gerardo Magela – Agência Senado

### *Revisão do Ato da Medalha de Mérito Funcional*

O Ato da Comissão Diretora nº 20, de 2012, instituiu a Medalha de Honra ao Mérito Funcional. Trata-se de mecanismo de reconhecimento dos servidores pelos serviços dedicados ao Senado.

A Medalha destina-se homenagear anualmente servidores efetivos e servidores inativos e a honrar servidores falecidos do Senado Federal, por reconhecido merecimento, tenham prestado relevantes serviços à Casa e contribuído para o seu engrandecimento.

### **Mapeamento das áreas insalubres**

As ações na área de saúde ocupacional envolvem uma série de medidas coordenadas que ultrapassam a questão da emissão de laudos periciais e a concessão dos adicionais de insalubridade e periculosidade. O projeto de mapeamento das áreas insalubres teve seu início com a elaboração de Laudos Técnicos de Insalubridade (LTCAT), definindo os locais em que as atividades são insalubres, existindo a previsão legal, estabelecida nos Artigos 68 a 70 da Lei nº 8.112, de 1990. E, pela primeira vez, o Senado possui laudos técnicos em que estão quantificadas as medições dos agentes insalubres (ruídos, agentes químicos e poeiras).

Com a emissão desses novos laudos, é possível promover a melhora contínua do ambiente de trabalho, com vistas à preservação da saúde do trabalhador. O trabalho está sendo realizado em todas as edificações do Senado Federal, inclusive nas residências oficiais e postos externos da TV e Rádio Senado e nas antenas de transmissão da TV Senado. Para isso, promoveram-se avaliações ambientais em 23 locais distintos, realizando-se as seguintes atividades intermediárias: 26 dosimetrias – medição dos níveis de ruídos; 12 avaliações de

produtos químicos; três avaliações de concentração de pó de madeira; e duas avaliações de CO<sub>2</sub> (dióxido de carbono).

Ao promover a atualização dos laudos antigos, pode-se proporcionar à administração condições de excluir aqueles setores que comprovadamente não são mais insalubres, devido, principalmente, à modernização dos equipamentos e às ações desenvolvidas pelo Serviço de Controle de Qualidade da Secretaria Especial de Editorações e Publicações, como a sugestão de substituir insumos gráficos por outros produtos ecologicamente corretos.

Ao mesmo tempo, é preciso ter um mapa das áreas aptas à revitalização, mediante enfrentamento das condições insalubres. O último Laudo Técnico do Senado datava do ano de 2003.

Os trabalhos foram executados pela Secretaria de Engenharia, pela Secretaria de Assistência Médica e Social – representada pelos dois médicos do trabalho contratados via concurso público – e pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

## Proibição ao nepotismo

A vedação do nepotismo, prática já adotada na Casa, passou a ser expressa em dispositivos legais. Pelo Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2011, adotou-se o disposto no Decreto nº 7.203, de 2010.

Para que a sociedade possa fiscalizar o processo, além dos nomes dos servidores, os nomes de todos os terceirizados são publicados no Portal da Transparência. A medida não abrange os casos de parentes aprovados em concurso público, já que a vaga na Casa é conquistada sem o auxílio do vínculo de parentesco.

## Jornada de trabalho

O ponto eletrônico passou a ser biométrico para os servidores em 2011. O registro pelo sistema biométrico, como ocorre em grandes empresas privadas e instituições públicas, permite melhor controle, já que emite relatórios diários para conferência pelo próprio servidor e pelos gestores, o que agrega mais transparência e sinaliza rapidamente, ainda dentro do mês, a necessidade de adoção de medidas de correção referentes à assiduidade.

Com o menor índice de absenteísmo, as atividades rotineiras tendem a se tornar mais ágeis, resultando em maior racionalização do trabalho e economia de recursos. Servidores efetivos e comissionados são obrigados a registrar a presença em aparelhos coletores, usando para isso impressão digital e crachá de identificação equipado com *chip*.



Ponto Biométrico

A adoção do modelo de banco de horas para a compensação da carga horária de trabalho inferior ou excedente à jornada diária é uma consequência do ponto biométrico que permite à Administração contar com o servidor nos dias de demandas urgentes e inadiáveis com a restituição das horas trabalhadas pelo sistema de compensação.

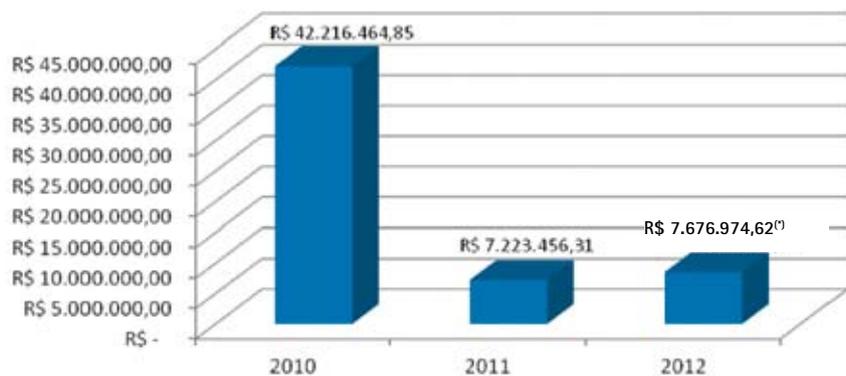
Para os servidores, o banco de horas instala o hábito de gerenciamento da produção, de modo que, bem administrando seu tempo e suas atividades, pode, sem problemas de infração às normas de frequência, usufruir as horas excedentes de trabalho para eventuais atrasos e faltas motivadas por interesses pessoais.

Além disso, o ponto biométrico permitiu o estabelecimento de novos requisitos para pagamento de horas extras, diminuindo consideravelmente os gastos da administração. O Ato do Primeiro-Secretário nº 7, de 2011, disciplinou a realização de jornadas corridas, dos plantões e das escalas de serviço. Permitiu a adoção de turnos de trabalho, o que assegurou a distribuição racional da força de trabalho durante todo o período de funcionamento do Senado Federal e permitiu, ainda, que fosse equacionado o problema da habitualidade na prestação de serviços extraordinários.

Foram estabelecidos requisitos para caracterização da jornada extraordinária, como a descrição dos serviços a serem executados, a demonstração da impossibilidade ou inconveniência de os serviços descritos serem prestados ao longo da jornada diária, a fixação do prazo de início e de término dos serviços, a adoção de mecanismos que impeçam a habitualidade no pagamento de horas extras e a identificação dos servidores a serem habilitados à realização de tais serviços, evidenciando a regra geral de que somente podem ser considerados extraordinários os serviços prestados após a oitava hora de trabalho diário.

Em 2010, os gastos com horas extras estavam na ordem de 42 milhões de reais. Em 2012, após maturação do novo sistema, os gastos estabilizaram-se no patamar de 7 milhões de reais.

Evolução dos gastos com horas extras.  
Atualizado até 31-12-2012



<sup>(1)</sup> nov/2012

## Gestão por Competências

Na gestão por competências, os profissionais são vistos como talentos, sendo definidos os perfis que proporcionem maior produtividade e adequação à missão do Senado Federal, identificando os pontos de excelência e os pontos de carência, suprimindo lacunas e agregando conhecimento, tendo por base critérios objetivamente mensuráveis.

A competência individual é resultante da utilização dos atributos de competência que o servidor possui: conhecimentos, habilidades e atitudes compatíveis com a função que desempenha e essenciais para assegurar o cumprimento da missão institucional.

A gestão por competências cumpre o objetivo de unificar, em um só modelo de gestão, as políticas e práticas que compõem os processos da área de recursos humanos: recrutamento e seleção; carreira e sucessão; avaliação de desempenho; planejamento das necessidades de treinamento e desenvolvimento.

Desde 2009, a administração do Senado tem trabalhado para a implantação do modelo. A Política de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores do Senado Federal, ações de gestão do conhecimento e o Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG-SF), instituído pelo Ato nº 10, de 2011, demonstram que estamos no caminho certo para atingir o sucesso na gestão por competência nesta Casa.

O PDG-SF pretende uniformizar o processo de formação de gestores e, com isso, aperfeiçoar a gestão administrativa, aumentando, dessa forma, a produtividade. Entre os objetivos do PDG, estão o desenvolvimento, nas chefias, de competências de liderança e de pensamento estratégico e a implantação de um modelo de gestão pública legislativa voltada para resultados. Fazem parte do programa treinamentos para comunicação eficaz; administração de conflitos; gerenciamento de equipes e de reuniões eficientes; e gestão de projetos.

## **Preparação para a Aposentadoria – Caminhos para a Aposentadoria**

O objetivo geral do Programa de Preparação para a Aposentadoria do Senado Federal é fornecer meios para que o servidor desenvolva seu processo de desligamento da instituição de forma digna, natural, equilibrada e saudável, com observância integrada de aspectos biopsicossociais.

Criado em 2010 e com inscrições anuais, o programa está voltado para os servidores efetivos que estejam em processo de aposentadoria, inclusive por invalidez, ou aqueles interessados, independente do tempo de serviço e contribuição, que também podem participar. Trabalham em conjunto com a SERH, o Serviço de Qualidade de Vida e Reabilitação Funcional, a Subsecretaria de Pessoal Inativo e a Secretaria de Assistência Médica e Social.

O programa é composto por palestras, atendimentos individuais e atendimentos coletivos, que são sessões em que o participante tem vivências de autoconhecimento, reconhecimento de valores pessoais e reflexões que possibilitem o estabelecimento de metas de vida pós-aposentadoria e a construção de estratégias para seu alcance. Nessa fase, é delineado o plano de ação, que atende às necessidades fundamentais de cada pessoa. Em 2011, 29 servidores foram atendidos pelo Programa. Em 2012, o número foi de 15 servidores.

## **Mês de Outubro: o Mês do Servidor**

Importantes, variadas e intensas atividades marcaram o mês de outubro dos últimos dois anos. A programação constou de temas e práticas relacionadas à carreira, saúde, lazer, educação e música. Atingiu, por meio de várias ações, a justa homenagem ao servidor pelo eficiente trabalho realizado.

## Confira a programação:

### Palestra — Superando obstáculos: a música venceu

8 de outubro | Segunda-feira | 16h  
Palestrante: Maestro João Carlos Martins  
Local: Auditório Petrólio Portella

### Atividades em comemoração ao Dia das Crianças

9 de outubro | Terça-feira | 8h30 e 15h  
Local: Salão Negro do Palácio do Congresso Nacional  
Traja seu filho para um dia de muita diversão e aprendizado!

### Exposição — Era uma vez... 85 anos de direitos garantidos

10 de outubro | Quarta-feira | 15h  
Promoção: Secretaria de Comunicação Social  
Local: Espaço Senado Galeria

### Palestra — Acessibilidade, inclusão social e direitos humanos

11 de outubro | Quinta-feira | 14h30  
Palestrantes: Adriana Januzzi, coordenadora do Programa de Acessibilidade da Câmara dos Deputados;  
Aires das Neves Junior, membro da Comissão de Acessibilidade do Senado Federal;  
Maria de Fátima Campos Ribeiro, coordenadora do Programa de Acessibilidade do Senado Federal.  
Local: Auditório do Interlegis

### Prevenção: a hora é agora!

16 de outubro | Terça-feira | 8h10 às 18h  
Local: Seep

### Bate-papo — Prevenção sobre câncer de mama

18 de outubro | Quinta-feira | 9h30  
Palestrantes: Dr. Marinho Cândido de Albuquerque (Senado Federal); Dra. Sairte Chen (Câmara dos Deputados);  
Dra. Kátia Torres Batista (Hospital Sarah Kubitschek)  
Local: Auditório Freitas Nobre — Câmara dos Deputados

### 1º Torneio Esportivo do Legislativo

22 a 24 de outubro | Segunda a quarta-feira | 19h  
Promoção: Assefe  
Local: Clube da Assefe

### Show com grupo de samba

25 de outubro | Quinta-feira | 17h  
Artistas: Participação especial da cantora Cássia Portugal  
Local: Espaço do Servidor

### Palestra — O Interlegis e as perspectivas de crescimento profissional para o servidor do Senado Federal

29 de outubro | Segunda-feira | 9h30  
Palestrante: Haroldo Feitosa Tajra, diretor do Interlegis  
Local: Interlegis

### Palestra — Cenários e desafios para a administração pública

31 de outubro | Quarta-feira | 10h  
Palestrante: Paulo Vicente dos Santos Alves, professor da Fundação Dom Cabral  
Local: Interlegis

### Encerramento — Coral do Senado

31 de outubro | Quarta-feira | 18h  
Local: Espaço do Servidor

Realização: Diretoria-Geral do Senado Federal  
Informações: Serviço de Qualidade de Vida e  
Reabilitação Funcional do Senado Federal — 3303-4269/1345/1346

Na noite do dia 1º de outubro de 2012, foi realizada sessão solene no Plenário do Senado Federal para lançamento da campanha Outubro Rosa. Após a sessão, Senado e Câmara acenderam a iluminação rosa, que cobriu a fachada do Congresso Nacional durante todo o mês.

Esse movimento mundial tem como objetivo lembrar as mulheres sobre a importância da prevenção do câncer de mama, que no Brasil, de acordo com o Instituto Nacional do Câncer (INCA), atinge 52 mulheres em cada grupo de 100 mil. Bate-papos e palestras sobre prevenção à doença foram realizados durante o período.

A saúde da mulher faz parte da agenda oficial do Senado desde 2011. No mês de março, quando se comemorou o Dia Internacional da Mulher, a Assistência Médica e Social (SAMS), promoveu em 2012, a Jornada de Saúde da Mulher. O programa conta com programação repleta de palestras que abrangem temas relacionados a cuidados femininos com a saúde física e mental.

### **Inovações na Comunicação Interna**

A atividade de comunicação interna deve favorecer a difusão de maneira uniforme da informação de natureza administrativa e institucional entre os três grupos de colaboradores internos da instituição: servidores efetivos, servidores comissionados e terceirizados. Assim, permite iniciar o trabalho de compartilhamento da cultura organizacional e de valores internos que apoiam a integração dos esforços desses grupos em relação ao direcionamento estratégico do Senado Federal.

Entre as estratégias de comunicação adotadas, destacam-se a remodelagem da intranet do Senado, as campanhas de comunicação e a rotina de respostas aos questionamentos da imprensa.

A nova intranet paulatinamente, traz inovações no modo de comunicação entre as unidades da Casa. Possui perspectiva de evolução para um portal corporativo, funcionando tanto como ferramenta de comunicação, quanto como ferramenta de trabalho para os servidores, por meio dos aplicativos e das bases de dados disponíveis. As campanhas de comunicação, por sua vez, têm por objetivo cobrir temas institucionais que são importantes para o público interno e que viabilizam o compartilhamento de experiências e valores institucionais. Os temas das campanhas baseiam-se em datas importantes ou assuntos institucionais de destaque. Nos últimos dois anos, a Diretoria-Geral enviou 466 comunicados por *e-mail*.

A Diretoria-Geral também encaminhou respostas a questionamentos da imprensa por meio do Núcleo de Comunicação Interna, sendo 53 em 2011 e 170 em 2012. Todas as unidades administrativas subordinadas à Diretoria-Geral repassam informações de gestão para que o Núcleo de Comunicação consolide e efetue posterior envio à SECS. Essa Secretaria é a responsável pela interlocução exclusiva com a imprensa.

### **Campanhas Corporativas**

A Diretoria-Geral realizou e apoiou várias campanhas corporativas voltadas a estimular comportamentos positivos em relação aos colegas de trabalho, à instituição e à sociedade brasileira e a informar o público interno

sobre novos processos e serviços da Administração. Ao longo do relatório estão destacados as campanhas:

## **Segurança Corporativa**

A Diretoria-Geral iniciou, em agosto de 2012, a campanha "Segurança Corporativa: proteja o que mantém você seguro". De iniciativa da Polícia do Senado, contou com a colaboração e apoio do Prodasen, da Secretaria de Comunicação Social, da Secretaria de Recursos Humanos e do Escritório de Governança.

O número de casos registrados pela Polícia Legislativa, em 2011, relacionados a falhas em rotinas de segurança motivou a realização da referida campanha com o objetivo de sensibilizar servidores e colaboradores quanto a sua importância para a preservação da segurança corporativa na Casa.

Com a utilização de histórias em quadrinhos como forma lúdica e criativa de dar dicas de prevenção quanto à segurança corporativa aos servidores, foram abordados temas relativos a posturas preventivas para evitar o desvio de informações e garantir a proteção de documentos e dados.

A segurança corporativa, um dos pilares da governança no Senado, é um conceito que abrange, de forma sistêmica, várias áreas de atuação tais como: pessoas; documentação e material; áreas e instalações; comunicações e tecnologia da informação. O trabalho introduziu o conceito de segurança corporativa no âmbito do Senado Federal.



## Mantenha em segurança as informações de trabalho

Mais Informações



Ilustração da Campanha de Segurança Corporativa









A educação é essencial para disseminar o conhecimento nas organizações e na sociedade. Nos últimos anos, o Senado atuou de maneira firme para fortalecer sua unidade de educação, o Instituto Legislativo Brasileiro – ILB. Para o público interno, a educação corporativa manteve o foco no treinamento e na capacitação dos servidores e colaboradores do Senado. Para a sociedade de maneira geral, viabilizou-se a expansão das plataformas abertas dos cursos de ensino a distância.

## Ações do Senado Federal

### Nova Política de Capacitação e Desenvolvimento

Em 2011, a Comissão Diretora, por meio do ATC nº 10, 2011, aprovou a Política de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores do Senado Federal. Com a finalidade de integrar os princípios, as ações e as metodologias necessárias ao processo educacional permanente dos servidores da Casa, a Política de Capacitação fundamenta-se na aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes adequados à prestação dos serviços de apoio ao exercício das funções institucionais do Senado Federal. De acordo com essa política, as atividades educacionais são de competência intrínseca de cada órgão da estrutura do Senado, sob a coordenação técnica do ILB e a supervisão da Diretoria-Geral.

Entre os princípios da Política de Capacitação destacam-se:

- I – busca de excelência no desempenho institucional do Senado Federal e sua consolidação como instituição de referência em atuação legislativa;
- II – vinculação às diretrizes e estratégias fixadas pela Alta Administração da Casa;
- III – atingimento das metas fixadas nos planos de gestão das unidades administrativas e legislativas da Casa, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 01/2011;
- IV – promoção da capacitação continuada, com equidade de oportunidades e adequação aos perfis de atuação operacional, técnica e gerencial dos servidores, visando à manutenção de quadros técnico-profissionais de alto nível;
- V – fomento à produção de conhecimentos e competências mediante o desenvolvimento de pesquisas sobre temas relacionados à missão institucional do Senado;
- VI – estímulo à gestão do conhecimento, mediante adoção de mecanismos de organização e disseminação interna de conhecimentos e competências;
- VIII – adoção de critérios fundamentados e objetivos na formulação, implementação e avaliação das ações de capacitação;
- IX – busca de economicidade e aferição de custos e benefícios na gestão das ações de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos;
- X – integração de projetos e ações de capacitação e desenvolvimento com outras casas legislativas e com tribunais de contas.

Considerando o alinhamento estratégico e gerencial com o restante das unidades administrativas do Senado, um dos diferenciais da Política de Capacitação refere-se ao modo de organização da área educacional, na forma de Planos de Capacitação que sistematizam as necessidades e demandas internas e externas dos servidores. Organizados por módulos estruturados conforme os objetivos comuns, a política prevê a realização dos seguintes planos: Plano de Capacitação do Corpo Gerencial do Senado Federal (PCGER); Plano de Capacitação dos Servidores dos Gabinetes Parlamentares (PCGAB); Plano de Capacitação Básica dos Servidores do Senado Federal (PCBASE); Planos de Capacitação Setoriais, referentes às Unidades Administrativas e Legislativas do Senado Federal (PCSET); Plano de Capacitação Externa (PCEX); e Plano de Estudos e Pesquisas do Legislativo (PCPESQ).

## Programa de Desenvolvimento Gerencial

Para operacionalizar o planejamento, a coordenação, a execução, a avaliação e o controle das ações dos Planos de Capacitação, o ILB passou a atuar em conjunto com a Secretaria de Recursos Humanos, integrando de forma produtiva as iniciativas educacionais com as demandas da área de gestão de pessoas.



Curso para gestores realizado em maio de 2012  
Agencia Senado

Baseando-se nas definições contidas na Política de Capacitação, o Instituto Legislativo Brasileiro intensificou sua atuação nos últimos anos. Uma das ações de maior êxito do período foi a conclusão quase integral da meta do Programa de Desenvolvimento Gerencial do Senado Federal de capacitar 100% dos gestores do Senado.

O PDG instituído pelo Ato do Presidente nº 110, de 2011, de caráter técnico e comportamental, voltado para a capacitação continuada, é destinado ao servidor ocupante de cargo ou função de direção ou chefia no Senado Federal. Inicialmente, a realização do PDG foi resultante da parceria entre o Instituto Legislativo Brasileiro, a Secretaria de Recursos Humanos do Senado e o Centro de Formação da Câmara dos Deputados – Cefor.

Entre os objetivos do PDG estão o desenvolvimento, nas chefias, de competências de liderança e pensamento estratégico e apoio à implantação de um modelo de gestão pública legislativa voltado para resultados. O programa uniformiza o processo de formação de administradores e, com isso, aperfeiçoa a gestão administrativa. Fazem parte do conteúdo programático treinamentos para comunicação eficaz; administração de conflitos; gerenciamento de equipes e de reuniões eficientes; e gestão de projetos.

Participação dos gestores do Senado Federal no PDG		
2010	2011	2012
125 gestores	47 gestores	127 gestores
Total de participantes: 301 gestores		

## Treinamentos

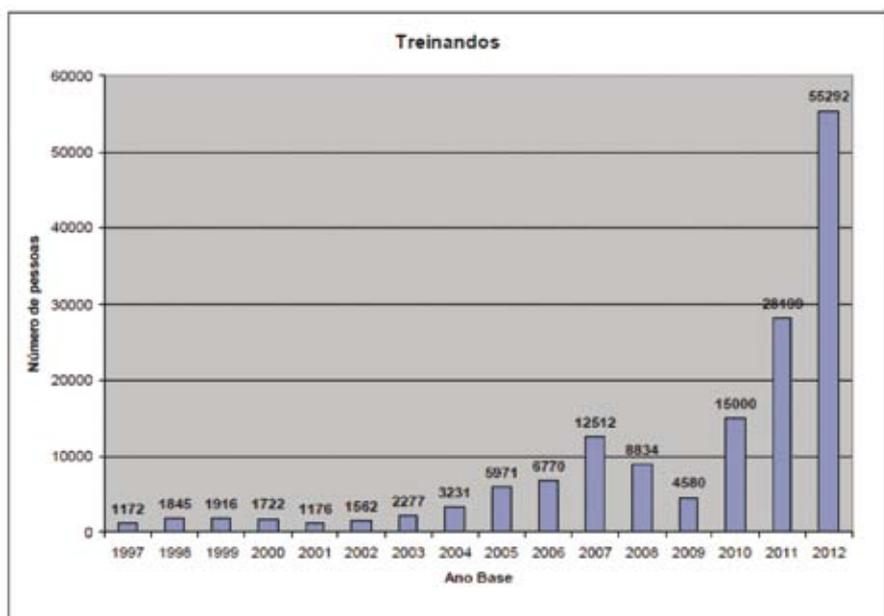
Nos termos regulamentares, compete ao Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) “conceber, formular, executar e avaliar as atividades de formação, treinamento e capacitação de recursos humanos, inclusive de nível estratégico (consultores e gerentes) do Senado Federal, do Prodasen e do próprio instituto, e elaborar programas de estudos avançados em convênio com outros parlamentos”.

Com esse propósito, atua no campo da educação, cultura e cidadania, promovendo atividades como cursos, palestras, fóruns, seminários, encontros, entre outras, de modo presencial e a distância, com o objetivo de difundir em larga escala o conhecimento, o saber e a informação, sobretudo no âmbito da comunidade legislativa.

O ILB disponibiliza em seu Programa Permanente de Educação, Desenvolvimento e Treinamento de Pessoal oportunidades para que os profissionais atualizem ou obtenham conhecimentos, experiências e informações que ao final resultem em melhores desempenhos no contexto de trabalho de cada um.

O cômputo geral de treinados do Programa Permanente de Educação, Desenvolvimento e Treinamento de Pessoal, em 2012, nas modalidades presencial e a distância é de 55.292 profissionais e, em 2011, foi de 28.199, o que totaliza 83.491 pessoas treinadas pelo ILB nos últimos dois anos.

No gráfico abaixo, foram elencados os quantitativos de treinados desde a criação do ILB, em 1997, até o exercício de 2012.



Evolução do número de treinados pelo ILB

## Ensino presencial

De caráter mais genérico, os demais cursos do Instituto Legislativo Brasileiro abrangem assuntos diversos de interesse do Senado Federal:

- Estudos Sociopolíticos – cursos na área de política e sociedade, com ênfase na perspectiva brasileira e internacional.
- Estudos Legislativos – cursos avançados e básicos na área de processo legislativo e regimento interno.
- Estudos Econômicos, Financeiros, Orçamentários e Contábeis – cursos na área de teoria da contabilidade e orçamento público, com destaque para o Siga Brasil, sistema de acompanhamento do orçamento brasileiro.
- Estudos Jurídicos e de Administração Pública – cursos na área de direito administrativo, ética e legislação do setor público.
- Estudos Linguísticos e de Comunicação e Expressão – cursos na área de redação oficial, linguagem brasileira de sinais – LIBRAS e oficinas de leitura e produção de textos.
- Estudos de Informática, Planejamento e Comunicação Visual – cursos na área de informática e ferramentas de tecnologia.
- Estudos Gerenciais e Organizacionais – cursos na área de desenvolvimento gerencial, gestão estratégica, liderança e planejamento.



Cursos de capacitação de interesse do Senado Federal são Oferecidos pelo ILB

Agência Senado

Entre 2011 e 2012 foram capacitados cerca de 2.200 servidores do Senado nos cursos presenciais oferecidos internamente pelo ILB e mais 700 servidores em cursos externos.

Número de servidores capacitados pelo ILB – 2011-2012



Pela primeira vez em vários anos, o Senado utilizou em 2012 todo o recurso orçamentário destinado à área de capacitação e treinamento. Compreendida como uma forma contemporânea de gerir recursos humanos, a área da educação corporativa no Senado tem apresentado resultados significativos, que vão além do antigo conceito de qualificação da mão de obra. Por meio das atividades de educação, foi possível iniciar projetos que articulam as competências individuais e coletivas dos servidores, relacionando as práticas de educação aos processos de trabalho.

### *Ensino a distância*

No campo do ensino a distância, o Instituto Legislativo Brasileiro obteve quantidades expressivas de alunos nos últimos dois anos. Mais de 300 mil alunos se matricularam nos cursos ofertados pelo Senado Federal. Registrou-se a participação de estudantes de 72 países diferentes. Em 2012, 52.663 alunos concluíram os cursos e obtiveram certificados pelo ILB.

Os cursos são oferecidos em duas modalidades, com e sem tutoria.

### *Cursos sem tutoria*

- Conhecendo o Novo Acordo Ortográfico
- Doutrinas Políticas Contemporâneas: Liberalismo
- Doutrinas Políticas Contemporâneas: Socialismo
- Doutrinas Políticas Contemporâneas: Social-Democracia
- Doutrinas Políticas Contemporâneas: Novas Esquerdas
- Ética e Administração Pública
- Excelência no Atendimento
- Fundamentos da Integração Regional: o Mercosul
- Introdução ao Direito do Consumidor
- Introdução ao Direito Constitucional
- O Poder Legislativo
- Processo Legislativo

## *Cursos com tutoria*

- Gestão Administrativa no Setor Público
- Licitação e Contratos Administrativos
- Relações Internacionais: Teoria e História
- Relações Internacionais: Temas Contemporâneos
- Direito Eleitoral
- Fundamentos da Ciência Econômica
- Novo Acordo Ortográfico – Teoria e Prática
- Fundamentos de Políticas Públicas
- Introdução ao Orçamento Público
- Introdução à Tutoria em Educação a Distância

Todos os alunos da educação a distância, após a conclusão do curso e aprovação final, obtêm certificado de participação. O Senado registrou também a matrícula de alunos de todos os estados brasileiros, distribuídos em mais de 1.600 municípios. Com isso, a unidade de educação corporativa do Senado Federal cumpre seu papel social e cidadão de contribuir para a democracia.

## *Programa de Estudos Avançados*

O Programa de Estudos Avançados (ou Altos Estudos) tem como escopo a busca de soluções e alternativas para as questões contemporâneas, partindo da discussão e do debate de assuntos e temas variados, quer para o público interno quer para a sociedade de modo geral.

No contínuo esforço de atender com qualidade a crescente demanda em termos de desenvolvimento técnico e político, originária dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, no âmbito federal, estadual e municipal, e de outros organismos públicos, o ILB e a Unilegis têm buscado ampliar e fortalecer o seu Programa de Parceria Institucional, estabelecendo-se, assim, novos acordos de mútua cooperação e um canal de comunicação direto com renomadas instituições de ensino superior, órgãos legislativos, centros de estudos e pesquisa, nacionais e internacionais.

Há consolidada, hoje, uma rede de 100 parceiros institucionais, e mais 15 outros em vias de serem formalizados.

Por sua vez, a Unilegis, em sequência ao seu plano de trabalho, deu continuidade ao curso de especialização em Orçamento Público – 4ª edição, resultante da parceria com o Tribunal de Contas da União (Instituto Serzedello Corrêa), Controladoria Geral da União – CGU, e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Secretaria de Orçamento Federal – SOF).

## *Instalação do Conselho Pedagógico*

O Senado Federal instalou, em agosto de 2011, o Conselho Pedagógico. Presidido pela Diretora-Geral e integrado por representantes das principais secretarias da Casa, o conselho é o órgão consultivo da Comissão Diretora para fins de formulação, monitoramento e avaliação da Política de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos do Senado.

Entre as diversas atribuições do Conselho Pedagógico estão: a elaboração do planejamento anual das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Senado Federal e a implantação de convênios de capacitação e pesquisa em que o Senado seja signatário.

Instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 10, de 2011, a Política de Capacitação é o instrumento que norteia o processo educacional permanente dos servidores do Senado Federal, de forma a assegurar sua capacitação constante e a garantir a qualidade dos serviços prestados à sociedade brasileira.

A instalação do Conselho Pedagógico do Senado Federal é mais um passo no processo de modernização administrativa da instituição. Seu funcionamento dá condições ao Senado Federal para adotar uma política de capacitação eficaz e coordenada, o que proporciona à sociedade excelência nos serviços prestados e economia de recursos públicos.

### *Palestras sobre governança*

Entre os palestrantes, houve a participação do Diretor Internacional de Serviços de Aprendizagem da Harvard Business Publishing, professor Jean François Goldstyn, sobre "Gestão de Mudanças no Setor Público". A palestra trouxe estudo de casos para exemplificar as boas práticas empregadas em organizações públicas mundo afora.

Em outubro de 2012, integrando o mês do servidor, também foi realizada palestra com o Doutor em Administração pela Fundação Getúlio Vargas e Professor da Fundação Dom Cabral, Paulo Vicente dos Santos Alves, sobre os desafios para a modernização da administração pública diante de um cenário de constantes transformações.

A gestão de riscos é ferramenta essencial de governança em uma organização. Por isso, o ILB também promoveu o curso presencial "Gestão de Riscos – Princípios e Diretrizes", ministrado pelo instrutor Guilherme Machado, com ampla experiência na área. Também foi realizado em seis módulos o "Treinamento em Práticas de Gestão de Avenças Administrativas", com o fim de padronizar os procedimentos relativos às licitações e aos contratos dentro do Senado.

### *Cursos de pós-graduação no ILB a partir de 2013*

Em novembro de 2012, o Senado obteve mais uma grande conquista na área educativa. Trata-se do credenciamento por três anos pelo Ministério da Educação para oferecer cursos de especialização *lato sensu* em regime presencial aos servidores da Casa. Os cursos serão nas áreas de Ciência Política, Comunicação Legislativa, Direito Legislativo e Administração Legislativa.

Durante o processo de avaliação do Ministério da Educação, foram considerados a capacidade das instalações físicas do ILB e o quadro de professores do Senado Federal. Atualmente, o corpo docente do ILB é composto por 120 professores com mestrado ou doutorado.

Os cursos terão início em 2013, com duração de cinco meses. A proposta inicial é de que os cursos sejam ministrados presencialmente, mas existe a possibilidade de, no futuro, serem oferecidos também em ambiente virtual. A autorização tem prazo de três anos, nos termos do art. 2º da Resolução CNE/CES nº 7 de 2011.

## Produções Educativas do canal ILB

O canal ILB disponibiliza produções educativas por meio da internet. Durante o ano de 2012, ocorreram:

- Produção de 20 vídeos com tutores dos cursos de educação a distância disponibilizados na plataforma do ILB/EaD;
- Gravações de série de 12 vídeo-aulas sobre a História dos Partidos Políticos no Brasil;
- Gravação na íntegra de atividades dos cursos presenciais de Oratória, Segurança Corporativa, Sincronismo Organizacional, Formação de Tutores;
- Realização de cobertura jornalística, gravação na íntegra e edição de palestras e *workshops* do programa PRORESULTADOS, de modernização administrativa do Senado Federal.
- Cobertura do Ciclo de Atividades de Qualidade de Vida;
- Gravação e edição de palestras, mesas-redondas e *workshops*:
- Consumo Consciente – Como administrar suas finanças;
- Espaço Bem Estar;
- *Marketing* Pessoal e Profissional;
- Como lidar com as emoções;
- Como Lidar e Evitar o Assédio Moral;
- Etiqueta Postural e Profissional;
- Qualidade de Vida x Estresse.
- Produção de *kit* de DVDs, resultado de gravações e edições de 20 palestras de gestores convidados para a primeira etapa do programa "Conhecendo o Senado", evento de iniciativa da Diretoria-Geral;
- Cobertura do "Conversando Tecnologia", com palestras e *workshops* programados pelo Prodasen;
- Edição de palestras e minicursos do fórum pelos 5 Anos de Fundação da Comunidade TIControl;
- Produção de vídeos de treinamento em parceria com o Prodasen, transcodificação de acervo do TCU e TST;
- Pesquisa e desenvolvimento de roteiros da série com 12 vídeos sobre política contemporânea, denominado Política Como Vocação, com a colaboração de consultores legislativos;
- Acompanhamento de projeto e desenvolvimento de arquitetura e *design* da nova página do ILB para a internet – desenvolvimento em parceria com a SSTI/SGNET (PRODASEN);
- Transferência do acervo em áudio e vídeo, com a revitalização do Canal ILB, e atualização de conteúdos voltados para o Canal Educação – Portal do Senado Federal;

- Participação no planejamento e realização de documentário que retrata o projeto Senado Jovem, em parceria com a Secretaria de Relações Públicas e o Núcleo de Produção de Programas da TV Senado;
- Gravações e cobertura do Curso Pró-equidade de Gênero e Raças;
- Cobertura, com gravações e reportagens, do Programa de Modernização da Gestão do Senado Federal. Os 30 encontros, de iniciativa da Diretoria-Geral, aconteceram na sede do ILB;
- Gravação de reuniões ordinárias e registro na íntegra das audiências públicas da Comissão de Educação. A parceria com a CE prioriza a publicação na página do ILB de matérias jornalísticas e debates sobre temas relacionados à educação;
- Gravações e finalização de *kit* de DVDs que reúne 11 palestras de intelectuais brasileiros e convidados internacionais participantes do Fórum Senado Brasil 2012;
- Gravação do evento: "Democracia em Tempos de Mutações", organizado pela Comissão Especial da Presidência do Senado Federal;
- Produção de *kit* de DVDs que reúne três palestras de intelectuais brasileiros, professores convidados para a segunda etapa do Fórum Senado Brasil 2012 – Construção Permanente, organizado pela Comissão Especial da Presidência do Senado Federal;
- Cobertura, com gravações na íntegra e reportagens, dos encontros do Programa Integrar, voltado para os novos servidores concursados que assumiram vagas no Senado Federal;
- Gravação e cobertura dos encontros e visitas dos alunos da rede pública e portadores de necessidades especiais, incluídos no Ação Educativa, projeto de iniciativa da Secretaria de Arquivo do Senado Federal – SARQ.

### *Ciclo de palestras "Conhecendo o Senado"*

Em 2011, inserido na política de compartilhamento do conhecimento, foi realizado o ciclo de palestras "Conhecendo o Senado", realizado pela Diretoria-Geral.

O ciclo tem por objetivo proporcionar melhor acesso a informações e esclarecimentos sobre as atividades inerentes a cada setor, promover rotina de trabalho mais eficaz e maior integração entre as unidades, além de apresentar-se como oportunidade de estabelecimento de contato com as outras áreas. Dessa forma, contribui para que se integrem às rotinas e construam uma visão global do funcionamento da Casa. É destinado aos servidores, comissionados, terceirizados, estagiários e interessados.

Durante o ciclo de palestras, foram apresentadas algumas unidades administrativas, como a Secretaria Geral da Mesa, Secretaria de Controle Interno, Consultoria Legislativa, Advocacia do Senado, Secretaria Especial do Interlegis, Instituto Legislativo Brasileiro, Secretaria de Recursos Humanos, Consultoria Legislativa, Prodasen, Secretaria de Arquivo, Secretaria de Anais, Secretaria de Engenharia, Secretaria de Patrimônio, Secretaria de Polícia, Secretaria de Relações Públicas, Secretaria do Sistema Integrado de Saúde, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Secretaria de Assistência Médica e Social, entre outras.

## *Ciclo de palestras “Gestão de Pessoas no Legislativo”*

O Ciclo de palestras “Gestão de Pessoas no Legislativo”, iniciado no dia 15 de março de 2012, foi uma parceria entre a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa e o Senado Federal. A iniciativa buscou promover a reflexão sobre temas relacionados à vida pessoal e profissional, como superação de desafios, espírito de equipe e valorização das conquistas.

Trata-se de um verdadeiro marco no relacionamento entre as Casas do Poder Legislativo que, juntas, discutem sua política de gerenciamento de pessoas, por meio de encontros que proporcionam momentos de reflexão e de aprendizado.



O maestro João Carlos Martins durante a palestra no auditório do Senado Federal

Pedro França – Agência Senado

O primeiro convidado do projeto foi o esportista Lars Grael, que contou a trajetória da sua vida, marcada por desafios, disciplina, força de vontade e superação. A segunda palestra “Faça mais do que as pessoas esperam de você”, foi proferida pelo gestor Eduardo Tevah. Para encerrar o ciclo de palestras, durante o mês do servidor, foi realizada a palestra “Superando obstáculos: a música venceu”, com o maestro João Carlos Martins.

### *Palestra Patrimônio e Turismo Cultural*

A Secretaria de Informação e Documentação promoveu a palestra Patrimônio e Turismo Cultural, realizada na cerimônia de lançamento da Visita Virtual, pela professora do Departamento de Turismo da Universidade de Brasília Iara Brasileiro. Na oportunidade, foi possível discutir o turismo cívico de forma estratégica, como instrumento de preservação do patrimônio cultural e, consequentemente, como fator de geração de conhecimento.



Professora Iara Brasileiro discute Patrimônio e Turismo Cultural

Márcia Kalume – Agência Senado





# Saúde





A permanente busca por um serviço de saúde com qualidade para os colaboradores é marca do Senado Federal. Todos os investimentos realizados neste setor visam ao aumento da produtividade e à redução dos gastos com doenças do trabalho e com absenteísmo. Foram feitas mudanças significativas na normatização e regulamentação desta área no intuito de garantir mais qualidade aos serviços prestados.

A Secretaria de Assistência Médica e Social – SAMS e a Secretaria do Sistema Integrado de Saúde – SSIS são as unidades administrativas do Senado Federal dedicadas, exclusivamente, à atenção à saúde do servidor, dos parlamentares, de seus respectivos dependentes legais, de pensionistas e, em casos de urgência e emergência, de funcionários terceirizados e visitantes do Senado Federal.

A SAMS atua em caráter ambulatorial mediante consultas preventivas e de pronto atendimento. A SSIS gere o plano de saúde, na modalidade de autogestão, em caráter suplementar e opcional, abrangendo, aproximadamente, 15 mil vidas assistidas.

## Ações do Senado Federal

### Estrutura financeira do SIS

O SIS conta com recursos da União, alocados ao Senado Federal pelas leis orçamentárias anuais. De acordo com o atual Regulamento do SIS: "O Senado Federal destinará ao SIS, anualmente, o valor correspondente a, pelo menos, 3,5% da dotação consignada na lei orçamentária anual para sua despesa total com pessoal e encargos sociais".

Ademais, o SIS possui seu Fundo de Reserva. Os recursos do Fundo cobrem eventuais insuficiências de recursos orçamentários e constituem parcela estratégica para a preservação do plano. O Fundo tem natureza privada, apesar de administrado por ente público. As três principais fontes de ingressos do Fundo são:

- a) as contribuições mensais dos beneficiários, cobradas independentemente da utilização efetiva dos serviços do SIS;
- b) as participações dos beneficiários nos gastos incorridos pelo SIS, por conta da utilização do sistema de saúde, respeitada a faixa de participação;
- c) os rendimentos das aplicações financeiras do Fundo.

O pagamento da coparticipação nas despesas e as contribuições mensais dos beneficiários são descontadas em folha de pagamento. O percentual das contribuições é prefixado conforme a categoria funcional: pensionista e auxiliar legislativo: 15%; técnico legislativo: 20%; analista legislativo, consultores, advogados e comissionados: 30%. As contribuições dos usuários são aplicadas em certificados de depósito bancário (CDBs), caderneta de poupança e cotas de fundos de investimento de renda fixa lastreados exclusivamente em títulos do Tesouro Nacional. Apenas o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal são autorizados a receber as aplicações do SIS.

A Diretoria-Geral do Senado Federal criou, em 2011, grupo de trabalho incumbido da análise econômico-financeira das receitas, despesas e aplicações dos recursos do Sistema Integrado de Saúde, visando à otimização financeira e patrimonial. Desse esforço, resultou a constituição de um fundo de renda fixa exclusivo do SIS, administrado pelo Banco do Brasil (BB SIS Fundo de Investimento Renda Fixa), que concentra as aplicações de recursos do Fundo de Reserva.

Em abril de 2012 ocorreram as primeiras operações desse fundo. Estão sendo mantidos contatos também com a Caixa Econômica Federal, visando ao aumento da competição pela maior rentabilidade das aplicações.

## **Mais racionalidade na Gestão do SIS**

A Diretoria-Geral elegeu a sustentabilidade financeira e os ganhos na qualidade de atendimento como elementos norteadores da gestão da saúde no Senado.

Buscou-se a redução dos custos do SIS mediante ações de gestão. Uma delas consistiu em adotar maior nível de detalhamento no registro dos procedimentos médicos. Isso garantiu economia ao plano, já que o detalhamento permitiu maior controle nos pagamentos aos hospitais e clínicas credenciadas, identificando-se possíveis inconsistências nos registros apresentados.

Ademais, a perícia das faturas dos credenciados passou a ser efetuada antes do pagamento dos procedimentos. Essa avaliação *a priori* garantiu economia ao impedir desembolsos que, no futuro, se mostrariam desnecessários e prejudicariam a política de aplicações financeiras do plano.

A renegociação contratual com os credenciados aboliu a prática de "bandas positivas", que consistia no pagamento de valores acima das tabelas usadas no mercado com vistas a garantir mais qualidade nos serviços prestados pelos hospitais e clínicas.

Também em relação aos credenciados, a autorização prévia de exames e procedimentos que excedem o valor limite definido no regulamento foi refinada. No caso de equipamentos médicos de alto valor, avalia-se a possibilidade de uso de materiais alternativos que garantam tanto o bem estar dos beneficiários quanto a economia para o plano, mediante renegociação de preços dos materiais solicitados.

Com foco no aumento da arrecadação de receitas, os valores de contribuição pagos pelos usuários do SIS foram ajustados em face dos preços praticados no mercado. Estabeleceram-se novos valores por faixa etária. Antes, os beneficiários do plano eram considerados por grupo familiar para fins de pagamento. A partir de então, passou-se a efetuar a cobrança por beneficiário. A adoção do sistema *per capita* possibilitou mais transparência e otimizou a arrecadação de receitas do SIS. Também ocorreu recadastramento dos dependentes, permitindo a exclusão daqueles com mais de 24 anos de idade, que não fazem jus à cobertura do plano.

Essas ações, em conjunto com as demais narradas neste capítulo, evidenciam o esforço da Diretoria-Geral em melhorar a qualidade do plano para seus beneficiários.

## **Cobertura do Fundo de Reserva**

A reversão da trajetória declinante do uso das reservas do SIS e o aumento dos recursos orçamentários são evidências que refletem os esforços na busca de condições para que o plano cumpra, satisfatoriamente, hoje e no futuro, a sua missão de prestação de assistência à saúde dos servidores, dependentes e pensionistas.

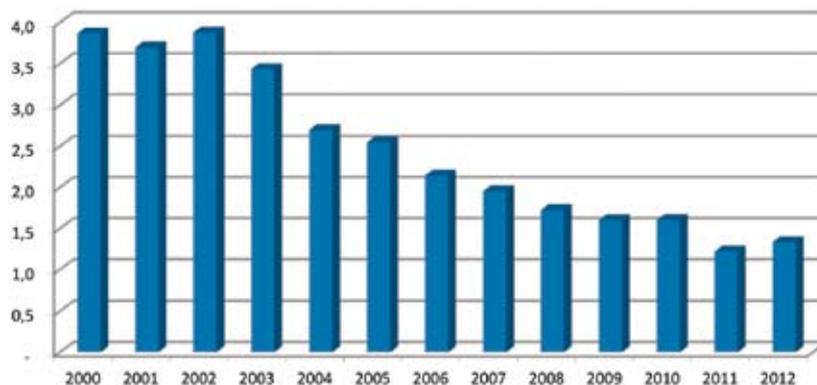
Em 2012, a utilização dos recursos do Fundo de Reserva ocorreu apenas a partir do final de novembro, o que indica melhora significativa na capacidade de gestão do plano. Além disso, a reversão na tendência de crescimento dos gastos também pode ser observada nos valores faturados. Ainda, existe a ex-

pectativa de manutenção ou até mesmo aceleração na tendência de redução de gastos em 2013, devido ao início da execução do convênio firmado pelo SIS com o Saúde Caixa.

O gráfico abaixo expõe o indicador de desempenho e sustentabilidade do SIS que consiste na relação entre os saldos do Fundo de Reserva e os gastos anuais. Tal relação, que superou 3,5 anos, entre 2000 e 2002, veio numa trajetória declinante desde então, até beirar a unidade em 2011, ameaçando a sustentabilidade do plano.

A reversão da trajetória ocorreu em 2012. Espera-se que em 2013 os efeitos da mudança gerenciais e da alteração na estrutura de custos e receitas do plano promovam a consolidação dessa tendência positiva.

Uso do Fundo de Reserva em anos.



## Novo Regulamento do Sistema Integrado de Saúde

No decorrer de 2011, foi necessário tomar medidas para compensar o custo crescente dos procedimentos. Garantiu-se o aumento anual de R\$6 milhões na arrecadação mensal de contribuições, que passaram de cerca de R\$22,6 milhões para mais de R\$31 milhões.

Aprovado pela Resolução nº 35, de 2012, o novo regulamento tem por objetivo modernizar as regras de funcionamento do SIS, com vistas a manter tanto a cobertura satisfatória no atendimento quanto preservar o equilíbrio financeiro.

As mudanças no SIS vieram ao encontro de uma gestão mais eficiente e sustentável, sem abandono do modelo de autogestão. Os convênios permanecem sendo feitos diretamente com hospitais e clínicas, sem a interferência de outras empresas gestoras de planos de saúde.

O Regulamento estabelece em seu artigo 1º que: "O Sistema Integrado de Saúde (SIS) tem por finalidade proporcionar aos servidores ativos e inativos do Senado Federal e a seus dependentes, bem como aos titulares de pensões instituídas por morte dos servidores efetivos do Senado Federal, ativos ou inativos, assistência com vistas à prevenção de doenças e à promoção, tratamento, recuperação e manutenção da saúde, mediante modelo associativo fechado, de caráter social, sem fins lucrativos, sob modalidade de autogestão".

Além da aprovação do novo regulamento, outras medidas também geraram economias como: a renegociação no custo dos serviços bancários, a exemplo do custo de processamento dos boletos de cobrança; a conquista da isenção de impostos sobre os rendimentos das aplicações de recursos do fundo de reserva e a revisão da tabela usada para o pagamento dos honorários médicos.

## **Modernização da gestão do plano de saúde dos servidores do Senado Federal**

A assinatura do convênio nº 008/2012 com o Saúde CAIXA, em setembro de 2012, é um dos pilares da modernização na gestão do plano de saúde dos servidores do Senado Federal. Esse convênio prevê que o trabalho operacional com a prestação do serviço de assistência à saúde seja feito por parceiro com notória experiência possibilitando, além da redução de custos, maior eficiência na gerência estratégica do SIS.

A parceria entre o SIS e o Saúde CAIXA permite que o Senado Federal continue responsável pela gestão do Fundo de Reserva, do cadastro e da rede de credenciados. Ao Saúde CAIXA, cabem as atividades operacionais como, por exemplo, a emissão de carteiras de identificação e a realização do processamento, faturamento e auditoria das contas médicas, ações em que tem reconhecida experiência.

O modelo de parceria não envolve lucro e sim o ressarcimento de despesas do Saúde CAIXA pelo uso de sua rede credenciada dentro e fora do Distrito Federal. Isso resulta no aumento da oferta dos serviços de saúde, atendendo uma antiga demanda de pensionistas, aposentados e servidores que estão fora de Brasília.

Os usuários do SIS não precisarão se deslocar até o Saúde CAIXA para nenhuma solicitação. A emissão de guias de atendimento continuará a ser prestada pelo SIS em suas instalações físicas atuais. Os hospitais de notória especialização também continuarão credenciados pelo SIS, mediante contrato específico para esse fim.

Em Brasília, já há ganhos substanciais na qualidade da assistência à saúde prestada pelo SIS. A assinatura do convênio permitiu dobrar o tamanho da rede de credenciados no Distrito Federal.

Ainda, são esperados outros ganhos na qualidade dessa assistência, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, além dos ganhos operacionais decorrentes do padrão nacional único de atendimento e do incremento de escala das opções de serviços de saúde aos beneficiários.

## **Programa de prevenção, recuperação e manutenção da saúde prestada aos senadores e seus dependentes e aos ex-senadores e seus cônjuges**

O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2012, instituiu o Programa de prevenção, recuperação e manutenção da saúde prestada aos senadores, seus dependentes e aos ex-senadores e seus cônjuges.

A assistência de que trata o Ato consiste no programa de prevenção, recuperação e manutenção da saúde desenvolvido pelos serviços da Secretaria de Assistência Médica e Social (SAMS) ou da rede pública, sem ônus para os beneficiários; por serviços prestados por instituições públicas e privadas mediante contrato de credenciamento com o Senado Federal; por profissionais liberais ou instituições não credenciadas com o Senado Federal, sob a modalidade de livre escolha, mediante pagamento direto e posterior solicitação de ressarcimento de despesas.

## **Reestruturação da SAMS**

A SAMS iniciou em 2012 um amplo processo de reestruturação dos seus serviços. A modernização resultou em economia aproximada de R\$720 mil, com o corte no pagamento de horas extras e de adicional noturno, relativo ao fim dos plantões aos sábados, domingos e feriados, e também, durante a semana, no período da meia-noite às 6h.

Em 2012, a SAMS contabilizou 72.292 atendimentos; atuou em 26 atividades de promoção da saúde de iniciativas dos setores de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Psicologia e Fisioterapia. O serviço de atendimento ambulatorial do Senado funciona das 8h às 12h e das 14h às 18h, durante os dias úteis. A sala de pronto atendimento está em funcionamento das 7h às 24h. A SAMS também atua no posto avançado de atendimento médico próximo ao Plenário do Senado Federal.

O público atendido pela SAMS abrange, além dos senadores e respectivos dependentes legais, ex-senadores e cônjuges, servidores ativos e inativos e seus dependentes legais e pensionistas. Funcionários terceirizados e estagiários, quando em situações de urgência e emergência, também são atendidos pela secretaria, assim como qualquer visitante acometido de mal súbito dentro do complexo arquitetônico do Senado Federal. O público potencial da SAMS é de aproximadamente 28 mil pessoas, maior que o de muitas cidades brasileiras.

Destacam-se os programas de promoção da saúde desenvolvidos pela SAMS:

- Assistência ao paciente diabético;
- Apoio ao paciente hipertenso, ao dependente químico e à gestante; atenção ao idoso;
- Programa de escolha profissional;
- Orientação a pais;
- Psicoterapia de duração limitada;
- Grupo de apoio para familiares e cuidadores;
- Grupo de estimulação cognitiva para idosos;
- Grupo de meditação e relaxamento no trabalho;
- Grupo de tabagismo;
- Oficina de memória;
- Palestras educativas.

### **Normatização dos procedimentos relativos à concessão de licença para tratamento de saúde**

- A Comissão Diretora aprovou o Ato nº 17, de 2011, para disciplinar os procedimentos relativos à concessão das licenças para tratamento da própria saúde do servidor, por motivo de doença em pessoa da família, à gestante, e por acidente em serviço. De acordo com o Ato, a concessão de licença a servidor para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, é feita com base em perícia oficial a ser realizada por profissional devidamente habilitado da Secretaria de Assistência Médica e Social (SAMS), sem prejuízo da remuneração a que fizer jus.

Em caso de doença que o impeça de comparecer ao serviço, o servidor deverá buscar atendimento médico e comunicar a seu chefe imediato o motivo de sua ausência e o local onde poderá ser encontrado. Na impossibilidade de atendimento por profissional habilitado da SAMS, do Sistema Único de Saúde (SUS) ou credenciado junto ao Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal (SIS), será aceito atestado passado por médico particular. Após o atendimento médico, o servidor, ou alguém em seu nome, deverá apresentar o respectivo atestado à Junta Médica no prazo máximo de dois dias úteis ou, caso convocado para depor em sindicância, no prazo de um dia útil a contar do início do afastamento.



# Informação e Documentação





# Informação e Documentação

Compete à Secretaria de Informação e Documentação planejar, supervisionar e coordenar as atividades vinculadas ao sistema de informação e documentação do Senado Federal, relativas ao Museu, Informações, Tradução e Interpretação.

Ao longo do Relatório estão descritas algumas ações efetivadas pela SIDOC. A seguir são descritas ações do Arquivo e Biblioteca, subordinadas tecnicamente à Secretaria.

## Ações do Senado Federal

### Arquivo do Senado Federal

A Secretaria de Arquivo (SARQ) é o órgão central do Sistema de Arquivo e Controle de documentos do Senado Federal e do Congresso Nacional – SIARQ-SF. Faz parte do sistema de arquivos do Poder Legislativo – SINAR e do Sistema Nacional de Arquivos.

O objetivo central da SARQ é assegurar o controle e a organização dos documentos produzidos, expedidos e recebidos pelas várias unidades organizacionais do Senado Federal no desempenho de suas atividades, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza do documento.

Na área de atendimento ao usuário, em 2011 e 2012, desenvolveu as seguintes atividades:

Descrição do Indicador	2011
Secretarias do Senado	538
Alô Senado/SIC	23
Senador	119
Servidor	56
Câmara dos Deputados	29
Deputados	13
Poder Executivo	60
Poder Judiciário	34
Poder Legislativo – Estadual e Municipal	2
Associações	5
Advogados	57
Empresas Particulares	3
Jornalistas	9
Particulares	417
Estudantes	94
<b>TOTAL</b>	<b>1.459</b>

#### Atendimento ao Usuário

Descrição do Indicador	2012
Pedidos de pesquisa feitos pelo cidadão via Arquivo do Senado ou Alô Senado	96
Pedidos de pesquisa feitos por unidades do Senado Federal	726
Pedidos de pesquisa feitos por unidades da Câmara dos Deputados	29
Pedidos de pesquisa feitos por órgãos do Poder Executivo	70
Pedidos de pesquisa feitos por órgãos do Poder Judiciário	49
Pedidos de pesquisa feitos pela Imprensa	5
Pedidos de pesquisa feitos por Acadêmicos	105
<b>TOTAL</b>	<b>1.890</b>

A SARQ presta assistência técnica na área arquivística, orientando as diversas unidades do Senado Federal na organização e transferência de documentos ao arquivo central. Em 2011 e 2012, realizou as seguintes atividades:

Atividades	Quantidade	
	2011	2012
Assistências Técnicas Arquivística	561 visitas	801 visitas
Levantamento e diagnóstico da situação atual dos arquivos e recomendações técnicas	3	19
Transferência de documentos ao arquivo Administrativo:	1.215 caixas-arquivo	688 caixas-arquivo
Revisão de Guia de Transferência	128 caixas-arquivo	951 caixas-arquivo
Elaboração de Listagem de Eliminação	206 caixas-arquivo	449 caixas-arquivo
Revisão de listagem de Eliminação:	213 caixas-arquivo	578 caixas-arquivo
Eliminações realizadas	1.193 caixas-arquivo	-
Classificação de Documentos	266 caixas-arquivo	502 caixas-arquivo
Elaboração/Revisão de listagem descritiva do Acervo	251 caixas-arquivo	1.503 caixas-arquivo
Recolhimento de documentos a Subsecretaria de Arquivo Permanente	10 caixas-arquivo	111 caixas-arquivo
Elaboração de Guia de Transferência	38 caixas-arquivo	541 caixas-arquivo
Tramitação de Processos no Sistema de Acompanhamento de Documentos (SICAD)	598 processos	5.462 processos
Devolução de documentos as unidades após conferência da guia de transferência	32 caixas-arquivo	14 caixas-arquivo
Documentos avulsos classificados e avaliados (Massa Documental Acumulada)	558 caixas-arquivo	1.026 caixas-arquivo
Recebimento, conferência e arquivamento de ordens de serviços (OS)	12.976 envelopes	9.998 envelopes
Recebimento, conferência e Arquivamento de Trabalhos em Tramitação (TT's)	1.212 envelopes	1.021 envelopes

Assistência Técnica Arquivista

Para promover a difusão do acervo custodiado, a secretaria desenvolveu o Projeto de Atividade Educativa da SARQ, tendo como objetivos:

- contribuir para o exercício de cidadania, conscientizando os alunos da importância da preservação do patrimônio histórico e cultural para a sociedade, auxiliando-os na leitura do mundo em que estão inseridos;
- levar os alunos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança histórico-cultural, orientando-os para melhor usufruto destes bens e proporcionando novos conhecimentos;
- despertar nos alunos a importância de instituições de arquivo para guarda, preservação e acesso aos documentos.

A atividade constituiu-se de visita institucional ao Congresso Nacional, apresentação teatral da história do Arquivo do Senado Federal e da importância dos arquivos, bem como exposição de réplicas de documentos do acervo custodiado.

O projeto iniciou-se em outubro de 2011 e recebeu 6 escolas públicas de ensino fundamental, num total de 250 alunos e 15 professores. Em 2012, recebeu 25 escolas públicas de ensino fundamental, num total de 1.430 alunos e 90 professores.

Também como forma de difundir o seu acervo, a Secretaria realizou, em 2012, as exposições "80 Anos do Voto Feminino no Brasil" e "Abolição da Escravatura – 124 anos", nos Espaços Galeria do Senado Federal e Ivandro Cunha Lima.

Em 2012, também elaborou e publicou os "Dados Biográficos das Senadoras 1979 – 2012" e os "Dados Biográficos dos Senadores da 54ª Legislatura 2011–2015".

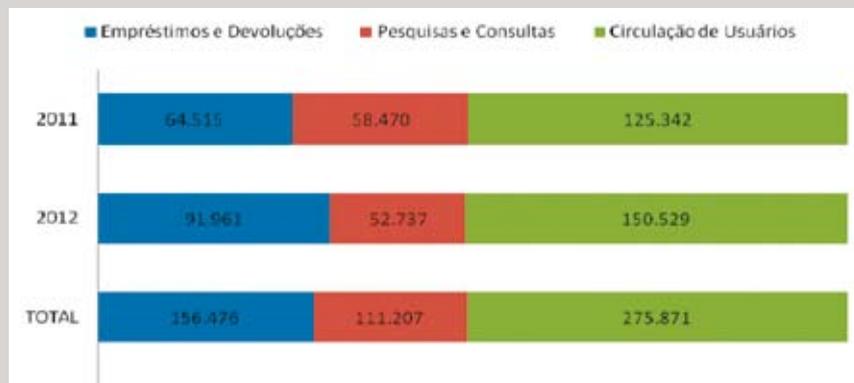
Foram realizadas, também, as seguintes atividades:

Atividades	Quantidades	
	2011	2012
<b>Atualização do Sistema de Matérias Legislativas (MATE) – Proposições de 1946 a 1972</b>	1.748 documentos	1.067 documentos
<b>Inventário dos documentos do Império e anteriores – 1788 a 1889</b>	542 documentos	137 documentos
<b>Digitalização de documentos</b>	99.974 páginas	12.304 páginas
<b>Digitalização de fotos</b>	-	2.419 fotos
<b>Tratamento de documentos recolhidos</b>	147 caixas-arquivo	207 caixas-arquivo
<b>Conversão de arquivos dos Diários do Congresso Nacional em formato não reconhecido para TIF e PDF</b>	150.345 páginas	-

Tratamento Documental

## Biblioteca do Senado Federal

O acervo da Biblioteca do Senado Federal, desde 1826, ano de sua fundação, é um dos mais completos do Brasil, sendo especializado em Ciências Sociais. Nos últimos dois anos, avançou-se tanto no acervo físico quanto na Biblioteca Digital, que trouxe mais informações e mais facilidade de pesquisa, como a inclusão de novos títulos e novos arquivos.



Pesquisas e Empréstimos

- Atendimento aos usuários

Nos últimos dois anos, passaram pela Biblioteca 275.871 usuários internos e externos ao Senado. Em 2012, nota-se um significativo aumento do volume de empréstimos e devoluções de publicações. Uma das razões desse incremento pode ser o aumento de publicações adquiridas pela Biblioteca.

- Livros, Folhetos, Mapas e CD-ROM

Em 2011, a Biblioteca processou 4.432 documentos. Elaborou, ainda, 53 fichas catalográficas de obras editadas pelo Senado Federal e revisou 232 obras raras que foram digitalizadas. Essa atividade gerou a colocação de 11.516 bolsos de livros e cartões de datas, colagem de 6.493 etiquetas em livros novos no acervo ou com etiqueta danificada.

No ano de 2012, foram processados 4.992 documentos e preparados para colocação nas estantes e disponibilização para consulta, com a colocação de etiquetas de lombada, bolsos e fichas empréstimos, 13.330 livros, folhetos, mapas, CD-ROM e DVD. Além do processamento dos livros, folhetos, mapas e CD-ROMs, a Biblioteca elaborou 52 fichas catalográficas para as publicações editadas pelo Senado em 2011, e 25, em 2012.

- Sala de Acessibilidade Digital

Objetivando proporcionar uma maior acessibilidade ao cidadão, a sala funciona mediante agendamento. O número de usuários que a frequentam é alto, tendo em vista que, hoje, a internet faz parte da vida de todo cidadão.

Ano	2011	2012	TOTAL
Total de usuários	4.849	3.846	8.695

Atendimento Sala Acessibilidade Digital

- Compras, doações, permuta e depósitos legais

Registro de Compra, Doação, Permuta e Depósito Legal

**Registro de Compra, Doação, Permuta e Depósito Legal**

Tipo de material	2011	2012
Livros	4.094	3.740
Folhetos	335	260
Mapas	10	12
Mídias digitais (CD-ROM / DVD)	191	152
<b>Total</b>	<b>6.641</b>	<b>3.892</b>

- Processamento técnico do acervo

As atividades envolvidas no processamento das informações dos livros, de coleções de revistas, de artigos de revistas e de jornais são:

- seleção, catalogação, classificação e indexação de documentos;
- alimentação da base de dados bibliográficos, compreendendo livros, artigos de revistas e novos títulos de periódicos e artigos de jornais incorporados ao acervo;
- preparação do material para o acervo;
- elaboração de fichas catalográficas (catalogação na fonte) de publicações do Senado Federal;
- manutenção dos Sumários Correntes Virtuais de Periódicos e do Boletim Virtual de Novas Aquisições na página da Biblioteca do Senado Federal, na internet;
- colaboração no estudo de descritores para subsidiar a atualização do Vocabulário Controlado Básico (VCB).

A seguir, informam-se os dados estatísticos relacionados às atividades de catalogação e indexação de livros, folhetos, coleções de revistas, artigos de revistas e de jornais.

Processamento Técnico do Acervo	2011	2012
Livros, folhetos, mapas, CD-ROM, DVD	4.432	4.992
Títulos de revistas	136	174
Artigos de revistas	5.810	5.263
Artigos de jornais	23.977	21.980
Catalogação na fonte	52	18

Processamento técnico

- Rede Virtual de Bibliotecas

O Serviço de Gerência da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI da Biblioteca do Senado coordena o trabalho cooperativo de 14 bibliotecas de instituições públicas sediadas em Brasília-DF, com o objetivo principal de manter a integridade das informações da base bibliográfica e das bases de dados administrativos. No ano de 2011, os trabalhos da gerência concentraram-se em três projetos prioritários: a edição do Manual de Descrição Bibliográfica em formato atualizável, com treinamento de bibliotecários novos da rede; a mudança da versão 16 para a versão 20 do sistema de gerenciamento de biblioteca Aleph, e a renovação do Termo de Cooperação Técnica das bibliotecas da RVBI. Em 2012, foi dada continuidade às configurações dos programas do sistema Aleph.

Para a padronização da base bibliográfica, em 2011, a Gerência deu continuidade à atualização dos manuais de trabalho, com a colaboração de bibliotecários da Subsecretaria de Processamento Técnico (SSPTEC) da SBIB, com o objetivo de aumentar o nível de detalhamento e abrangência das recomendações e exemplos. O manual Análise e representação de assuntos: diretrizes para a Rede Virtual de Bibliotecas teve atualizações divulgadas por Circulares técnicas, e o manual Descrição bibliográfica: diretrizes para a Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI, foi reeditado em folhas soltas atualizáveis armazenadas em fichário, permitindo maior flexibilidade e agilidade nas ampliações e atualizações, sendo que em 2012 teve atualizações em 19 (dezenove) campos MARC21.

- Biblioteca Digital do Senado Federal – (BDSF)

A Biblioteca Digital encerrou o ano de 2011 com 214.098 documentos, distribuídos em coleções, conforme tabela a seguir. Ao final de 2012, a BDSF contava com 226.507 documentos, distribuídos em coleções, conforme tabela a seguir:

Coleção	Quantidade de documentos	
	2011	2012
Produção Institucional	779	965
Direitos do Cidadão	449	497
Acessibilidade	246	259
Constituinte nos Jornais	33.961	33.961
Banco de Notícias	173.263	181.711
Obras Raras	603	885
Periódicos	4.115	4.284
Publicações Externas	43	72
Senadores	639	3.876
<b>TOTAL</b>	<b>214.098</b>	<b>226.507</b>

Coleção da BDSF

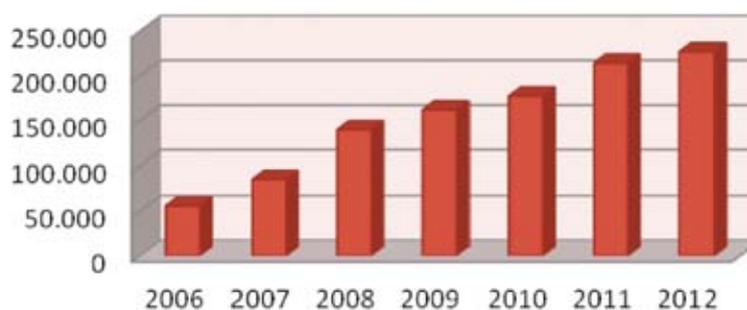
O ano de 2011 foi concluído com 177.115 documentos depositados. Ao final de 2012, a BDSF totalizou 226.507 obras, gerando 5,79% de crescimento em relação ao ano anterior.

Ano	Total de documentos	Porcentagem de crescimento
<b>2011</b>	<b>214.098</b>	<b>20,88%</b>
<b>2012</b>	<b>226.017</b>	<b>5,79%</b>

Documentos depositados na BDSF

## Acervo BDSF

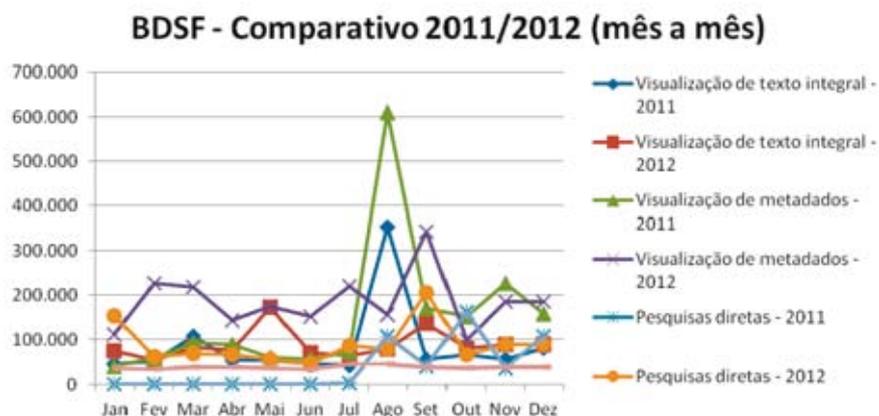
Comparativo de documentos depositados na BDSF



Em 2011 foram contabilizadas 1.688.582 pesquisas diretas na BDSF e 456.688 pesquisas indiretas (feitas com uso de mecanismos externos de busca – OAI Request, como o Google e o Yahoo), com visualização de 1.776.310 itens (visualização de metadados) e *download* de 999.506 documentos (visualização de texto integral).

Em 2012 foram contabilizadas 1.059.936 pesquisas diretas na BDSF e 457.286 pesquisas indiretas (feitas com uso de mecanismos externos de busca – OAI Request, como o Google e o Yahoo), com visualização de 2.205.782 itens, e *download* de 1.060.471 documentos.

Comparativo de documentos depositados na BDSF



Comparando-se os anos de 2011 e 2012, nota-se que continua tendo uma grande procura na internet. As pesquisas diretas foram 37% menores, mas a visualização de itens foi 24,17% maiores. As pesquisas indiretas e *download* de documentos praticamente ficaram estáveis de um ano para o outro. Esses dados demonstram que a BDSF continua tendo um alto desempenho como recurso de informação ao cidadão.

## Memória Legislativa do Código Civil

A obra Memória Legislativa do Código Civil, de autoria de Edilenice Passos e João Lima, servidores do Senado Federal, é um instrumento de pesquisa que procura oferecer de forma simples a história legislativa de todos os dispositivos do Código Civil, desde a publicação do projeto de lei até sua sanção.

A obra, em 4 volumes e mais de 2.400 páginas, apresenta os documentos oficiais produzidos durante o processo legislativo (emendas, pareceres, redação final em cada Casa Legislativa).

O primeiro volume é um quadro comparativo entre o conteúdo do projeto original (1975), o texto produzido pela Câmara dos Deputados em 1ª turno (1984), o teor do trabalho produzido pelo Senado Federal (2000) e o Código Civil (2002). Abaixo de cada dispositivo estão relacionadas as emendas que receberam. Ao clicar nas emendas navega-se para os outros volumes onde está o texto integral da emenda e seus pareceres.

Os volumes 2 e 3 possuem índice onomástico e o quarto traz ainda a exposição de motivos assinada pelo Prof. Miguel Reale, coordenador da comissão que preparou o anteprojeto em 1975.

Ademais da publicação impressa, a obra também está disponível na página do Senado Federal em [www.senado.gov.br/publicacoes/mlcc](http://www.senado.gov.br/publicacoes/mlcc).



Primeiro Volume da Coleção Memória Legislativa do Código Civil





# Responsabilidade Socioambiental





# Responsabilidade Socioambiental

O Senado Federal tem o dever de se alinhar aos interesses da sociedade, pois compartilha com ela os objetivos de adoção de postura e de ações éticas que contribuam para o desenvolvimento econômico de forma consoante com o meio ambiente. Por isso, a responsabilidade socioambiental da Casa é primordial para a democratização, pois, por meio dessas ações, amplia-se o acesso das pessoas ao Poder Legislativo. Além disso, ao exercer a solidariedade dos servidores e colaboradores, se contribui para uma sociedade menos individualista e mais preocupada com os problemas coletivos.

## Ações do Senado Federal

### Programa Senado Solidário

O Programa Senado Solidário integra todas as campanhas sociais da Casa e conta atualmente com quatro projetos: Campanha do Agasalho; Campanha de Doação de Sangue; Campanha Natal Solidário; e Campanha de Valorização do Idoso. A iniciativa busca contribuir para a integração dos colaboradores do Senado Federal e, ao mesmo tempo, promover a solidariedade por meio de ações humanísticas.

#### *Campanha do Agasalho*

A Campanha do Agasalho é uma iniciativa voltada para pessoas carentes, que não dispõem de recursos para se proteger das baixas temperaturas durante o inverno. São várias as instituições beneficiadas. Todos os servidores e colaboradores da Casa são convidados a doar agasalhos e cobertores em bom estado de conservação. Os postos de coleta se distribuem nas principais áreas de circulação do Senado. Somente em 2012, foram arrecadadas mais de três mil peças.

Marcos Oliveira – Agência Senado



## Campanha de Doação de Sangue

Por meio de parceria com a Fundação Hemocentro de Brasília, o Senado promove anualmente a Campanha de Doação de Sangue. A iniciativa tem como objetivo ajudar a rede pública de saúde a manter seus estoques de sangue mediante adesão de maior número de doadores voluntários. Em 2012, a Campanha de Doação de Sangue contabilizou 52 bolsas de sangue doadas por servidores nas dependências da Secretaria de Assistência Médica e Social.

O Hemocentro informou que "todo sangue doado é separado em diferentes componentes (como hemácias, plaquetas, plasma e outros), e assim, se pode beneficiar mais de um paciente com apenas uma doação. Os componentes são distribuídos para os hospitais e clínicas para atender a casos de emergência, a pacientes internados e a pessoas com doenças hematológicas".



Campanha de Doação de Sangue.

José Cruz – Agência Senado

## Campanha Natal Solidário

A Campanha Natal Solidário arrecada gêneros alimentícios não perecíveis para serem distribuídos a entidades filantrópicas do Distrito Federal e do Entorno, como creches, orfanatos, asilos e outras similares que cuidam de pessoas doentes e carentes. Em 2011, a campanha recebeu a doação de quatro toneladas de alimentos. Em 2012, foram arrecadados 4.620 kg em alimentos, mas também houve doações de roupas, calçados, brinquedos, produtos de limpeza, de higiene pessoal e de duas cadeiras de rodas.

Doações recebidas pela campanha  
Nacional Solidário em 2012.  
Crédito: Ana Volpe – Agência Senado



## Obras em braile

Para atender à demanda nacional, foi aumentada a quantidade de obras que o Senado publica em braile, sistema de leitura com o uso do tato desenvolvido para deficientes visuais. Essa modificação foi aprovada na 7ª reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, realizada em 28 de dezembro de 2012. Antes, toda publicação da Casa tinha 30 exemplares em braile impressos pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações. No entanto, esse número não era suficiente para atender aos pedidos de bibliotecas e instituições que atendem deficientes visuais em todo o País.

Com a mudança, essas edições passaram a ser produzidas de acordo com a demanda e a capacidade do parque gráfico do Senado, sem quantidade de exemplares definida previamente. Em 2012, foram impressos mais de três mil exemplares de livros em braile.

Marcos Lima – Agência Senado



Dessa forma, foi possível ampliar o acesso ao conhecimento intelectual para os cegos, incrementando as políticas de prática educacional democrática, na qual se leva em conta os cidadãos a serem incluídos e suas reais singularidades. Consequentemente, a maior tiragem de obras em braile pode incentivar os hábitos de leitura e dar maior independência.

Ainda em relação à produção editorial do Senado, a Gráfica ultrapassou os oito milhões de exemplares impressos. Entre as principais publicações, estão a Constituição Federal, o Código Civil, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso, a Lei Maria da Penha e a Lei de Diretrizes e Base da Educação.

## Aquisição de tablets

A aquisição de *tablets* e a substituição das publicações oficiais impressas (avulsos, diários e ordem do dia) para meio eletrônico proporcionaram uma economia de cerca de R\$1.9 milhões em insumos gráficos (papel, chapa e tinta).

O Ato do Presidente do Senado Federal nº 10, de 2009, contingenciou os gastos envolvidos na atividade de impressão gráfica, coibindo "qualquer material que não seja inerente às atividades parlamentares, ao Conselho Editorial e à manutenção e renovação de material de expediente administrativo".

É possível verificar o impacto da política de cortes de gastos a partir do quantitativo de impressões produzidas desde 2009, no quadro abaixo.



Sen. Cicero Lucena, 1º Secretario apresenta *tablet* ao Sen. Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

José Cruz – Agência Senado

SOLICITANTE	QUANTIDADE DE IMPRESSÕES			
	2009	2010	2011	2012
CD CPI	13.630.650	11.777.400	9.759.600	8.618.100
CD DEPUTADOS	41.809.436	28.128.659	15.987.016	26.138.744
LIDERANÇA	26.008.022	438.078	466.392	3.062.885
ORGÃOS SENADO	138.958.725	120.998.568	68.660.523	87.310.304
SF SENADORES	270.250.933	262.416.969	205.121.229	151.039.143
TERCEIROS	56.700	2.581.300	2.832.810	2.810.955
1ª SEC. LIDERANÇA	812.902	19.102	590.082	20.760
1ª SEC. SENADORES	2.279.727	2.771.434	4.636.265	1.179.014
CD CPI – OFICIAIS	5.256.731	3.197.196	2.217.602	693.206
CONGRESSO OFICIAIS	10.422.946	12.290.298	11.403.352	12.267.777
ORGÃOS SENADO OFICIAIS	46.134.781	37.906.159	24.452.798	24.760.531
ANAIS	9.640.200	10.359.500	10.343.100	621.000
CONSELHO EDITORIAL	10.203.404	27.783.160	8.678.400	6.460.000
EDIÇÃO TÉCNICAS	10.705.217	25.783.160	9.522.950	10.817.305
JORNAL DO SENADO	71.555.732	8.678.157	8.858.180	9.124.345
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>555.649.565</b>	<b>482.525.163</b>	<b>346.127.669</b>	<b>344.926.081</b>

Quantidade de impressões oficiais

### *Feiras do Livro e Conselho Editorial*

A Comissão Especial das Feiras do Livro organiza e promove a participação do Senado Federal nas principais bienais e feiras do livro do Brasil. Nessas ocasiões, o Conselho Editorial do Senado também divulga suas obras. Dentre elas, destacam-se as coleções "Biblioteca Básica Brasileira", "O Brasil visto por Estrangeiros", "Brasil 500 anos", "Coleção Memória Brasileira", "História Constitucional Brasileira" e a "História do Direito Brasileiro".

Ao Conselho Editorial compete formular a política editorial do Senado, estabelecer normas editoriais e de editoração, aprovar o programa editorial do Senado e supervisionar sua execução. Sua missão é editar obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do país.

O Senado Federal e a Câmara dos Deputados expuseram juntos, em um único estande de vendas, nos eventos: 22ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo/SP, XVI Feira Pan Amazônica do Livro – Belém/PA, 10ª Bienal Internacional do Livro do Ceará – Fortaleza/CE e 58ª Feira do Livro de Porto Alegre/RS.



Estande padrão do Senado Federal nas feiras do livro

Leopoldo Silva – Agência Senado

Essa parceria trouxe benefícios para o Senado, para a Câmara e também para os participantes dos eventos, que puderam apreciar, conjuntamente, os assuntos correlatos de ambas as Casas Legislativas.

#### *Feiras do Livro de 2011*

- Salão do Livro do Piauí – 05 a 12/06
- 9º Salão do Livro de Imperatriz – 16 a 26/06
- Feira Literária Internacional do Tocantins – 25/07 a 03/08
- XV Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro – 01 a 11/09
- XV Feira Pan Amazônica do Livro de Belém – 02 a 11/09
- I Feira de Livros e Quadrinhos de Natal – 17 a 21/10
- V Bienal Internacional do Livro de Alagoas – 12 a 30/10
- 57ª Feira do Livro de Porto Alegre – 28/10 a 15/11
- 5ª Feira do Livro de São Luís – 04 a 13/11
- 30ª Feira do Livro de Brasília – 11 a 20/11

#### *Feiras do Livro de 2012*

- 1ª Bienal do Livro e da Literatura de Brasília – 14 a 23/04
- Bienal do Livro de Minas Gerais – 18 a 27/05
- Salão do Livro do Piauí – 10 a 17/06
- 10ª Salão do Livro de Imperatriz – 25/06 a 03/07
- Feira Literária Internacional de Tocantins – 06 a 15/07
- 22ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo – 09 a 19/08
- XVI Feira Pan Amazônica do Livro de Belém – 21 a 30/09
- 2ª Feira do Livro e Quadrinhos de Natal – 22 a 26/10

- 58ª Feira do Livro de Porto Alegre – 26/10 a 11/11
- 10ª Bienal Internacional do Livro do Ceará – 09 a 18/11
- Feira do Livro de São Luís – 23/11 a 02/12

### **Programa de Acessibilidade**

O Programa Senado Inclusivo é responsável por promover a acessibilidade, a inclusão e a valorização da pessoa com deficiência no Senado Federal. Nasceu em 2005 para tornar o Senado uma instituição modelo em ações de promoção da acessibilidade. Além de cumprir a legislação vigente, incentiva a conscientização da sociedade brasileira no sentido de incluir a pessoa com deficiência, fomenta a capacitação, dá oportunidades, divulga campanhas preventivas e promove a formação cidadã no processo educacional.

Trata-se de programa administrativo, gerido por grupo de servidores, que promove a realização de adequações nas instalações físicas e nos meios de comunicação da Casa; mantém um serviço de apoio equipado e treinado para recepcionar e conduzir pessoas com deficiências físicas, auditivas e visuais; gerencia o serviço de interpretação em libras; divulga publicações impressas em braile e gravadas em MP3 e, primordialmente, promove ações para abrir as portas e os espaços do Senado para a divulgação dos projetos de interesse da causa, de campanhas informativas, preventivas e de conscientização.



Encontro sobre acessibilidade realizado no Senado Federal.

Geraldo Magela – Agência Senado

## Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça

O Senado aderiu voluntariamente a este programa do Governo Federal, por meio da aprovação de sugestão da 1ª vice-presidente do Senado, na 8ª Reunião da Comissão Diretora realizada em 13 de julho de 2011. Desta forma, assumiu o compromisso de rever suas práticas de gestão, buscando promover um ambiente organizacional mais igualitário do ponto de vista do acesso e da permanência no trabalho. O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, de iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, com o apoio da ONU e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), é um esforço de política pública que busca a promoção da igualdade de tratamento e de oportunidade entre homens e mulheres de todas as raças.

Mediante incremento de novas vertentes na gestão de pessoas e no âmbito organizacional, o Senado atua em prol do alcance da equidade de gênero e raça no universo laboral. Um dos objetivos específicos é analisar de maneira sistemática o perfil funcional da Casa, com base em mapeamento cadastral do quadro de servidores. Com esse tipo de informação, é possível identificar a existência de focos de desigualdades e propor medidas corretivas, se necessárias.

Para administrar o programa, foi criado o Comitê Pró-Equidade do Senado Federal, responsável pela elaboração do Plano de Ação e por submetê-lo à aprovação da Diretoria-Geral, além de coordenar a sua implementação e cumprimento. Ao participar do Programa Pró-Equidade, o Senado se comprometeu a realizar, no prazo de dois anos, as três etapas previstas na proposta: Ficha-Perfil, Plano de Ação e Pactuação.



Mesa-redonda do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça: Dialogando sobre Gênero e Raça nas Instituições Públicas.

Agência Senado

Numa primeira etapa, foi elaborado mapeamento diagnóstico do capital humano, por meio de Ficha-Perfil com dados pessoais como escolaridade, cargos, funções, remuneração, distribuição por faixa etária, forma de acesso e promoção, política de benefícios, programas de saúde e segurança no trabalho, envolvendo todos os servidores e colaboradores da Casa. A pesquisa englobou servidores efetivos, comissionados, terceirizados e estagiários. Por fim, o banco de dados levantados pela Ficha-Perfil formulou o Plano de Ação do Programa, que aplicou as medidas necessárias para diminuir os problemas de desigualdade presentes.

O Plano de Ação prevê medidas para minimizar as desigualdades existentes, aperfeiçoando mecanismos de combate às práticas discriminatórias (sexo, raça, etnia, estado gestacional e orientação sexual) e eliminando a ocorrência de assédio moral ou sexual, bem como o estímulo à sensibilização de forma abrangente, em benefício da equidade de gênero e raça nas relações interpessoais da instituição. Além disso, um *site* foi criado na intranet para que os colaboradores pudessem se informar melhor sobre as ações, os eventos e os conteúdos a respeito do programa.

### **Programa Senado Verde**

Criado em 2007, o Programa Senado Verde tem por finalidade inserir a gestão ambiental na rotina administrativa do Senado, mediante uso racional e sustentável dos recursos e insumos, estímulo às boas práticas ambientais, proposição de medidas preventivas para evitar desperdícios e orientação aos servidores quanto aos processos de reciclagem ou correta destinação final de resíduos.

O Senado Federal assinou Termo de Adesão com o Ministério do Meio Ambiente mediante o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, que tem por objetivo incentivar gestores públicos a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades, levando ao menor impacto socioambiental e à redução de gastos institucionais, por meio do uso racional dos bens públicos.

O Programa Senado Verde atualmente conta com uma equipe de voluntários designados em comissão composta por servidores de diversas áreas da instituição, além de dois funcionários permanentes. A Secretaria de Serviços Gerais é uma das parceiras que atuam diretamente no programa por meio das equipes de limpeza envolvidas com a coleta seletiva e o uso adequado de recursos como água, energia, etc.

Rotineiramente são desenvolvidas outras atividades em parcerias com secretarias, serviços e setores da Casa. Também foram firmadas parcerias externas com o Ecocâmara, o Ministério do Planejamento, o Ministério do Meio Ambiente, a Embrapa, o Jardim Botânico, a Novacap, o Serviço de Limpeza Urbana, o Sindicato dos Servidores Públicos (Sindilegis) e a Associação dos Servidores do Senado Federal (Assefe).

### **Viveiro**

Com o início da produção em 2011, o viveiro de mudas autossustentável é um dos exemplos do Programa Senado Verde. Atualmente, consegue produzir plantas para abastecer toda a área verde da Casa. Em um ano de funcionamento, o local conseguiu prover o canteiro principal do Anexo I e o Espaço do Servidor.

A construção do viveiro foi voltada para a sustentabilidade, com cerca de 300 metros quadrados. O local foi construído com a terra do próprio terreno escolhido para a obra, o que diminuiu os gastos. Os tijolos utilizados também foram produzidos com a mesma terra. Tubos de papelão e materiais provenientes dos leilões da Casa foram alternativas ecologicamente corretas que ajudaram na redução de gastos com material de construção.

Entre os critérios adotados na construção do viveiro, estão o aproveitamento da luz natural e da água da chuva, além do uso de placas de energia solar. Essas medidas causam menos impacto no meio ambiente e trazem economia aos gastos com jardinagem.

No viveiro, todo o lixo orgânico produzido passa por processo ecológico de compostagem para dar origem ao adubo que é utilizado nos jardins. Também é utilizado em menor escala o adubo vermicomposto, obtido com criação de minhocas.

Além disso, o viveiro foi o primeiro prédio público em Brasília a utilizar tecnologia alternativa de energia. Com o auxílio de painéis fotovoltaicos, o local produz sua própria energia elétrica por meio da luz solar e, quando ela não está sendo utilizada para uso local, é redirecionada e dividida com o setor de transporte.



O viveiro de mudas autossustentável consegue produzir plantas para abastecer toda a área verde da Casa.

Dorivan Marinho – Agência Senado

## Transporte Verde

Decidido a contribuir para a preservação ambiental, o Senado tomou iniciativas em relação à gestão da sua frota de veículos. Essas ações buscaram racionalidade no uso dos recursos, gerando economia financeira e efetivos ganhos para o meio ambiente. (Ver capítulo "Orçamento, Aquisições e Contratos")

No necessário processo de reposição dos automóveis, o Senado deu prioridade aos modelos do tipo bicombustível ou flex, como são popularmente conhecidos. A recomendação aos motoristas é que sempre abasteçam os veículos com etanol, menos poluente que a gasolina. Outra medida foi o estabelecimento da manutenção permanente e periódica dos veículos a cada 15 mil quilômetros. O objetivo é reduzir o desgaste das peças, o consumo de combustível e a emissão de poluentes no ar.

Modernização da frota da Casa.  
Marcos Oliveira –Agência Senado



Com a mudança no modelo de gestão de frota pela Comissão Diretora, as atribuições de manutenção dos veículos passaram a ser responsabilidade das locadoras contratadas. Todavia, incluíram-se nos contratos de locação as exigências de destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados (óleo, pneus, peças) e de manutenção preventiva. Para tanto, se estabeleceram cláusulas que harmonizam com os princípios da contratação sustentável.

## **RIO+20**

A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 – realizou-se entre os dias 13 e 24 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. O evento foi uma oportunidade para o Senado Federal contribuir com o debate e o encaminhamento de alternativas visando ao desenvolvimento sustentável e à erradicação da pobreza. Por isso, a Casa se empenhou em colaborar com a preparação da Conferência e organizou debates e documentos sobre o desenvolvimento sustentável.

Foi criado um *site* sobre a Conferência de modo que as discussões dos senadores acerca das transformações climáticas em andamento e o alerta da ciência para o descaso com o meio ambiente pudessem ser ampliados para todos os cidadãos. Na página, houve a inclusão de *clipping* de notícias de jornais e artigos de revistas, perfazendo 471 matérias atualizadas periodicamente, além da "Bibliografia sobre Meio Ambiente Rio+20" composta de 12.651 referências bibliográficas, divididas por tipo de material, desde a ECO 92 até maio de 2012.

No estande da Casa, ocorreu a apresentação dos trabalhos realizados no Senado e de vídeos, além da venda de publicações. Circularam pelo Parque dos Atletas um total de 140 mil visitantes, perfazendo média diária de 12 mil, segundo os dados da Organizadora Oficial.

Os meios de comunicação do Senado deram ampla cobertura ao evento. A Rádio Senado produziu e apresentou matérias, notas, entrevistas e *flashes* ao vivo nos programas: Conexão Senado, O Senado é Mais Brasil, e Senado Notícias 1ª edição, além do boletim especial "Senado na Rio+20".

A TV Senado produziu, no total, 46 fitas gravadas para os jornais Senado em dia, Senado Agora e Jornal do Senado, além dos programas Repórter Senado, Rio+20, Ecosenado.

A Agência Senado elaborou e divulgou matérias sobre a cobertura da Conferência Rio+20, assim como outras reportagens em várias edições impressas e online.

Por meio dessas ações, o Poder Legislativo pôde mostrar sua preocupação com o desenvolvimento sustentável aliado à justiça social e à erradicação da pobreza; e renovar seu compromisso político com o desenvolvimento sustentável, levando em consideração o crescimento econômico e a proteção ambiental.

O Senado organizou, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, documento contendo Contribuição e Subsídios à Agenda Temática da Rio+20, que foi enviado à Comissão Nacional, responsável pela elaboração das contribuições brasileiras.

As recomendações dos senadores, após a realização de várias audiências públicas, abrangeram nove eixos temáticos, considerados da perspectiva da sustentabilidade proposta pela Conferência: Alimentos; Preservação da água; Energia; Superação da pobreza; Economia verde; Cidades; Governança; Biodiversidade; e Decrescimento.

### **Reaproveitamento de capas e contracapas de processos**

Mais de 12 mil capas e contracapas são reaproveitadas pela Secretaria de Arquivo. Essa economia acontece devido às campanhas de conscientização realizadas no Senado, inclusive com divulgação de mensagem escrita nas capas dos processos para alertar servidores e colaboradores da importância da reutilização desses documentos.

Ainda assim, em média 5% das capas e contracapas precisam ser descartadas devido aos danos causados pelo manuseio dos arquivos. Aqueles que não podem mais ser utilizados são mandados para a coleta seletiva do Senado Federal, para reciclagem.

### **Exposições e Eventos**

A exposição "80 anos do voto feminino no Brasil", em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, reuniu documentos e fotografias dos acervos das Secretarias de Arquivo e Biblioteca da Casa que contam a história da conquista do direito ao voto, em 1932. Essa conquista foi resultado da luta contínua do movimento sufragista que emergiu no Brasil em 1919 e culminou no direito ao voto pelas mulheres.

A exposição teve início com a participação do Presidente Senador José Sarney e da Vice-Presidente do Senado Federal, Senadora Marta Suplicy. Ficou aberta ao público durante todo o mês de março de 2012. O trabalho, supervisionado pela Diretoria-Geral e coordenado pela SIDOC, foi realizado em parceria com a Secretaria de Arquivo, a Secretaria de Biblioteca e a Secretaria de Comunicação Social.

O Presidente do Senado na abertura da  
Exposição 80 Anos do Voto Feminino no Brasil

Márcia Kalume – Agência Senado



O conteúdo da exposição "80 anos do voto feminino no Brasil" foi utilizado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais na solenidade da Ordem do Mérito Legislativo de 2012. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, numa interlocução e parceria inédita, fez uso de todo o material do Senado para a montagem da exposição em Belo Horizonte.

Exposição "80 Anos do Voto Feminino no  
Brasil", realizada na Assembleia de Minas Gerais

Assembleia Legislativa de Minas Gerais



### **Exposição "Modernidade no Senado Federal - Presidências de José Sarney**

A exposição "Modernidade no Senado Federal - Presidências de José Sarney" foi composta por 76 painéis que trataram das ações, iniciativas e avanços tecnológicos ocorridos na Casa durante os quatro mandatos em que o Senador Sarney esteve no comando da Mesa: de 1995 a 1997, de 2003 a 2005, de 2009 a 2011 e de 2011 a 2013. A mostra, com foco na transparência e cidadania, foi dividida em três partes: Comunicação para Todos; Modernidade no Processo Legislativo; e Transparência na Administração. Também ficaram expostas a Ata de Criação do Senado Federal e uma carta do Presidente.

A mostra ressaltou a constante dedicação do Presidente Sarney à prestação de contas e a seu compromisso com a sociedade. A transparência na administração foi representada mediante ações conduzidas em diversas unidades da Casa, desde a publicação de obras sobre a história e a cultura brasileiras até o fortalecimento da transparência por meio de portal na internet. A exposição esteve aberta ao público na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, no Anexo II do Senado, até o dia 25 de janeiro de 2013.

Na parte dedicada à comunicação e à interatividade, destacou-se a criação da Secretaria Especial de Comunicação Social (SECS), em 1995, a evolução de seus veículos de comunicação – Jornal, Agência, TV e Rádio – e de seus serviços, como publicidade e *marketing* institucionais, *clipping*, arquivo fotográfico, a realização de pesquisas de opinião, o canal de comunicação com o cidadão (Alô Senado), a visita institucional, o programa Senado Jovem e o perfis nas redes sociais. Também se ressaltou a criação da página da assessoria de imprensa da Presidência do Senado na internet.

A pauta diária do Senado, a publicação do *Diário do Senado* e do *Congresso* na internet, a modernização legislativa e a realização de quadros comparativos entre textos dos projetos são alguns dos temas que marcaram a evolução do processo legislativo sob a Presidência de José Sarney. Constam do rol de iniciativas destacadas: a adoção da assinatura digital, as notas taquigráficas em tempo real, a criação da Ouvidoria, a publicação de informações em dados abertos, a implementação do portal e-Cidadania e a modernização do Relatório Anual da Presidência, com a extração automática de informações diretamente dos bancos de dados da instituição.

A transparência na Administração foi representada por ações realizadas por diversas unidades da Casa. O desenvolvimento nas áreas de tecnologia da informação, a capacitação e sustentabilidade foram detalhadas. Apresentaram-se também conquistas nas áreas de governança e gestão por resultados, por meio da desburocratização, da eficiência, da racionalidade e da economia. A evolução na gestão de pessoas, a realização de concursos públicos e a prestação de contas também compuseram o eixo da exposição sobre transparência administrativa.

### **Seminário “A Função Social dos Museus”**

O Museu Histórico Senador Itamar Franco promoveu, em setembro de 2012, o seminário “A Função Social dos Museus”. O evento integrou as ações da 6ª Primavera dos Museus, promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), e teve o objetivo de esclarecer servidores e cidadãos quanto à educação patrimonial e à importância social dos museus.

O evento, realizado no auditório do Interlegis, contou com as palestras de Deborah Silva Santos, professora do departamento de Museologia da UnB; de Mônica Padilha Fonseca, técnica em assuntos educacionais do Ibram; e de Donizetti Ferreira Garcia, um dos responsáveis pela execução do projeto “Museu vai à Escola Rural”, do Museu de Valores do Banco Central.

As palestras foram divididas em dois painéis. O primeiro sobre a Função Social dos Museus, Políticas Públicas para a Promoção da Educação em Museus e Museologia Social; e o segundo sobre o Projeto “Museu Vai à Escola Rural”, que é um programa educativo e cultural do Banco Central. O público participou dos debates e aprovou a iniciativa.

Participaram do evento profissionais da área de museologia de diversos órgãos como: Câmara dos Deputados, Tribunal de Contas da União, Tribunal Superior Eleitoral, Universidade de Brasília, Fundação Oswaldo Cruz e Secretaria de Cultura do Distrito Federal.

Abertura da 6ª Primavera dos Museus  
Ana Volpe – Relações Públicas



### Aconteceu – Guia das Datas Redondas

Em 2012, a Secretaria de Informação e Documentação elaborou o “Aconteceu – Guia de Datas Redondas”, que apresenta uma seleção de datas cívicas instituídas por lei e fatos históricos que, por convenção, completam um ano, ou um período múltiplo de 5 ou 10 anos, mensalmente. O Guia é distribuído no Senado Federal e da Câmara dos Deputados e está disponível no *Blog* do Senado. Para compô-lo, foram avaliados 968 fatos ou eventos. Além disso, o Guia traz uma seleção de documentos multimídia referentes às datas selecionadas disponíveis nos acervos da Secretaria Técnica de Eletrônica, da TV Senado e da Rádio Senado.

2012 **Aconteceu** Guia de Datas Redondas **Fevereiro**

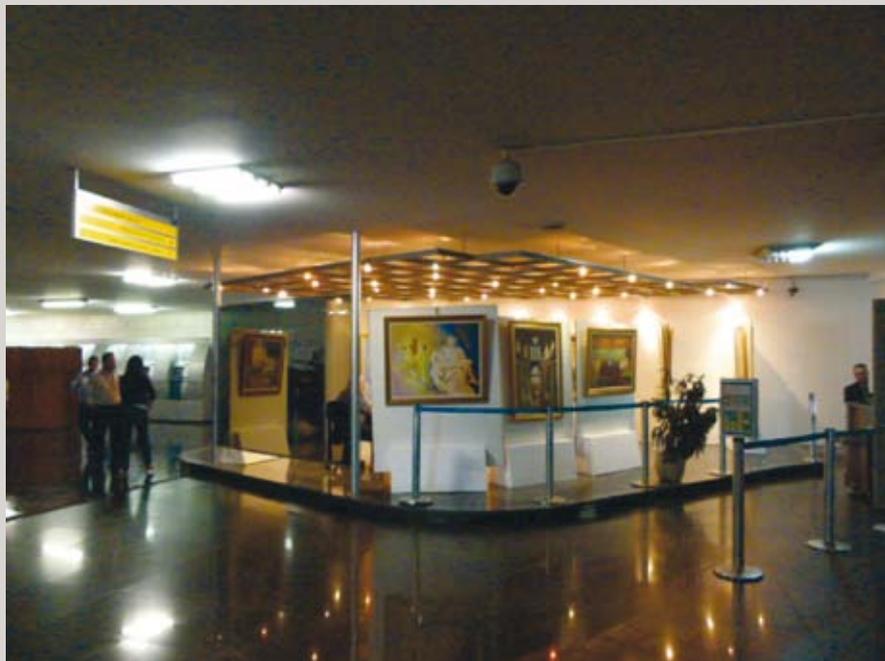
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
			1 Dia da Família	2 Dia do Livro Brasileiro	3 Dia Nacional do Livro	4 Dia do Livro Brasileiro
5 Dia do Livro Brasileiro	6 Dia do Livro Brasileiro	7 Dia do Livro Brasileiro	8 Dia do Livro Brasileiro	9 Dia do Livro Brasileiro	10 Dia do Livro Brasileiro	11 Dia do Livro Brasileiro
12 Dia do Livro Brasileiro	13 Dia do Livro Brasileiro	14 Dia do Livro Brasileiro	15 Dia do Livro Brasileiro	16 Dia do Livro Brasileiro	17 Dia do Livro Brasileiro	18 Dia do Livro Brasileiro
19 Dia do Livro Brasileiro	20 Dia do Livro Brasileiro	21 Dia do Livro Brasileiro	22 Dia do Livro Brasileiro	23 Dia do Livro Brasileiro	24 Dia do Livro Brasileiro	25 Dia do Livro Brasileiro
26 Dia do Livro Brasileiro	27 Dia do Livro Brasileiro	28 Dia do Livro Brasileiro	29 Dia do Livro Brasileiro	30 Dia do Livro Brasileiro		

Seleção de datas cívicas instituídas por lei e fatos históricos que, por convenção, completam um ano, ou um período múltiplo de 5 ou 10 anos.

Secretaria de Informação e Documentação **SENADO FEDERAL**

## Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima

A Secretaria de Informação e Documentação é responsável pela gestão do Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima, bem como por avaliar, selecionar, decidir, por delegação do Primeiro-Secretário, acerca dos trabalhos expostos e das obras anexadas ao acervo artístico e cultural do Senado Federal. Em 2012, o Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima recebeu 14 exposições. Além disso, nove obras de arte foram incorporadas ao Acervo.



Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima: Exposição Shirley Indig – set/2012

Denise Pacheco – SIDOC

## Visitação Institucional de Brasília - VIIBRA

O VIIBRA tem a missão de integrar as ações dos órgãos públicos que promovem visitação institucional em Brasília, para melhor atender visitantes nacionais e estrangeiros, buscando a excelência dos serviços. O projeto nasceu com foco especialmente nos grandes eventos que serão realizados nos próximos anos, especialmente, a de Copa 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Ao longo de 2012, foram realizadas 12 reuniões de planejamento dos 21 projetos definidos como prioritários. Além do Senado, integram o grupo representantes da Câmara dos Deputados, do Itamaraty, do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Superior Eleitoral, da Presidência da República, da Procuradoria-Geral da União e do Governo do Distrito Federal.



Reunião de Planejamento do VIIBRA

Lia de Paula – Agência Senado

## Visita dos Pioneiros de Brasília ao Senado Federal

No dia 26 de abril de 2012, a Diretoria-Geral, por meio da Secretaria de Informação e Documentação do Senado Federal, participou em parceria com a Secretaria de Justiça do Distrito Federal da promoção da visita de 90 pioneiros de Brasília ao Congresso Nacional.

Esse evento fez parte das homenagens ao 52º aniversário de Brasília e às pessoas que trabalharam na construção da Capital Federal. O grupo de 90 idosos provem das seguintes entidades: Senhores Candangos, da Candangolândia; Agrupar com Amor, do Paranoá; Rosas de Prata – Casa do Pioneiro, do Núcleo Bandeirante; e grupo da terceira idade do Corpo de Bombeiros do Guará.

Após a visita ao Complexo Arquitetônico do Congresso, o grupo foi encaminhado ao Salão Nobre (Museu Histórico Senador Itamar Franco), onde foram prestadas homenagens. Eles receberam certificados de participação na construção da capital. A cerimônia incluiu fala do secretário de Justiça do Governo do Distrito Federal, Alirio Neto; do Senador Rodrigo Rollemberg e da Diretora-Geral do Senado Federal, Doriz Marize Romariz Peixoto. O evento contou com a participação dos homenageados como, por exemplo, do senhor Judson Seraine Teles, pioneiro que declamou um poema durante a cerimônia.

Após os discursos, a senhora Maria Salomé de Andrade, de 102 anos, e o senhor Judson Seraine Teles receberam o certificado em nome de todo o grupo. A solenidade foi encerrada pelo cantor Marcelo José acompanhado de representante dos pioneiros.



Visita dos Pioneiros de Brasília ao Senado Federal em 26/04/2012

Pedro França – Agência Senado



# Tecnologia





# Tecnologia

O uso cada vez mais intenso e estratégico das tecnologias da informação pelo Senado demonstra a preocupação do Poder Legislativo em se comunicar com a sociedade. Cabe a Secretaria Especial de Informática – Prodasen subsidiar e oferecer soluções para aprimorar a qualidade do processo legislativo tornando-o mais simples e acessível, disponibilizando opções corporativas que auxiliem a gestão dos processos de trabalho e atividades gerenciais. Dessa forma, o Senado aperfeiçoa os processos de trabalho, contribuindo com excelência e ética para o cumprimento de sua função institucional em benefício da sociedade brasileira.

## Ações do Senado Federal

### Gerenciamento de tecnologia do Senado Federal

Há muitos anos, o Prodasen executa seus projetos e ações de acordo com os objetivos definidos no planejamento estratégico. Nos últimos dois anos, o Prodasen atuou de maneira a alinhar o desenvolvimento de seus projetos de tecnologia com os objetivos de todas as secretarias da Casa, constantes da Agenda Estratégica do Senado Federal.

O resultado demonstra o êxito da proposta e valida as escolhas realizadas pela administração da Casa no sentido de otimizar os recursos disponíveis e racionalizar os gastos. Ao completar seus 40 anos de atividades, em 2012, o Prodasen é uma unidade importante para o desempenho do trabalho parlamentar. O enfoque na eficácia das soluções de tecnologia da informação para as operações e estratégias do Senado é o diferencial deste período. Atualmente, o Senado Federal é uma instituição com uso pleno de tecnologia em todas as suas áreas e estão sob responsabilidade do Prodasen:

- Microcomputadores – 5.693 unidades
- Equipamentos servidores – 223 unidades
- Impressoras – 1.784 unidades
- Espaço de disco de armazenamento – 255 terabytes
- Pontos de rede instalados – 20.898 pontos de rede
- Pontos de acesso ao sistema de transmissão de vídeo – 1.591 pontos
- Ativos sob a supervisão da infraestrutura – 577
- Serviços sob a supervisão da infraestrutura – 460
- Caixas postais de e-mail – 12.830 caixas de correio eletrônico
- Mensagens recebidas por e-mail – 496.998.864 mensagens
- Mensagens de e-mail suspeitas e bloqueadas – 241.338.048 mensagens
- Atendimentos a usuários do Senado – 230 atendimentos por dia

## Projetos desenvolvidos para a área legislativa

Como suporte da atividade legislativa, as ações de tecnologia da informação buscaram facilitar e automatizar as etapas de trabalho referentes ao processo legislativo. Os maiores ganhos dos projetos desenvolvidos entre 2011 e 2012 foram a modernização dos procedimentos e a maior agilidade e acesso às informações de natureza legislativa. No total, foram iniciados e concluídos 39 projetos de tecnologia da informação no período.

Projetos de Tecnologia da Informação	2011	2012
Consolidações Temáticas – oferta de documentos	✓	
Questões de Ordem		✓
LexEdit – módulo de Emendas	✓	
DW-Legislativo	✓	
Informações de Deputados		✓
Substituição do SIL		✓
Agregadores de informação	✓	✓
Relatório Anual da Presidência		✓
Resenha Mensal Eletrônica	✓	
Pauta com registro de resultado	✓	
Dados Abertos – Portal e Cidadania		✓
Modernização das Comissões		✓
Pauta Eletrônica	✓	✓
Pró-resultado	✓	✓
Reunião Eletrônica		✓
Comissão <i>On-line</i>		✓
Novo Sistema para a Taquigrafia		✓
Reformulação da Página da Matéria		✓
Aproveitamento de informações pela SECs e Conleg	✓	
Elaboração, fornecimento e apresentação da Ordem do Dia	✓	
Controle de numeração de expedientes (Livro Eletrônico)		✓
Registro de informações sobre tramitação no Congresso Nacional		✓
Aprimoramento do SEDOL		✓
Séries históricas de apreciação de matérias legislativas		✓
Apresentação completa de autoria das matérias legislativas	✓	
Reformulação do campo "Explicação da Ementa"		✓
LexEdit – módulo de requerimento		✓
Parser de documentos		✓
Validador de proposições		✓
Base de proposições em XML		✓
Quadro comparativo de documentos		✓
Doutrina		✓
Regimento Interno em e-Pub		✓
Ordem do Dia do Congresso Nacional		✓
Desativação do BRS e do SIL		✓

Projetos de Tecnologia da Informação	2011	2012
Repositório único de documentos legislativos		✓
Protocolo Legislativo		✓
Dados Abertos do Legislativo		✓
Implantação de player de áudio e vídeo das sessões na Taquigrafia		✓
Implantação do Sisáudio na Taquigrafia		✓

Um dos maiores destaques do período foi o lançamento, em março de 2012, do LexEdit, uma inovadora ferramenta de autoria para o processo legislativo, fruto de esforços conjuntos do Prodasen e da Secretaria-Geral da Mesa. O LexEdit foi desenvolvido para otimizar a formulação e apresentação dos textos legislativos em conformidade com a norma geral de técnica legislativa – Lei Complementar nº 95, de 1998, com ganhos em rapidez e segurança.

Evento de lançamento de software LexEdit, em março 2012  
Luiz Alves



Integrado ao LexEdit, o LexML – portal, especializado em informação jurídica e legislativa – recebeu no segundo semestre de 2011 a inclusão da Doutrina que fundamentou a formulação das leis. Conta, agora, com informações de todos os tribunais superiores. O sistema é conhecido como o “Google das leis”, pela capacidade de organizar um grande volume de informações legislativas e jurídicas, pela rapidez e pela segurança e atualidade dos dados. E o Senado Federal, juntamente com outros órgãos, coopera para o cumprimento do preceito constitucional que garante o acesso à informação, além de contribuir para a agilização de processos judiciais, administrativos e legislativos.

## Projetos desenvolvidos para a área administrativa

Na área de tecnologia da informação corporativa, as atividades do período também foram variadas e abrangentes.

Projetos desenvolvidos para a área administrativa.

Descrição	Unidade	Característica
Publicador de Licitações	CPL	Redesenvolvimento do aplicativo de publicação de editais e avisos de editais no Portal do Senado Federal – em homologação.
Assinatura digital de documentos eletrônicos com certificação	DGER	Com a crescente produção de documentos em suporte digital, não assiná-los com certificados digitais impacta na intenção do Senado de reduzir o uso de papel, na medida em que somente o documento físico, atualmente, tem validade jurídica. O módulo "Assinador" já está desenvolvido e aguardando a entrega de aplicações.
GEP – Sistema de Gerenciamento da Estratégia e Projetos	DGER	Evolução da solução Pró-resultados. Remodelagem e adequação da solução para atender às necessidades do Escritório de Governança Corporativa – em produção.
Sistema Capacita	ILB	Aplicativo para coleta das necessidades de capacitação dos servidores do Senado Federal. A finalização do <i>software</i> ocorreu no final de 2011, o efetivo uso se deu em 2012.
CoopereSync	Prodasen	Solução para sincronização de listas de distribuição de e-mail no Outlook com as bases de dados organizacionais. Elimina o cadastramento manual, já que sincroniza automaticamente os dados e a situação cadastral das pessoas registradas nos sistemas SAES (estagiários), GESCON (terceirizados) e ERGON (servidores ativos, inativos e pensionistas), atualizando os respectivos dados no Coopere, no Corporativo e no Active Directory. Listas de distribuição de e-mails são criadas automaticamente.
Inventário de Sistemas Informatizados (SSADE) – InventSist	Prodasen	Redesenvolvimento do aplicativo de uso interno do Prodasen para controle cadastral de todas as soluções de TI (aplicações de negócio) desenvolvidas internamente ou adquiridas.
Visualização das Unidades Organizacionais do Senado Federal – UNORG	DGER	Aplicação que permite a visualização e consulta do organograma e estrutura organizacional do Senado Federal – em produção.

Descrição	Unidade	Característica
SIGSEN	Prodasen DGER	O Sistema Integrado de Gestão traz informações dos sistemas GEP, Planor, SIGAD, GESCON, SAMP, SIAFI, ERGON, CATMAT. Permite aprimorar questões referentes à Governança Corporativa no Senado, com ganhos expressivos na gestão das áreas SAFIN, SADCON, SERH e SPATR, e em especial na gestão orçamentária – aplicativo em fase de elaboração.
Sistema de Planejamento, Elaboração e Acompanhamento do Orçamento do Senado Federal – PLANOR	SAFIN	Substitui o antigo CONOR. A nova solução, entre outras melhorias, agrega a limitação orçamentária a fim de aperfeiçoar a elaboração da proposta orçamentária das unidades do Senado Federal. – em fase de homologação.
SUPRI	SAFIN	Aplicativo que aprimora a gestão e o controle do uso de suprimento de fundos, bem como o uso do Cartão Corporativo. A Fase I foi concluída ainda em dezembro de 2012 e está em fase de homologação
Pesquisa de processos do CAD na intranet – PesquisaCAD	SARQ	Disponibiliza, para consulta na intranet, os processos administrativos do sistema CAD, sem a necessidade de cadastro específico dos usuários – em produção.
SIGAD – Licitação	SARQ	Solução para a Gestão Informatizada de Documentos Arquivísticos do Senado Federal com fornecimento de software e serviços.
Biblioteca Digital (BDSF)	SBIB	Atualização da versão do <i>software</i> DSPACE de gestão da BDSF. Facilita e aprimora a melhor gestão do acervo, em constante evolução - em fase final de implantação.
Digitalização de Obras Raras	SBIB	Permite a disponibilização das obras raras, a partir da sua digitalização, no BDSF – contrato assinado e trabalhos em fase de iniciação.
Modernização da Biblioteca – RFID	SBIB	Facilita a automatização do empréstimo e devolução de obras, o inventário do acervo de livros e periódicos. Permite também a utilização da biometria presente no crachá funcional.
Envio de mala-direta aos ouvintes da Rádio Senado e às rádios conveniadas	SRSF	Integração entre as aplicações CadastroWeb e Publicador/Portal de Conteúdo da RádioAgência: permite o cadastro <i>on-line</i> de ouvintes e rádios para posterior envio de <i>newsletter</i> (mala-direta).
Atualização de novas informações no Portal da SERH	SERH	Disponibilização de relatórios no referido portal: últimas admissões, aposentados, aposentados no IPC, pensionistas de Senadores e servidores no IPC, pensionistas da União e previsão de aposentadoria.

Descrição	Unidade	Característica
Autorização de acesso pelo TCU à Receita Federal aos dados de bens e rendas dos servidores do Senado Federal	SERH	Funcionalidade introduzida no Ergon <i>On-line</i> a fim de permitir que os servidores e Senadores registrem a sua opção (Sim/Não) junto ao TCU, para que o órgão acesse diretamente na Receita Federal seus dados relativos a bens e rendas.
ConsigSen	SERH	Aperfeiçoamento do aplicativo, de modo a facilitar a gestão de empréstimos em consignação: cancelamento de margens não averbadas, digitalização dos contratos (em homologação), comunicação por e-mail sobre ausência de desconto mensal (em homologação). Também foi ministrado treinamento sobre os conceitos e operação do sistema.
ForPonto	SERH	Envio de e-mail aos servidores, com a confirmação do registro de entrada/saída no ponto eletrônico – em produção
Recadastramento Anual	SERH	Aplicativo para atualização anual do cadastro geral dos servidores do Senado Federal.
Ficha Financeira no Ergon <i>On-line</i>	SERH	A emissão do relatório no Ergon <i>On-line</i> permitirá que o servidor possa emitir a sua Ficha Financeira a qualquer momento, de qualquer ano, eliminando as demandas constantes nesse sentido, dirigidas à Subsecretaria de Pagamento de Pessoal.
Atualização Automática da Formação do Servidor	SERH	Rotina que atualiza diariamente a informação correspondente à formação a partir dos cursos registrados no Ergon. Os cursos de formação também são utilizados para fins de cálculo do percentual de pagamento do Adicional de Especialização.
Sistema de Gestão de RH do Senado – Ergon	SERH	Atualizações do Sistema ERGON.
Controle de Processos de Frequência	SERH	Aperfeiçoamento da funcionalidade de gestão de frequência dos servidores do Senado.
Controle de Servidores Não Estáveis	SERH	Implementa no Ergon o controle de servidores não estáveis – em Estágio Probatório ou que não haviam completado 5 anos de serviço público em 05/10/1988.
Delegação de competência para a SERH deferir os PMS Eletrônicos	SERH	Implementada no PMS Eletrônico a delegação de competência para que a SERH defira ou indefira os PMS Eletrônicos que não sejam de designação/desligamento de função.

Descrição	Unidade	Característica
FUNPRESP	SERH	Aplicativo que viabiliza a adequação do Senado Federal à nova modalidade de Previdência, a qual deve entrar em operação em meados de Janeiro de 2013 – em fase de elaboração.
Geração da DIRF e do Informe de Rendimentos – Exercício 2012 Ano-Base 2011	SERH	Liberado no Ergon <i>On-line</i> o Informe de Rendimentos dos Servidores Ativos e Inativos relativo ao Exercício de 2012, Ano-Base 2011, e disponibilizada a geração do arquivo da DIRF 2012/2011 para envio à Receita Federal.
Lançamento de Licenças/Afastamentos pela Junta Médica	SERH	Implantado no Ergon a ferramenta para lançamento de Licenças/Afastamentos por parte da Junta Médica.
Novas medidas de segurança no Ergon <i>On-line</i>	SERH	Implementada no Ergon <i>On-line</i> a nova política de validação das senhas de acesso, com o objetivo de aumentar o nível de segurança para acessar o sistema.
Numeração de Vagas, Cargos Efetivos e Funções	SERH	Procedimento que elimina trabalhos manuais de controle, automatizando a gestão da numeração de vagas e cargos nos quadros do Senado. Permite a elaboração anual do relatório de Recursos Humanos da LDO e a implementação do PMS Eletrônico de Designação/Desligamento de Funções Comissionadas – em produção.
PMS Eletrônico – Mudança de Lotação	SERH	Disponibilizada no Ergon <i>On-line</i> a funcionalidade PMS Eletrônico, que permite a tramitação de processos eletrônicos de movimentação de servidores efetivos.
Redução do limite de idade de dependentes para percepção do auxílio-creche	SERH	Implementada no Ergon a redução do limite de idade de dependentes para percepção do auxílio-creche, que passou de 7 anos para 6 anos.
Dados abertos administrativos – LAI	SIDOC	Em atendimento à Lei de Acesso à Informação – LAI –, preparação e entrega de informações sobre cotas parlamentares, contratos administrativos, remuneração dos servidores efetivos e comissionados no Portal da Transparência.
Sistema de Normas Administrativas – NADM	SIDOC	Evolução do sistema já existente, agregando melhorias úteis à padronização documental, inclusive renovação do leiaute gráfico das normas produzidas no Senado Federal – em produção.
Novo SAMP – SPALM	SPATR	A nova solução traz inovações e grandes benefícios para o Senado. Foi licitada no final de novembro e espera-se que entre em operação a partir do início de 2013.

Descrição	Unidade	Característica
Convênio SIS-Saúde Caixa	SSIS	Operacionaliza a integração do sistemas OASIS e SaúdeCaixa, com vistas a utilização plena dos conveniados do Sistema Saúde -Caixa pelos usuários do SIS. Está em processo de implementação.
Extrato demonstrativo de despesas de usuários do SIS para Imposto de Renda	SSIS	Atende exigência legal de automação da geração do demonstrativo de Imposto de Renda para os gastos com o SIS, separando as despesas por dependente.
Módulo de Faturamento Eletrônico – OASIS	SSIS	Ferramenta que otimiza e corrige problemas no processo de gestão de faturamento de conveniados com o SIS e seus usuários – em homologação
Módulo de Pagamento Eletrônico a Prestadores – OASIS	SSIS	Facilidade que otimiza e corrige problemas no processo de gestão de pagamento de conveniados com o SIS – em produção. seus usuários – em homologação
Módulo de Pagamento Eletrônico a Prestadores – OASIS	SSIS	Facilidade que otimiza e corrige problemas no processo de gestão de pagamento de conveniados com o SIS – em produção.
Portal do SIS no site do Senado	SSIS	Atendeu necessidade de melhor interação entre os usuários e o sistema SIS, especialmente aposentados e pensionistas. O Portal, em desenvolvimento, entrou em homologação.
Solução para solicitação de serviços de telefonia móvel	STELE	Aplicativo desenvolvido e entregue pela STELE-SSCTEC-SESTT, com apoio ferramental e procedimental do PRODASEN.
Login WiFi	SRP e SPOL	Gera usuários e senhas temporárias para o acesso de visitantes à rede sem fio do Senado. É integrado com o Sistema de Portaria – solução pronta para entrar em produção.

## Domínio .leg

O intuito de adotar a extensão .leg relaciona-se ao reconhecimento dos órgãos do Poder Legislativo a partir do endereço dos sites na internet. Além disso, permite aos órgãos mais facilidade e autonomia na gestão de suas páginas.

Dessa forma, a extensão .leg agrupa os *sites* da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, das câmaras municipais, das assembleias legislativas e dos tribunais de contas estaduais e dos municípios.



## Projetos desenvolvidos para os gabinetes parlamentares

A atuação no âmbito dos gabinetes parlamentares foi marcada pelos esforços de melhoria na gestão e nos processos de trabalho.

- Evolução de sistemas aplicativos

Lançadas novas versões de sistemas de apoio às atividades dos senadores e gabinetes, inclusive acesso via *tablets*, como: o *GabFlow*, o *Cadas-troweb*, o *Comissões Online*, a *Ordem do Dia Eletrônica*, o *Sistema de Informações Gerenciais Avançadas sobre Orçamento* e o *módulo Multimídia*, que compõem uma vasta gama de aplicativos informatizados.

- Páginas dos senadores na internet e outros portais

Realização do portal institucional dos senadores, contendo páginas com informações sobre as atividades legislativas, mandatos e votações.

- Novos *tablets*

O uso de *tablets* pelos senhores senadores, com capacidade de conexão sem fio, ofereceu maior mobilidade e modernas funcionalidades ao cotidiano da atividade parlamentar. O equipamento propiciou a ampliação do uso dos recursos institucionais à disposição na rede do Senado Federal, independente do lugar onde o senador estiver.

- Suporte técnico especializado

Permanente suporte técnico é oferecido aos gabinetes senatoriais para solução de dúvidas e problemas relacionados aos sistemas informatizados ou outras necessidades de TI, tais como: credenciamento de pessoas para uso dos recursos informatizados, instalação e configuração de acesso remoto pelos escritórios regionais, detecção e remoção de vírus e outros agentes maliciosos, configuração de *tablets* e *notebooks*, configuração da rede sem fio em equipamentos portáteis pessoais dos senadores, *backup* e recuperação de mídias e atendimento nas residências oficiais.

- Registro da atuação parlamentar

No encerramento de seu mandato, cada Senador recebe, em mídia portátil, cópia de todos os documentos eletrônicos armazenados por seu Gabinete, incluindo os dados contidos nos sistemas *GabFlow*, *Multimidia* e *Cadastroweb*. Totalmente escrito em *software* livre, o sistema permite a pesquisa dos dados ou sua transferência para outros aplicativos.

## Projetos desenvolvidos para o Portal do Senado na internet

Em relação à produção de internet, o Prodasen intensificou sua atuação, principalmente na produção de novas páginas utilizando a tecnologia *Zope/Plone* de *software* livre. Entre os maiores projetos, pode-se ressaltar o programa e-Cidadania, instituído pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011. Ato e-cidadania com o objetivo de estimular e possibilitar maior participação dos cidadãos, por meio da tecnologia da informação e comunicação, nas atividades legislativas, orçamentárias, de fiscalização e de representação da Casa.

De maio a novembro de 2012, mais de 200 mil pessoas manifestaram apoio às propostas apresentadas pelos cidadãos para a realização de audiências públicas e novos projetos de lei. Em dezembro de 2012, mais dois novos serviços foram agregados ao portal, tornando possível o acompanhamento das audiências públicas em tempo real por meio da internet, e viabilizando a apresentação de sugestões de emendas pelos cidadãos aos projetos em tramitação no Senado Federal.

Portal e-Cidadania

Início Sobre o e-Cidadania Termo de Uso Avalie o e-Cidadania Mapa do site

e-Representação e-Legislação e-Fiscalização

Você está em: e-Legislação - Proponha uma Ideia Legislativa

**ideias** Proponha a sua  
**legislativas**

▼ Pesquise uma ideia para apoiar

Busca

Veja as ideias legislativas que já foram apresentadas. Para manifestar o seu apoio, basta clicar em cima do nome da proposta e seguir para o detalhamento da ideia. É fácil e rápido, não deixe de participar.

Abertas Enviadas para a Comissão Encerradas

Ideia Legislativa	Apoios
Dispor de 8% de toda riqueza do pré-sal para salário mínimo	1522



Para a apresentação das informações ao cidadão, o Prodasen desenvolveu várias páginas de internet com o objetivo de interagir de maneira rápida e eficiente com a população. Todas as páginas estão publicadas no site do Senado e contam com a manutenção da unidade de tecnologia da informação e apoio das unidades geradoras de conteúdo, além da Secretaria Especial de Comunicação Social.

### Home page do Portal da Copa



## Home page do site do Senado

Senado Federal  
0800 612211

O Senado | Senadores | Atividade Legislativa | Legislação | Notícias | Publicações | Orçamento | Transparência | e-Cidadania

**Agência Senado**

18h25 - Especial  
Cristovam defende maior transparência dos alunos para concessão de bolsa universitária

17h20 - Projeto  
PEL estabelece eleição direta para administradores regionais do Distrito Federal

15h35 - Projeto  
Proposta facilita apresentação de projetos de iniciativa popular

15h35 - Senção/Voto  
Dilma promete votos para limitar isenções aos Jogos Olímpicos

Para assistir: [Legis](#) [Multimídia](#)

INSCRIÇÃO DO SENADO

**Serviços ao Cidadão**

Constituição Federal

Senadores

Senador em exercício

Informe o nome do Senador

Meta do Senado Federal [Literatura](#)

Atividade Legislativa

Designação

- Resolução Dezembro 2011
- Comissão Recursativa de Comissões Recursivas

Atividades

[Acesso à Atividade do Dia](#)

[Análise da Ordem do Dia](#) Senado Congresso

[Pênalti](#) [Pausa](#) [Escutezinhos](#)

[Comissões](#) [Status](#) [Escutezinhos](#)

Propostas nas Mesas Legislativas:

Projeto de Emenda à Constituição

Número

Resolução completa de Proposições

TV Senado | Rádio Senado | Jornal do Senado | Presidência

## Home page do Seminário sobre a copa de 2014

SENADO FEDERAL | 0800 612211 | História do Senado

**SEMINÁRIO**  
Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Data: 28 e 29 de setembro de 2011

Local: Senado Federal - Anexo II - Ala Alexandre Costa - Sala 15

Realização: Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal

Contatos para informações adicionais:  
**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**  
Secretaria da Comissão: Anexo 2, Ala Senador Alexandre Costa, sala 17 A  
701 53-900 — BRASÍLIA-DF  
Fone: (61) 3103-4804/2006  
E-mail: [scmce@senado.gov.br](mailto:scmce@senado.gov.br)

**1ª Avaliação Parlamentar da Copa do Mundo de 2014**

1º dia / 28 de setembro (quarta-feira)

9h - 9h12  
**Abertura**

- Senador Roberto Requião** - Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (3 min.)
- Senador Rodrigo Rollemberg** - Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (3 min.)
- Senador Benedito de Lira** - Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (3 min.)
- Senadora Ana Amélia** - Membro Titular da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e autora do Requerimento (3 min.)



Para estimular a comunicação interna, o Prodasen em parceria com a Diretoria-Geral apresentou nova solução de intranet, lançada em dezembro de 2012, desenvolvida inteiramente a partir da plataforma *Zope/Plone*. Com essa ferramenta os servidores do Senado passam a contar com ambiente colaborativo para disseminação de informações de cunho funcional e administrativo.

A nova intranet está organizada a partir de portais temáticos que abrigam todos os assuntos internos a respeito do tema principal. Dessa forma, os servidores podem localizar com mais facilidade as informações de trabalho.

### Nova Intranet



Atividades desenvolvidas para o ambiente *web*.

Sistema	Descrição
Portal e-Cidadania Fase 1 e Fase 2	Espaço institucional online de participação política disponibilizado pelo Senado Federal para que o cidadão possa colaborar de forma mais direta e efetiva com o processo de atuação parlamentar e legislativa do Senado.
Portal da Copa Fase 2	Nova versão do Portal da Copa adaptada aos requisitos do acordo celebrado entre Câmara, Senado e CGU.
Intranet do Senado Federal Fase 1	Portal para acesso ao canal de informação institucional para divulgação de notícias, comunicados, eventos, conteúdos, serviços e aplicativos.
Portal da Transparência Consulta Remuneração dos Servidores	Divulgação de salários dos servidores em atendimento à Lei de Acesso à Informação
Portal da Transparência Perguntas Frequentes da LAI	Página para provimento de perguntas e respostas ao Senado Federal em atendimento à Lei de Acesso à Informação.
Portal da Transparência Reformulação de Leiaute e Conteúdo	Reformulação do Portal da Transparência para maior clareza e adequação à Lei de Acesso à Informação.
Portal Dados Abertos	Portal para publicação dos catálogos de dados no formato OpenData para a sociedade em atendimento à Lei de Acesso à Informação.
Portal O Senado Páginas Institucionais	Página para divulgação de informações dos órgãos do Senado Federal no portal da Internet.
Portal Orçamento Reformulação de Design e Atualização Tecnológica	Portal para divulgação de informações sobre o processo orçamentário, acompanhamento da elaboração e execução das leis orçamentárias, consulta de emendas parlamentares, transferências para estados, municípios e entidades privadas e acesso ao SIGA Brasil.
Questões de Ordem Portal de Atividade Legislativa	Pesquisa das questões de ordem apresentadas nos plenários do Senado Federal e do Congresso Nacional
Relatório Anual da Presidência Edições Históricas	Divulgação das edições históricas do Relatório Anual da Presidência.
Site de Educação	Site para provimento de conteúdo relativo ao ILB.
Site do Coral do Senado Federal	Site para divulgação das apresentações do Coral do Senado Federal.
Site do SIS	Reformulação do Site do SIS para permitir provimento de conteúdo pelo SIS.
Wiki do Legislativo	Wiki para organização de documentos e conteúdos afetos ao processo legislativo.

Páginas de internet desenvolvidas para atender demandas da área legislativa:
Cidadania para Pessoas com Deficiência
Comissão de Juristas
Vinte Anos do Código de Defesa do Consumidor
Posse dos Senadores
Código Eleitoral
Infância e Paz
Novo Código de Processo Civil
Senado Verde
RIO+20
Liderança do PDT
Programa Pró-Equidade
Fórum Senado 2012

### Projetos desenvolvidos na área de infraestrutura

No campo da infraestrutura, o Prodasen avançou de forma firme na definição das novas aquisições e na elaboração de projetos básicos para contratações que assegurem todas as funcionalidades demandadas pelo Senado. Dessa forma, encontra-se em fase de execução no âmbito do Programa de Atualização da Infraestrutura e do Programa de Reestruturação do Atendimento os seguintes projetos:

PROJETOS
Ampliação do parque de servidores físicos.
Implantação de redundância para o datacenter do Senado Federal.
Ampliação dos subsistemas de armazenamento de informações em disco.
Ampliação dos recursos de rede cabeada.
Ampliação da capacidade dos Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados – SGBDs do Senado Federal.
Ampliação da rede sem fio do Senado Federal.
Modernização do parque de estações de trabalho do Senado Federal.
Melhorias no canal de comunicação para registro de demandas ( <i>chat</i> , gravações, transbordo, aumento de posições de atendimento, <i>workflow</i> para solicitações dependentes de autorização do superior hierárquico).
Implantação do laboratório para recuperação e segurança de dados.
Implantação dos serviços e <i>outsourcing</i> de impressoras.



# Infraestructura



# Infraestrutura

O complexo arquitetônico do Senado Federal tem sua importância destacada não só por abrigar as instalações físicas das unidades administrativas da Casa, mas principalmente por incluir a sede do Palácio do Congresso Nacional, edifício tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 2007. Nesse contexto, a manutenção adequada dessas instalações é uma das principais responsabilidades da administração da Casa. Destaca-se, também, a importante tarefa de prover serviços confiáveis de telecomunicações e eletrônica.

## Ações do Senado Federal

### Programa de vistorias

O maior foco das ações da área de infraestrutura no período de 2011 e 2012 foi a recuperação e a manutenção das instalações prediais do complexo arquitetônico do Senado. O diagnóstico identificou que as demandas de ações encontravam-se na área de reparo da infraestrutura dos edifícios e dos espaços físicos pertencentes à Casa.

Implantar o Programa de Vistorias em 2012 foi a escolha da administração com vistas a atuar diretamente na recuperação e na manutenção física das instalações prediais do Senado. Foram adotadas várias medidas para assegurar a preservação dos espaços físicos, dentre as quais se destaca a instituição de visitas semanais com a participação de equipe técnica inter-setorial, composta por membros da Diretoria-Geral, do Senado Verde e das Secretarias de Engenharia, de Serviços Gerais, de Patrimônio, e de Polícia.

Ao longo do ano foram realizadas 30 vistorias técnicas que resultaram em mapeamento das demandas por recuperação e manutenção nas áreas de:

- Limpeza e conservação;
- Jardinagem;
- Sinalização;
- Pintura e gesso;
- Pavimentação;
- Elétrica;
- Hidráulica;
- Engenharia civil;
- Elevadores.

Também foram mapeadas as necessidades de redefinição do leiaute de ambientes internos, de remoção de mobiliários de áreas coletivas, de conservação de mobília, de segurança e de prevenção de acidentes.

Os locais vistoriados variaram conforme a demanda dos setores e sugestões dos próprios servidores. O êxito da iniciativa se deve, em grande parte, à atuação conjunta de várias unidades autônomas da Casa, que passaram a estruturar os atendimentos a partir de uma concepção integrada das soluções de manutenção.

O mapeamento realizado apontou a necessidade de mais de 1.700 intervenções, sendo que cerca de 30% das demandas identificadas já foram atendidas. As atividades de melhoria referem-se às ações de pintura de paredes, recuperações de pisos, troca de tomadas, reforma de calçadas, recuperação de jardins e gramados, troca de armários e persianas e padronização das sinalizações, entre outras.

## Antes e depois das interferências de manutenção e restauração



Com esta iniciativa, as unidades administrativas responsáveis pela conservação dos espaços físicos do Senado e por prover equipamentos e infra-estruturas passaram a contar com um calendário de ações e um planejamento mais estruturado das atividades a serem realizadas em curto, médio e longo prazo. Isso possibilita o permanente acompanhamento, a recuperação e a preservação das instalações do Senado.

### Outras atividades de recuperação dos espaços e instalações do Senado Federal

- Reforma da parte superior do Plenário

Substituiu-se o sistema de iluminação e condicionamento de ar e ocorreu a higienização e a melhoria na fixação das plaquetas em alumínio que compõem o forro; bem como a substituição do revestimento acústico da cúpula.

- Substituição de carpete do Salão Azul

- Reestruturação parcial do Túnel do Tempo

Foi refeito o projeto expográfico que conta a história do Senado Federal. Ocorreu a substituição dos antigos expositores por painéis de vidro que dão suporte à programação visual, mostrando todos os períodos da instituição desde o Império até os dias atuais. A reestruturação foi parcial, pois ainda serão feitos o novo projeto luminotécnico do Túnel e a instalação dos bustos dos senadores ilustres.

- Construção de sanitários públicos nas Alas Filinto Muller e Teotônio Vilela

Ainda em andamento, a construção de sanitários públicos nas alas Filinto Muller e Teotônio Vilela tornou-se necessária devido ao crescente fluxo de cidadãos afluindo às instalações do Senado Federal.

- Reforma da Taquigrafia

Em novembro de 2011, foi inaugurada a nova sede da Taquigrafia. As instalações contam com piso elevado, iluminação, ar-condicionado, paredes acústicas e divisórias. Também foram disponibilizados novos mobiliários, mais adequados ao trabalho ali desenvolvido.

Ademais, realizaram-se reformas do espaço físico em 21 unidades administrativas do Senado, para reestruturação total do ambiente ou readequação de leiaute para ampliar o uso racional do espaço e maior ergonomia na definição do mobiliário. No setor de arquitetura, realizaram-se 319 projetos, que incluem redefinição de leiaute, reforma de espaços físicos e especificação de mobiliário sob medida.

E, no setor de marcenaria, foram confeccionados 1.284 móveis de pequeno e grande porte para atender às demandas específicas das unidades da Casa. Por fim, foi conduzida reavaliação e readequação dos estudos técnicos para a futura construção do Anexo III da Casa.

### **Nova praça de alimentação – Espaço do Servidor**

A nova praça de alimentação, chamada de Espaço do Servidor, conta com um restaurante e uma lanchonete, atendendo a antiga necessidade de maior oferta de alimentação no complexo do Senado. Além disso, o espaço é adequado para a realização de eventos institucionais da Casa.

Localizada entre o Instituto Legislativo Brasileiro e a Secretaria de Assistência Médica e Social, a construção levou em consideração o meio ambiente e a acessibilidade – o espaço tem poucas paredes, assentos preferenciais e rampas. Foi concebido por profissionais da Casa considerando preocupações arquitetônicas compatíveis com o programa Senado Verde, pois associa materiais de baixo custo, como estruturas metálicas e pouca alvenaria, com as técnicas de sustentabilidade ambiental, como o aproveitamento da luz do dia e da ventilação natural, para evitar o uso de ar-condicionado. A praça de alimentação conta com 330 cadeiras distribuídas em 165 mesas e tem média diária de 500 pessoas atendidas presencialmente e 100 pelo serviço de entrega.



Inauguração do Espaço do Servidor  
Arthur Monteiro – Agência Senado



Inauguração do Espaço do Servidor  
Arthur Monteiro – Agência Senado

### **Regulamentação para as reformas em gabinetes parlamentares e apartamentos funcionais**

Nos últimos dois anos, foram realizadas reformas em 29 gabinetes de parlamentares e de lideranças. O objetivo é garantir a integridade física dos espaços e melhorar a disposição física dos ambientes. As reformas atenderam às diretrizes estabelecidas no Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2011, que determina que somente será autorizada uma única reforma em gabinetes parlamentares ou apartamentos funcionais a cada legislatura, por senador.

O Ato da Comissão Diretora ainda atualizou o valor do limite financeiro destinado à reforma dos gabinetes e dos apartamentos. A última atualização havia ocorrido em 2003 e, por isso, o valor foi ajustado para R\$60.908,00. Esse valor é corrigido anualmente pela variação do Índice Nacional da Construção Civil da Fundação Getúlio Vargas. A fixação do limite financeiro visa dar mais transparência aos recursos que são gastos pela Casa.

A construção dos blocos C, D e G da SQS 309 Sul, de propriedade da União, foi concluída em 1971. O antigo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) era o órgão responsável pela administração das obras, que, depois de concluídas, foram cedidas para o Senado Federal.

Desde a sua inauguração, não se realizou nenhuma alteração nos *pilotis* dos blocos. A reforma atual foi iniciativa conjunta da DGER com a Coordenação de Administração de Residências Oficiais do Senado Federal (COARO), responsável por planejar, controlar e executar os trabalhos de manutenção dos edifícios. Iniciou-se em 2012, com processo autuado em 2011, contemplando a troca dos pisos dos blocos, dos revestimentos das paredes das entradas, a reforma das zeladorias, a revitalização dos pilares de mármore, a pintura dos tetos e das áreas internas das zeladorias, a troca de todas as luminárias, a ampliação das entradas sociais e a reforma das entradas de serviço.

Além dos *pilotis* dos blocos C, D e G, na atual gestão foram reformados integralmente 18 apartamentos e parcialmente outros três.

Pilotis dos apartamentos  
funcionais – Antes da reforma



Após a reforma



## **Regulamentação do uso das fachadas externas para divulgação**

Ainda com vistas à preservação do espaço físico do Senado Federal, foram estabelecidas regras que visam ao cuidado na afixação de peças de divulgação nas áreas externas, como painéis, faixas, placas e cartazes.

O Ato da Comissão nº 3, de 2011, estabelece que os processos que envolvam a colocação de qualquer tipo de peça publicitária nas áreas externas do complexo arquitetônico do Senado Federal poderão ser autorizados pelo Presidente do Senado Federal em caráter excepcional, obedecidas duas condições: I - tratar-se da divulgação de eventos ou campanhas de caráter institucional, notadamente os alusivos a datas nacionais; II - houver autorização prévia do Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, nos termos da legislação em vigor.

Com isso, os edifícios do Senado podem se inserir nos movimentos culturais da cidade, desde que a iniciativa esteja de acordo e respeite os padrões de identidade das instalações físicas do complexo.

## **Gestão do acervo imobiliário**

A determinação de providências para melhor gestão do acervo imobiliário sob a administração do Senado Federal fez também com que diversos imóveis fossem devolvidos à Secretaria de Patrimônio da União (SPU) em função de sua ociosidade e da falta de relação com os fins institucionais da Casa.

Em 2012, a Comissão Diretora e o Primeiro Secretário autorizaram a devolução de 13 apartamentos funcionais, situados em diversas quadras do Plano Piloto e de 11 salas comerciais, situadas no Edifício Palácio do Comércio, com vistas a dispensar o Senado de efetuar despesas com a manutenção e a reforma desses imóveis.

## **Prevenção para evitar proliferação de insetos e limpeza das dependências**

A administração manteve os esforços para evitar a proliferação de insetos e roedores nas dependências da Casa. Para manter a segurança nos ambientes do Senado, cumpriu-se cronograma regular de prevenção e limpeza que incluiu dedetização e desratização, assim como limpeza de bueiros, latas de lixo externas e isolamento de frestas e caixas externas.

Foram realizadas visitas da equipe da Gerência de Zoonoses da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, comandada por médico veterinário. Todas as dependências da Casa receberam cuidados para evitar a proliferação de animais nocivos à saúde humana.

A iniciativa contou com a adesão da comunidade do Senado. Medidas recomendadas pela Zoonoses foram seguidas no dia a dia de todos: a manutenção dos ralos dos banheiros fechados; a limpeza das copas, com a retirada do material não utilizado; e o cuidado com restos de alimentos e outros materiais orgânicos mal acondicionados ou descartados sem a devida atenção. Inspeções para coleta de materiais inservíveis e de entulhos também são periodicamente realizadas.

## **Novas estações de trabalho**

O Senado tem procurado propiciar condições ergonômicas condizentes para que seus colaboradores tenham um bom desenvolvimento das atividades laborais. Um das ações nesse sentido foi a troca, a partir de outubro de 2012, das estações de trabalho em 13 gabinetes e uma secretaria. Em 2013, está prevista a troca em mais 18 locais da Casa. O esforço é para tornar o ambiente de trabalho mais compatível, resultando em maior produtividade e eficiência dos servidores.

## **Secretaria de Telecomunicações**

Responsável pela gestão do sistema de telefonia do Senado Federal, a Secretaria de Telecomunicações (STELE) realiza o gerenciamento das linhas diretas e terminais celulares corporativos de servidores e parlamentares do Senado, bem como projeta e controla a execução das instalações realizadas e a realizar no Senado Federal, efetuando a previsão e o controle de serviços de engenharia necessários à instalação, modificação ou expansão das instalações e equipamentos existentes.

Realiza, ainda, a manutenção e o suporte técnico do sistema do Alô Senado. As ações da STELE na gestão do contrato de telefonia fixa estão no capítulo de Orçamento.

## **Secretaria de Patrimônio**

Responsável pelo sistema de patrimônio do Senado Federal, nos últimos dois anos a Secretaria de Patrimônio, além de desenvolver suas atividades regulamentares, participou das visitas técnicas coordenadas pela DGER, tomando as medidas corretivas de sua competência. Adicionalmente, elaborou Termo de Referência para aquisição de sistema informatizado de controle patrimonial e de almoxarifado, cuja licitação está em andamento.

Também instalou estações de trabalho em vários setores do Senado e tem trabalhado na implantação do plano de sinalização da Casa. Com vistas à redução de custos e desperdícios, definiu que as inscrições nas placas metálicas de sinalização sejam contempladas com inscrições substituíveis. Por fim, realizou as especificações de totens utilizados no aeroporto para a distribuição do Jornal do Senado.

## **Secretaria Técnica de Eletrônica**

A Secretaria Técnica de Eletrônica (STEL) tem a missão de zelar pela operação e manutenção de todo o sistema de som e imagem do Senado Federal, e pela guarda e fornecimento de gravações eletrônicas.

A STEL realiza a operação e manutenção do sistema de som das sessões plenárias e das reuniões das comissões do Senado Federal, bem como dos eventos de qualquer natureza, e fornece a cópia das sessões para elaboração das notas taquigráficas.

Em 2011 a STEL coordenou a sonorização ao vivo de 232 sessões plenárias do Senado e do Congresso Nacional; e de 775 sessões realizados nas salas das Comissões, um total de mais de 2.525 horas. Além disso, foram realizados 1.064 eventos com suporte técnico de sonorização e multimídia e outras 21 reuniões realizadas fora do Senado Federal a pedido de presidentes das representações das Comissões.

Em 2012, a STEL trabalhou na sonorização de 245 sessões plenárias e 689 reuniões de Comissões, mais de 2.300 horas. O suporte técnico atendeu 1.093 eventos e outras 19 reuniões realizadas fora do Senado Federal.

ATIVIDADE	2011	2012
SONORIZAÇÃO DO PLENÁRIO	232 SESSÕES	245 SESSÕES
SONORIZAÇÃO DE COMISSÕES	775 REUNIÕES	689 REUNIÕES
SONORIZAÇÃO DE EVENTOS	1.064 EVENTOS	1.093 EVENTOS
REUNIÕES FORA DO SF A PEDIDO DE PRESIDENTES DAS REPRESENTAÇÕES DAS COMISSÕES.	21 REUNIÕES	19 REUNIÕES

Nas atividades de manutenção, especificação, instalação e suporte a eventos do Senado Federal, em 2011 foram registradas 3.303 manutenções preventivas e corretivas de equipamentos e sistemas eletrônicos. Em 2012 o número subiu para 4.102 manutenções. A manutenção envolve os equipamentos eletrônicos do Plenário e das Comissões; os dados do sistema de arquivamento digital multimídia; aparelhos de Mini Disc da Taquigrafia e do CEDOC Multimídia; testes de gravação em MS e os relógios da Casa.

As gravações de áudio da STEL e de vídeo da TV Senado são disponibilizadas para qualquer cidadão no Serviço de Edições e Cópias da Secretaria, responsável também por editar, purificar, duplicar e recuperar o áudio que provém do Plenário e das Comissões. Em 2011, foram registradas 2.931 solicitações, gerando cerca de 4.057 cópias e gravações. Em 2012, foram atendidas 3.920 solicitações, num total de 5.879 cópias e gravações.

Também compete à STEL o armazenamento, arquivamento, preservação e distribuição do conteúdo multimídia em formato digital produzido pela própria Secretaria (áudio) e pelos órgãos de Comunicação Social. Em 2011, essa atividade gerou 9.700 novos documentos no sistema de arquivamento digital. Para garantir a preservação e a recuperação dessa informação, foram realizadas 23.726 descrições de conteúdo. Em 2012, foram realizados 10.206 *ingests* de novos documentos multimídia digitais e 26.440 descrições de conteúdo.







**Orçamento,  
Custos,  
Aquisições e  
Contratos**



# Orçamento, Custos, Aquisições e Contratos

## Ações do Senado Federal

Na Administração Pública, a gestão orçamentária, financeira e de custos é um desafio. Isso se deve tanto às peculiaridades do processo orçamentário quanto aos limites legais em busca de mais transparência e racionalidade na definição dos gastos. No Senado Federal, busca-se a otimização dos patamares de custos, em função da composição do orçamento e dos poucos recursos para investimentos. A Diretoria-Geral procurou, nos últimos anos, racionalizar os procedimentos de compras e contratações, com a finalidade de garantir a economia de recursos e a excelência nos serviços prestados pelo Senado Federal. Trata-se do paradigma da qualidade do gasto: "gastar melhor", em vez de "gastar mais".

### Novo modelo de gestão da frota de veículos

Em 2011, o Senado mudou o modelo de gestão de sua frota de carros. A frota própria foi substituída por uma frota alugada. As principais vantagens da iniciativa foram o redimensionamento da demanda da Casa por transporte interno e a racionalização do uso dos veículos. A mudança na gestão da frota também possibilitou o reaproveitamento de parte do espaço para unidades administrativas do Senado, em face da redução do número de veículos que necessitam de guarda.

O novo modelo foi implementado em três etapas. Na primeira, substituiu-se a frota dos 81 carros dos senadores. Na segunda, substituíram-se os carros de serviço, que atendem às unidades administrativas. Para se desfazer dos veículos próprios, o Senado organizou dois leilões públicos, que renderam R\$2,3 milhões. A terceira etapa, em processo de formalização do contrato e implantação, cuida da locação para veículos da Polícia, da Secretaria-Geral da Mesa e da Diretoria-Geral.

Os ganhos com a alteração de modelo implicaram uma redução de 34% nos gastos, conforme tabela abaixo:

MODELO DE TRANSPORTE	ANTERIOR	ATUAL
Taxa placa de bronze	R\$ 8.393,04	R\$ 9.014,94
Taxa anual de licenciamento de veículos	R\$ 9.368,50	R\$ 194,08
Seguro obrigatório anual	R\$ 21.534,10	R\$ 404,64
Serviços de Terceiros – serviços em oficinas externas	R\$ 43.149,66	R\$ 80.000,00
Seguro Facultativo para frota.	R\$ 91.781,79	R\$ 2.930,00
Aquisição de peças e materiais para manutenção	R\$ 502.100,62	R\$ 0,00
Combustíveis e lubrificantes	R\$ 945.125,30	R\$ 699.401,13
Contratação de mão-de-obra para manutenção	R\$ 3.602.888,76	R\$ 0,00
Contratação de mão-de-obra para condução	R\$ 6.877.277,64	R\$ 0,00
Locação Veículos Senadores	R\$ 0,00	R\$ 1.934.280,00
Serviços de Transporte - Locação Veículos de serviço (com motorista e combustível)	R\$ 0,00	R\$ 4.798.475,52
Contrat. de mão-de-obra para lavagem e abastecimento	R\$ 0,00	R\$ 233.060,16
Locação Veículos polícia	R\$ 0,00	R\$ 190.950,00
<b>VALOR</b>	<b>R\$ 12.101.619,41</b>	<b>R\$ 7.948.710,47</b>
<b>ECONOMIA ANUAL</b>		<b>- R\$ 4.152.908,94</b>
O novo modelo está inserido nas ações de sustentabilidade ambiental, visto que os veículos têm maior eficiência energética e usam biocombustíveis.		

## Economia nos gastos de energia elétrica

O Senado Federal é um grande consumidor, e, por isso, pode negociar com a Companhia Energética de Brasília (CEB) cotas mensais e anuais de demanda por energia. No caso de se ultrapassar a cota, pagam-se tarifas a título de "ultrapassagem de demanda". Antigamente, era comum o pagamento dessa tarifa. Hoje, paga-se apenas o previsto como margem de oscilação de uso. Essa racionalização permitiu economias significativas nos gastos com energia e reflete os esforços de unificação da medição de consumo capacitados pela Secretaria de Engenharia, que conseguiu redefinir a carga de utilização de energia elétrica pelo Senado e, ainda, diminuir o número de contratos vigentes com a CEB.

Contas de energia elétrica (CEB) a título de "ultrapassagem de demanda"						
PERÍODO	Meses	Total pago	Média mensal	Projeção anual	Economia anual	Redução
		R\$	R\$	R\$		
Jan/10 a Dez/10	12	906.827	75.569	906.827	-	-
		R\$	R\$	R\$	R\$	
Jan/11 a Out/11	10	397.143	39.714	476.571	430.256	47%
		R\$	R\$	R\$	R\$	
Nov/11 a Set/12	11	34.521	R\$ 3.138	37.659	869.168	96%

O dado de economia limita-se exclusivamente à tarifa de ultrapassagem, que é o sobrepreço cobrado quando consumo medido fica acima das estimativas do consumidor.

## Contratos de telefonia

Em 2012, foi possível desativar 106 linhas telefônicas de emergência instaladas nos gabinetes parlamentares, Mesa e outros órgãos, gerando a economia mensal com assinatura básica de R\$6,8 milhões e anual de R\$81 milhões. Essa desativação foi possível graças aos ganhos de confiabilidade do PABX no decorrer dos últimos anos de operação.

A contratação de empresa para atualização de versão do PABX, aquisição de ramais IP, com aparelhos telefônicos fixos, e de interface, para disponibilização de ramais IP em smartphones, desktops e notebooks por meio de pregão foi exemplo de ganho para o Senado Federal e modernização da Casa, em face de novas tecnologias.

Adicionalmente, conforme quadro abaixo, a revisão periódica dos contratos de telefonia permitiu que o Senado fizesse uso da competição no mercado a seu favor. Por meio dos novos contratos, foi possível melhorar a qualidade e o preço dos serviços praticados.

TELEFONIA FIXA	ORIGINÁRIO	5º TA - 2012	REDUÇÃO
Brasil Telecom - CT 047/2010	6.725.767,92	4.494.775,30	
<b>ECONOMIA ANUAL</b>		<b>2.230.992,62</b>	<b>-33%</b>

INTERLIGAÇÃO TELEFÔNICA BLOCOS 309	CT 001/2007	CT 089/2012	REDUÇÃO
Brasil Telecom	80.074,68	38.943,05	
<b>ECONOMIA ANUAL</b>		<b>41.131,63</b>	<b>-51%</b>

TELEFONIA MÓVEL	ANTERIOR	ATUAL	REDUÇÃO
VIVO - CT 082/2012 (VALOR ANUALIZADO)	2.396.320,20		
TIM - 101/2012 (VALOR ANUALIZADO)	1.472.401,56		
BRASIL TELECOM - CT 133/2012		1.581.163,44	
<b>TOTAL</b>	<b>3.868.721,76</b>	<b>1.581.163,44</b>	
<b>ECONOMIA ANUAL</b>		<b>2.287.558,32</b>	<b>- 59,13%</b>

LIGAÇÃO DO PABX PARA CELULAR	ANTERIOR	LICITADO	REDUÇÃO
Vivo	5.629.616,88		
Oi		4.377.616,12	
<b>ECONOMIA ANUAL</b>		<b>1.252.000,76</b>	<b>-22%</b>

## Contratação dos brigadistas

Trata-se de contrato de prestação de serviços de bombeiro civil, controle de pânico e de abandono de edificações, primeiros socorros e desenvolvimento e implantação de política de segurança contra incêndio para atuação no Edifício Principal, Edifício Anexo I e Edifício Anexo II - Blocos "A", "B" e "C" do Senado Federal.

O contrato abrange a cobertura da área construída do Senado Federal, incluindo Prodasen e Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Para tanto, a empresa vencedora da licitação alocou 56 combatentes, 4 líderes e 1 mestre supervisor. A quantidade de brigadistas foi definida a partir de critérios técnicos predeterminados, de acordo com a lei, inclusive levando em consideração o fato de circularem pelo Senado, diariamente, aproximadamente 11 mil pessoas. Além disso, esta Casa é guardiã de acervo institucional, histórico e cultural, parte integrante da memória do País.



Brigadistas circulam nas dependências do Senado.

Clara Araújo – Diretoria-Geral

A adequação do Senado Federal às normas relacionadas à prevenção de incêndio era uma necessidade que passou a ser atendida a partir desta contratação.

### Contratos de manutenção de extintores de incêndio e levantamento do patrimônio para contratação de seguro

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção de 1.537 extintores de incêndio de propriedade do Senado Federal, compreendendo a descarga, recarga, teste hidrostático, eventuais substituições de peças e acessórios, pintura e demais serviços destinados ao seu perfeito funcionamento.

MANUTENÇÃO DE EXTINTORES			
CONTRATOS	ANTERIOR	ATUAL	REDUÇÃO
DF EXTINTORES - CT 72/2008	R\$ 71.193,65		
COMANDO EXTINTOR - CT 120/2012		R\$ 43.950,00	
<b>ECONOMIA ANUAL</b>		<b>R\$ 27.243,65</b>	<b>-38%</b>

Houve também a formação de grupo de trabalho intersetorial responsável por emitir relatório acerca da necessidade de contratação de seguro contra incêndio do Complexo Arquitetônico do Senado. O grupo concluiu relatório sugerindo a tomada de medidas preventivas pela Casa.

### Contratos de manutenção de *no-breaks*

A remodelação dos contratos de manutenção de *no-breaks*, sistemas de fornecimento emergencial de energia elétrica, foi marco para a gestão de contratos de manutenção no Senado. A partir deste contrato, passou-se a adotar Acordos de Nível de Serviço com as empresas contratadas, em vez de contratos de risco de caráter emergencial. Assim, paga-se efetivamente apenas pelos serviços prestados e manutenções qualificadas, e não por manutenções preventivas que poderiam implicar riscos de operação para a empresa contratada e para o próprio Senado. A meta é que em cinco anos todos os contratos assinados pelo Senado usem acordos de nível de serviço.

Manutenção de <i>no-breaks</i>			
CONTRATOS	ANTERIOR	ATUAL	REDUÇÃO
Leistung - 135/2007 - 4º TA	626.727,72		
Ada Engenharia - 27/2012 (somente serviços, média dos 7 primeiros meses)		451.588,08	
<b>ECONOMIA ANUAL</b>		<b>175.139,64</b>	<b>-28%</b>

### Aquisições para a Gestão do Sistema de Informática

- CT/20110150. Objeto: Switches com portas PoE.

O objetivo desta contratação é ampliar a quantidade de portas de acesso à rede de computadores do Senado Federal, com tecnologia para a transmissão de dados e energia elétrica pelo mesmo meio físico, suportando não apenas a adição de estações de trabalho (microcomputadores) à rede, mas também a conexão de outros dispositivos de comunicação compatíveis, como câmeras de vídeo, telefones e pontos de acesso para redes sem fio.

Espera-se adequar a infraestrutura da rede local do Senado Federal mediante a incorporação de tecnologias que permitirão a conexão de diversos dispositivos à rede, necessários à expansão de serviços em operação e à implantação de novas aplicações multimídia, englobando dados, voz e vídeo.

Além disso, a adoção da tecnologia que permite transmitir energia pelo mesmo cabo onde trafegam dados permite reduzir a demanda e a instalação de tomadas elétricas para a alimentação de dispositivos conectados à rede.

- CT/20110137. Objeto: Novo Robô.

Fornecimento de fitoteca automatizada

- CT/20110085 . Objeto: *Appliance* para filtro de acesso.

A aquisição de uma solução integrada de *software* e *hardware* (*appliance*) de segurança de WEB com alta disponibilidade para o Senado Federal justifica-se em função da necessidade de ampliar a capacidade do sistema de antivírus de filtragem e bloqueio de *malwares*, *spams*, *links* suspeitos e outros programas maliciosos.

- CT/20120086. Objeto: Rede sem fio

Fornecimento de solução de controladores, pontos de acesso e gerenciamento para rede sem fio — *hardware*, *software*, *firmware* — incluindo, também, serviços de instalação, assistência e suporte técnico local e remoto com manutenção e substituição de peças e componentes pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses – sendo 12 meses de garantia de fábrica e 36 (trinta e seis) meses de garantia estendida – estando inclusas as atualizações de versões, revisões e distribuições, e correções dos programas e treinamento.

Justifica-se pela necessidade de adequar e ampliar as possibilidades de acesso à rede local do Senado, com a incorporação de tecnologias que permitirão a conexão de diversos dispositivos portáteis móveis à rede, atendendo a demandas já identificadas dentro do contexto de tecnologia da informação.

- RP/20120087. Objeto: Microcomputadores.

Aquisição de 3.654 microcomputadores do tipo Estação de Trabalho Padrão, contemplando serviços de instalação, garantia de funcionamento de 36 meses, sendo 12 meses de garantia de fábrica e 24 meses de garantia estendida, com prestação de serviços de assistência técnica por meio de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas e originais para a Secretaria Especial de Informática do Senado Federal.

## **RFID para os livros da Biblioteca**

O processo consistiu na realização de pregão, em 2012, tendo por objeto a aquisição de uma solução contendo equipamentos, serviços, material de consumo e treinamento relacionados à tecnologia RFID (identificação por radiofrequência) para o controle e a rastreabilidade de parte do acervo da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho do Senado Federal.

## **Contrato de impressão (*outsourcing*)**

Este projeto, desenvolvido pelo Prodasen e com impacto para todo o Senado, visa ao fornecimento de serviço de impressão, cópia, digitalização, com acesso via rede local, compreendendo a cessão de direito de uso de até

1.625 equipamentos novos e pagamento por página impressa, com franquia mensal, em substituição ao modelo proprietário.

Representou o fim da necessidade de aquisição de *tonner* e cartuchos de impressão diretamente pelo Senado, bem como o fim dos contratos de manutenção de impressoras e outros custos agregados da gestão do modelo proprietário. A partir de então, pode-se realizar acordos de nível de serviço com as empresas prestadoras.

Suprimentos para Impressoras			
Contrato	Anterior	Atual	Redução
Diversas Atas de Registro de Preços	<b>R\$ 6.111.584,98</b>		
ARP 19/2013		<b>R\$ 2.876.148,00</b>	
			<b>- R\$ 3.235.436,98</b>
			<b>-52,94%</b>

## Gestão Informatizada de Patrimônio e Almoxarifado do Senado (SPALM)

O processo trata do fornecimento de solução para a Gestão Informatizada de Patrimônio e Almoxarifado do Senado Federal com aplicativo e respectiva licença de uso por tempo indeterminado, além de serviços técnicos de instalação; treinamento técnico; operação assistida; garantia; e suporte técnico pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses.

Um sistema de gestão patrimonial adequado permitirá melhor acompanhamento do patrimônio e gestão integrada do material pelo Senado. Com isso, as demonstrações contábeis da instituição passarão a trazer informações relevantes sobre a evolução patrimonial da Casa, bem como investimentos em equipamentos e depreciação de bens materiais. Além disso, o controle de estoques e dos pontos de deflagração de aquisições será mais eficaz.

## Inovação ao elaborar a proposta orçamentária

A Diretoria-Geral inovou ao remodelar o processo de elaboração da proposta orçamentária de 2013.

O Escritório de Governança, em conjunto com a Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade racionalizou o processo de estimativa de despesas com novos projetos, cruzando informações com as diversas unidades envolvidas e identificando iniciativas redundantes que pudessem ser agrupadas. As despesas continuadas foram estimadas por meio do trabalho de acompanhamento da execução orçamentária. Isso fez com que a proposta consolidada do Senado se tornasse mais enxuta e aderente à realidade, em comparação com os anos anteriores.

## Orçamento do Senado sem perda de recursos e sem desperdícios

Em 2012, o Senado gastou com pessoal menos da metade do limite autorizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Foram executados 0,386% da Receita Corrente Líquida, enquanto o limite máximo era de 0,86 %.

As despesas com pessoal são divididas em:

- Pessoal ativo, que são os servidores que estão em atividade, os que operam a organização;

- Inativos, que são os aposentados; e
- Pensionistas, que são os que recebem pensão de ex-servidores falecidos.

Analisando a composição do orçamento global do Senado observa-se que a despesa direta com pessoal ativo representou 40% desse orçamento. Ao somar os encargos previdenciários – 9% – e o pagamento de inativos e pensionistas – 36% – a participação total de pessoal atinge 85% do orçamento da Casa. Contudo, aproximadamente metade dos gastos com pessoal destinou-se à remuneração de pessoal ativo.

A atividade legislativa e as atividades que a suportam são essencialmente focadas em conhecimento e informação sendo, portanto, as pessoas o principal ativo da organização. Este fato justifica o investimento nos colaboradores como principal item do orçamento.

<i>Desdobramento das despesas de pessoal do Senado em 2012<sup>(1)</sup></i>	
Orçamento total do Senado <sup>(2)</sup> :	R\$ 3,4 bilhões
Pessoal ativo sem encargos:	R\$ 1,4bi = 40 % do orçamento
Encargos:	R\$ 0,3bi = 9% do orçamento
Inativos, pensionistas:	R\$ 1,2bi = 36 % do orçamento
Total bruto de pessoal:	R\$ 2,9bi = 85% do orçamento
Adequações da Lei:	menos R\$ 0,5bi= 14% do orçamento
Total líquido de pessoal (com adequações da Lei)	R\$ 2,4bi = 71 % do orçamento

Nota 1: Diferenças de até 1% decorrem de arredondamentos em reais.

Nota 2: Valor empenhado

O orçamento do Senado possui baixo grau de flexibilidade nos gastos: 2% do orçamento refere-se a investimentos, enquanto 15% diz respeito a outras despesas correntes. Diante dessa realidade, que é comum aos demais órgãos da Administração Pública, foi imperativo que a Diretoria-Geral adotasse medidas com vistas a mudanças incrementais.

Assim, a gestão de compras, contratações e obras, mesmo representando parte pequena do orçamento, com predominância do grupo de despesa "outras despesas correntes", é estratégica no sentido de promover melhorias na qualidade do gasto público. (Ver última seção deste capítulo.)

O orçamento do Senado usa recursos de cinco programas:

- 1) 0551 – Atuação Legislativa do Senado Federal
- 2) 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União
- 3) 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
- 4) 0906 – Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)
- 5) 0910 – Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais

O Senado apresentou eficiência de 95% e 96% na execução orçamentária de 2012 e 2011, respectivamente, conforme apresentado nos quadros a seguir.

Programa (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago	Percentual de Execução (Pago/Autorizado)
0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	928.250.547	1.129.485.547	1.128.046.049	1.128.046.049	1.127.873.061	100%
0551 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	2.412.666.454	2.211.431.454	2.137.527.667	2.076.784.334	2.074.717.053	94%
0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	25.000	25.000	22.920	22.920	22.920	92%
0906 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	4.038.800	2.406.105	1.303.569	1.303.569	1.303.569	54%
0910 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	261.500	261.500	205.999	205.999	205.999	79%
<b>TOTAL</b>	<b>3.345.242.301</b>	<b>3.343.609.606</b>	<b>3.267.106.203</b>	<b>3.206.362.871</b>	<b>3.204.122.601</b>	<b>96%</b>

Execução orçamentária de 2011, por programas

Programa (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago	Percentual de Execução (Pago/Autorizado)
0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	1.041.200.000	1.215.838.251	1.215.437.890	1.215.437.890	1.215.338.457	100%
0551 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	2.286.537.083	2.269.612.860	2.158.883.918	2.105.348.336	2.104.395.961	93%
0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	26.425	26.425	26.425	26.425	26.425	100%
0906 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	2.217.375	2.217.375	387.954	387.954	387.954	17%
0909 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	23.370.304	8.600.000	8.600.000	0	0	0%
0910 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	306.500	306.500	231.035	231.035	231.035	75%
<b>TOTAL</b>	<b>3.353.657.687</b>	<b>3.496.601.411</b>	<b>3.383.567.222</b>	<b>3.321.431.640</b>	<b>3.320.379.832</b>	<b>95%</b>

Execução orçamentária de 2012, por programas

## Programa Atuação Legislativa: atividades centrais do Senado Federal

O Programa Atuação Legislativa concentrou, em 2011 e em 2012, aproximadamente 2/3 do orçamento. É o programa finalístico do Senado Federal, representando a razão de ser desta Instituição.

### Execução do Programa Atuação Legislativa

Ele engloba:

- As despesas com processo legislativo;
- A produção e a distribuição gráfica de documentos Legislativos;
- O pagamento de pessoal ativo e encargos sociais;
- Contratação de novos servidores efetivos;
- Projetos com vistas à integração com os legislativos estaduais e a sociedade em geral, por meio do Interlegis;
- A implantação do Legislativo eletrônico (e-Legislativo);
- Tecnologia e gestão dos sistemas de informática;

- A capacitação de recursos humanos;
- A divulgação institucional;
- Os projetos voltados para a melhoria da infraestrutura; e
- Outras ações imprescindíveis ao desenvolvimento das atividades do Senado Federal.

Ações do Programa	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago
PROCESSO LEGISLATIVO - NACIONAL -	299.202.275	269.282.855	234.250.241	201.243.223	200.734.106
PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE DOCUMENTOS LEGISLATIVOS - NACIONAL	26.161.725	23.545.725	18.055.684	16.368.525	15.958.817
CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS - NACIONAL	228.169.466	232.383.783	224.932.165	224.932.165	224.932.165
PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO - NACIONAL -	1.455.563.913	1.429.648.759	1.429.546.593	1.429.546.593	1.429.520.159
INTERLEGIS II - IMPLEMENTAÇÃO DO LEGISLATIVO ELETRÔNICO (E-LEGISLATIVO) - NACIONAL	9.393.300	9.393.300	1.774.997	1.283.365	1.283.365
GESTÃO DO SISTEMA DE INFORMÁTICA - NACIONAL -	46.600.000	41.940.000	29.344.749	20.411.553	20.411.553
REDE DE INTEGRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LEGISLATIVA - INTERLEGIS - NACIONAL	2.609.250	2.087.400	202.044	2.044	2.044
TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO EM CONHECIMENTOS LEGISLATIVOS - NACIONAL	1.075.650	1.290.780	1.234.245	1.234.245	1.234.245
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - NACIONAL -	2.151.300	2.581.560	2.530.390	2.448.674	2.448.674
COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL - NACIONAL -	49.994.000	65.870.460	41.999.190	34.163.803	34.163.790
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	105.260.920	115.760.920	113.994.379	112.694.905	112.687.802
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	55.815.084	55.470.084	55.421.371	55.421.371	55.421.371

Execução do Programa  
Atuação Legislativa em 2012

ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	4.534.200	5.627.620	5.597.870	5.597.870	5.597.870
INTERLEGIS II - IMPLEMENTAÇÃO DO LEGISLATIVO ELETRÔNICO (E-LEGISLATIVO) - EM BRASÍLIA - DF	0	333.333	0	0	0
CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELEVISÕES E RÁDIOS LEGISLATIVAS - ASTRAL - NACIONAL	6.000	6.000	0	0	0
	<b>2.286.537.083</b>	<b>2.269.612.860</b>	<b>2.158.883.918</b>	<b>2.105.348.336</b>	<b>2.104.395.961</b>

## Convênios, acordos e intercâmbios

A assinatura de acordos de cooperação técnica entre duas organizações independentes é demonstração objetiva do amadurecimento institucional em que se encontram. Trata-se de exemplo direto à sociedade de que a melhor forma de se multiplicar é compartilhando recursos.

Entre os diversos acordos, convênios e termos assinados com instituições nos últimos anos, destacam-se os celebrados com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Universidade de Brasília (UnB).

### Acordo de cooperação técnica para intercâmbio e desenvolvimento de projetos com o IPEA

Em 2011, o Senado e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) firmaram o acordo de cooperação técnica para intercâmbio e desenvolvimento de projetos, estudos e pesquisas sobre temas nacionais.

O documento prevê a realização de estudos e pesquisas sobre temas acordados, o intercâmbio de pesquisadores do Ipea e de consultores legislativos do Senado, bem como a troca de informações sobre estudos e pesquisas realizados pelos participantes, a organização de seminários, conferências, palestras e outras reuniões de interesse mútuo e edições conjuntas de publicações. O acordo tem validade de dois anos, podendo ser prorrogado por mais dois.

O acordo estipula as atividades conjuntas das instituições, que são:

- 1) Realização e promoção de estudos e pesquisas sobre temas acordados;
- 2) Promoção de intercâmbio de pesquisadores do Ipea e de consultores legislativos do Senado Federal, bem como intercâmbio de informações sobre estudos e pesquisas realizadas pelos participantes;
- 3) Organização de seminários, conferências, palestras e outras reuniões de interesse mútuo;
- 4) Edições conjuntas de publicações;
- 5) Troca de informações e publicações produzidas pelas partes.

**Exemplos de outros contratos de cooperação e intercâmbio firmados no último biênio.**

Convênios de cooperação técnica e intercâmbio (2011-2012)	
DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM.	Estabelecer a cooperação técnico-científica, cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum entre o SENADO FEDERAL/ILB e o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	Estabelecer cooperação técnico-científica e cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesses comuns entre o SENADO/ILB e a UNISUL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA.	Cooperação técnico-científica e cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum, entre o SENADO FEDERAL/ILB e o MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - TJDF.	Estabelecer a cooperação técnico-científica e cultural, o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades de interesse comum entre o SENADO FEDERAL/ILB e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE.	Mútua cooperação técnica para a produção, co-produção, cessão, exibição, permuta e/ou comodato de produtos técnicos, educativos, científicos e culturais e de outros conteúdos de interesse público, em formato televisivo, de rádio e de informação jornalística impressa ou eletrônica.
CÂMARA DOS DEPUTADOS - CD.	Estruturação e o funcionamento de rede de relacionamento entre o SENADO FEDERAL, CÂMARA DOS DEPUTADOS e o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, compreendendo o

	<p>intercâmbio de informações, a cooperação técnico-científica, a articulação de esforços, a formação de parceria estratégica e a definição de diretrizes comuns, por meio do estabelecimento de compromissos e ações conjuntas, bem como viabilizar o apoio a ações de atendimento aos cidadãos no âmbito das Ouvidorias de cada um dos partícipes.</p>
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ	<p>Estabelecer a cooperação técnica e científica entre os partícipes, com vistas ao desenvolvimento de programas, projetos e atividades no campo da pesquisa, ensino, desenvolvimento tecnológico, produção e difusão de informação técnica, científica e legislativa em matéria de saúde entre o SENADO FEDERAL e a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ.</p>
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - SC.	<p>Estabelecer a cooperação técnica e o intercâmbio de dados, informações e conhecimentos, visando ao aprimoramento do processo decisório de planejamento, gestão, avaliação e controle na administração pública, bem como a ampliação do acesso ao orçamento público e sua visibilidade para o controle e a participação social, mediante a implementação de ações de interesse comum entre o SENADO FEDERAL e o Governo de Estado de Santa Catarina - SC.</p>
GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO - MA.	<p>Estabelecer a cooperação técnica e o intercâmbio de dados, informações e conhecimentos, visando ao aprimoramento do processo decisório de planejamento, gestão, avaliação e controle na administração pública, bem como a ampliação do acesso ao orçamento público e sua visibilidade para o controle e a participação social, mediante a implementação de ações de interesse comum entre o SENADO FEDERAL e o Governo de Estado do Maranhão - MA.</p>
GRUPO BRASILEIRO PARLAMENTO LATINO-AMERICANO	<p>Proporcionar a CONVENIENTE, mediante contribuição corrente do SENADO FEDERAL, recursos para aplicação em despesas de custeio e subvenções necessárias a manter contatos pessoais entre seus membros e os dos demais Parlamentos, a fim de incentivar, numa ação comum, a colaboração de todos os países, assim como no sentido de fortalecer e desenvolver as instituições democráticas, como de promover a paz e a cooperação entre os povos.</p>
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MPOG.	<p>Cooperação dos partícipes na implementação e manutenção na base do Portal LexML - Brasil das informações contidas no Sistema de Pesquisa de Legislação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - CONLEGIS.</p>
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ	<p>Cooperação dos partícipes na integração e atualização de informações de bases de dados do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ - no portal LexML Brasil, rede de informações jurídicas e legislativa do Brasil, que tem por finalidade</p>

	<p>unificar, organizar e facilitar o acesso às informações descritivas de legislação, jurisprudência, doutrina e proposições legislativas de órgãos da administração pública federal, estadual e municipal.</p>
<p>TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU.</p>	<p>Estabelecer um sistema de cooperação entre o Tribunal de Contas da União - TCU - e os veículos de comunicação do SENADO FEDERAL, notadamente Agência Senado de Notícias, Rádio Senado e TV Senado, visando à divulgação de informações de interesse público, dentro de padrão de qualidade técnica e linha editorial de responsabilidade de cada instituição.</p>
<p>TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TC-DF.</p>	<p>Cooperação dos partícipes na integração e atualização de informações de bases de dados da Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - e o Tribunal de Contas do Distrito Federal, no Portal LexML - Brasil, rede de informações jurídica e legislativas com a finalidade de unificar, organizar e facilitar o acesso às informações descritivas de legislação, jurisprudência, doutrina e proposições legislativas de órgãos da administração pública federal, estadual e municipal.</p>
<p>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - TJDFT.</p>	<p>Cooperação dos partícipes na integração e atualização de informações de bases de dados do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - TJDFT - no Portal LexML Brasil, rede de informações jurídica e legislativa que tem por finalidade unificar, organizar e facilitar o acesso às informações descritivas de legislação, jurisprudência, doutrina e proposições legislativas de órgãos da administração pública federal, estadual e municipal.</p>

## Comitê de Avaliação Interna de Custos

O Ato do Presidente nº 10, de 2012, criou o Comitê de Avaliação Interna de Custos do Senado Federal, com vistas a desenvolver e implementar estrutura de apuração e controle de custos.

Seguindo as diretrizes do Governo Federal, o Sistema de Custos no âmbito do Senado operacionaliza-se por meio da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade (SAFIN).

### Comparativo das Despesas Anuais – Outras Despesas Correntes

É importante registrar os reflexos financeiros das ações adotadas, comparativamente, nos anos de 2010 a 2012, a fim de demonstrar a evolução dos gastos com contratações de serviços e aquisições correlatas. Os dados foram extraídos do SIAFI, com o lançamento das Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) em seus respectivos anos de competência. As outras despesas correntes representam 15% do orçamento do Senado.

Verifica-se a ocorrência de crescimento percentual menor que a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – para 2011 e 2012. Isso significa que os gastos reduziram-se em termos reais com o passar dos anos. São as marcações em azul na tabela.

Em outros casos, verifica-se a ocorrência de variação negativa. Isso denota clara redução de gastos tanto em termos reais quanto em termos nominais. São as marcações em vermelho na tabela.

Algumas ações de reformulação dos projetos de contratação tiveram início em 2010 e foram concluídas em 2011. Outros projetos, como o de manutenção elétrica, tiveram a licitação concluída, mas sofreram supressão de aproximadamente 24% dos postos de trabalho no ato da contratação.

A maioria das propostas de reformulação, todavia, teve início em 2011 e só se efetivou entre maio e dezembro de 2012. Portanto, colheram-se apenas parcialmente as vantagens de sua implantação ainda no ano de 2012, mas refletirão integralmente o benefício estimado no ano de 2013.

São exemplos: o novo modelo de transportes, que só começou a ter reflexos positivos em maio de 2012, com a implantação do serviço administrativo de transportes e extinção dos de condução e manutenção da frota; e a telefonia móvel e ligações de PABX para móvel, com efeitos a partir de dezembro de 2012.

De outro lado, o contrato de brigadistas, para cumprimento da legislação, decorreu de licitação que tramitava desde 2009 (Processo nº 004836/09-0), mas só entrou em vigor no final de setembro de 2012, aumentando a despesa no mesmo ano. Já a economia projetada com o serviço de impressão (*outsourcing*) incidirá integralmente no corrente exercício, pois só será implementada em 2013.

Registre-se, por fim, que o INPC acumulado no ano de 2010, que serviu de base para os reajustes contratuais em 2011, foi de 6,47%, enquanto o crescimento das outras despesas correntes foi de 4,10% em 2011. Em termos reais, isso significa que houve decréscimo de 2,37%.

Já em 2012, a despesa cresceu 1,10% em relação a 2011, enquanto que o INPC acumulado no ano foi de 6,08%. Em termos reais, isso significa que houve decréscimo 4,98%. Observa-se que o pequeno crescimento absoluto nas outras despesas correntes entre 2011 e 2012 denota melhoria na

qualidade dos dispêndios sem que fosse necessário adotar cortes globais ou lineares.

O crescimento de 5,2% da despesa em relação a 2010 é bem inferior ao acumulado do INPC de 2010 e 2011, que foi de 12,94%. Isso significa que ocorreu, em relação a 2010, uma redução real 7,74% nos gastos em outras despesas correntes do Senado, o que significa economia de R\$18.236.760,99 (dezoito milhões duzentos e trinta e seis mil setecentos e sessenta reais e noventa e nove centavos). Portanto, resta evidenciada a melhoria dos gastos com contratos do Senado Federal nos últimos dois anos, em face de ações de gestão.

NATUREZA DA DESPESA DE TALHADA	2010	2011	2012	Variação percentual 2011/2010	Variação percentual 2011/2012	Variação percentual 2010/2012
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL - TERCEIRIZAÇÃO	R\$ 69.436.388,41	R\$ 74.651.999,54	R\$ 79.167.643,84			
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL - TERCEIRIZAÇÃO (DEA)	R\$ 432.235,23	R\$ 4.298.982,29				
<b>SUBTOTAL OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL - TERCEIRIZAÇÃO</b>	<b>R\$ 69.868.623,64</b>	<b>R\$ 78.951.981,83</b>	<b>R\$ 79.167.643,84</b>	<b>13,00%</b>	<b>0,27%</b>	<b>13,31%</b>
APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	R\$ 30.816.833,06	R\$ 38.594.148,39	R\$ 37.042.772,20			
LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA (DEA - APOIO ADM., TÍC. E OPERAC.)	R\$ 132.498,45	R\$ 1.321.782,05				
<b>SUBTOTAL APOIO ADM., TÍC. E OPERAC.</b>	<b>R\$ 30.949.331,51</b>	<b>R\$ 39.916.930,44</b>	<b>R\$ 37.042.772,20</b>	<b>28,98%</b>	<b>-7,20%</b>	<b>19,69%</b>
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	R\$ 17.160.185,42	R\$ 17.105.544,13	R\$ 17.799.630,22	-0,30%	4,03%	3,73%
VIGILÂNCIA OSTENSIVA	R\$ 11.788.989,10	R\$ 12.388.096,35	R\$ 13.609.089,36	5,08%	9,86%	15,44%
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMOVEIS	R\$ 13.896.113,43	R\$ 13.756.621,93	R\$ 16.741.449,68	-1,00%	21,70%	20,48%
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS	R\$ 3.062.916,30	R\$ 3.551.246,80	R\$ 1.598.222,54	16,01%	-55,02%	-47,32%
BRIGADA DE INCÊNDIO			R\$ 1.253.837,92			Novo
ASSINATURAS DE PERIÓDICOS	R\$ 1.271.588,05	R\$ 816.707,48	R\$ 953.297,62	-35,77%	16,72%	-25,03%
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	R\$ 278.159,19	R\$ 361.677,46	R\$ 1.868.359,58	30,03%	416,58%	571,69%
MANUTENÇÃO DE SOFTWARE	R\$ 3.107.783,00	R\$ 4.816.990,42	R\$ 3.477.250,20	55,00%	-27,81%	11,69%
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	R\$ 298.736,46	R\$ 271.583,95	R\$ 668.383,78	-8,42%	144,31%	123,74%
LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	R\$ 7.039.834,89	R\$ 4.961.136,26	R\$ 4.789.841,09	-29,53%	-3,45%	-31,96%
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	R\$ 4.155.800,69	R\$ 2.958.172,86	R\$ 2.722.678,92	-28,75%	-7,99%	-34,48%
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	R\$ 56.434,10	R\$ 121.568,52	R\$ 12.584,61	123,34%	-89,65%	-76,88%
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS	R\$ 5.786.240,68	R\$ 6.067.735,41	R\$ 6.001.064,78	4,86%	-1,10%	3,71%
SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	R\$ 11.469.859,42	R\$ 10.213.494,90	R\$ 10.553.134,53	-10,95%	3,33%	-7,59%
SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	R\$ 3.169.113,03	R\$ 2.616.250,00	R\$ 3.627.083,33	-17,45%	38,64%	14,45%
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	R\$ 132.463,43	R\$ 81.242,39	R\$ 92.349,47	-38,67%	13,67%	-30,28%
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	R\$ 11.934.783,04	R\$ 9.111.239,52	R\$ 11.203.561,65	-23,64%	22,96%	-6,13%
SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	R\$ 824.818,53	R\$ 447.187,46	R\$ 1.019.518,86	-45,71%	127,98%	23,41%
SERVIÇOS TÉCNICOS PROF. DE T.I.	R\$ 578.083,06	R\$ 180.380,00	R\$ 247.294,36	-68,80%	37,10%	-57,22%
SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	R\$ 17.673.461,58	R\$ 14.519.914,00	R\$ 13.054.420,48	-17,84%	-10,09%	-26,14%
SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	R\$ 1.364.607,32	R\$ 1.513.125,76	R\$ 913.700,62	10,88%	-39,62%	-33,94%
FRETES E TRANSP. DE ENCOMENDAS	R\$ 1.495.286,27	R\$ 201.403,90	R\$ 391.685,72	-86,44%	93,52%	-73,11%
HOSPEDAGENS	R\$ 328.283,65	R\$ 111.154,30	R\$ 234.643,83	-66,14%	111,10%	-28,32%
SERVIÇOS DE CÓPIAS E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS	R\$ 1.537.929,63	R\$ 1.211.911,38	R\$ 996.006,24	-21,20%	-17,82%	-35,24%
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	R\$ 2.659.786,27	R\$ 3.727.235,70	R\$ 3.456.964,42	40,13%	-7,25%	29,57%
COMUNICAÇÃO DE DADOS	R\$ 22.341,50	R\$ 1.161.022,61	R\$ 1.550.139,96	5105,66%	33,29%	6838,39%
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	R\$ 299.074,40	R\$ 1.768.817,49	R\$ 570.457,86	491,76%	-67,77%	90,74%
SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	R\$ 1.788.874,24	R\$ 185.075,27		-89,65%	-100,00%	-100,00%
<b>TOTAL OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>R\$ 223.997.491,83</b>	<b>R\$ 233.108.443,52</b>	<b>R\$ 235.617.067,67</b>	<b>4,07%</b>	<b>1,08%</b>	<b>5,19%</b>

Evolução das Outras Despesas Correntes em 2011 e 2012



# Outros Projetos Iniciados





# Outros Projetos Iniciados

Este capítulo traz projetos que ainda estão em fase inicial. Porém, espera-se que eles gerem, em breve, resultados muito positivos para a Casa.

## Ações do Senado Federal

### Gestão Informatizada de Documentos Arquivísticos do Senado Federal –SIGAD-SF

A solução para a Gestão Informatizada de Documentos Arquivísticos do Senado Federal – SIGAD-SF – dotará a Casa de uma infraestrutura capaz de tratar os documentos eletrônicos produzidos e tramitados nos processos de trabalho em toda a cadeia. O SIGAD-SF atuará desde a origem dos documentos eletrônicos até a sua preservação para fins arquivísticos.

Com isso, esperam-se os seguintes benefícios:

- Garantir o rastreamento dos documentos arquivísticos produzidos e recebidos pelo Senado Federal ao longo do tempo;
- Assegurar que o Senado Federal esteja em conformidade com a legislação arquivística;
- Assegurar a preservação e a admissibilidade jurídica dos documentos arquivísticos produzidos e recebidos pelo Senado Federal ao longo do tempo;
- Prover meios para a racionalização dos processos de trabalho do Senado Federal nas áreas administrativa e legislativa pela implantação de mecanismos que viabilizem o uso de processos eletrônicos;
- Dotar o Senado Federal de solução integrada de gestão de documentos, alinhada às tecnologias modernas de GED, ECM e à ciência arquivística;
- Padronizar e centralizar o controle, a confiabilidade, a preservação e o acesso a documentos arquivísticos digitais;
- Racionalizar e permitir a atualização de segmentos da infraestrutura de Tecnologia da Informação do Senado Federal (TI);
- Reduzir o consumo de papel e outros materiais consumíveis.

O projeto de implantação do SIGAD-SF está previsto para ocorrer em fases, com a consequente consecução de metas parciais. A primeira fase desse projeto possibilitará a substituição do atual sistema de controle de processos físicos do Senado Federal – Sistema CAD. O término da implantação do SIGAD-SF terá como marco o suporte ao processo eletrônico em todas as vertentes de funcionamento da organização – áreas legislativa, administrativa e parlamentar.

### Escola de Gestão

Programa de desenvolvimento de gestores e líderes, a ser implementado pelo ILB, baseado em *workshops* temáticos, cursos *on-line* e presenciais, atividades práticas de gerência de projeto com acompanhamento do Escritório de Governança e sessões mensais individuais de *coaching*.

O curso, projetado para um total de 80 horas de aula, terá como público-alvo os servidores efetivos dos diversos setores da Casa, com formação superior e aptidão para a gestão de projetos.

Busca dar início à implantação de um processo de educação corporativa regular, planejada e continuada, de forma a contribuir para a promoção da motivação, da qualidade de vida e do clima organizacional, em conformidade com a agenda estratégica do Senado Federal.

A primeira turma da Escola de Gestão está programada para ser aberta no início do segundo semestre de 2013 – o processo seletivo será realizado no primeiro semestre.

## **Novas nomeações**

Pretende-se nomear, em 2013, mais 300 candidatos aprovados no concurso público do Senado Federal realizado em 2012.

## **Constituição Cidadã**

Em dezembro de 2012, o Presidente do Senado Federal aprovou, por meio do Ato nº 39/2012, a criação de grupo de trabalho, sob a supervisão da Diretoria-Geral, com a finalidade de propor, organizar, desenvolver, executar e promover calendário de comemorações para celebrar os 25 anos da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988.

Trata-se de circunstância favorável para informar a sociedade sobre a importância do trabalho do Legislativo brasileiro, ao longo de 190 anos do Estado Nacional Brasileiro.

Está prevista para outubro de 2013 a abertura da exposição “Constituições Brasileiras”, que apresentará síntese da história política do Brasil, desde a independência até os dias de hoje, tendo por fio condutor as diversas Constituições do País, culminando na Constituição Cidadã, marco jurídico-político da nova ordem estabelecida com o fim do período autoritário. O catálogo da exposição trará texto explicativo, acompanhado de fotos, recortes de jornal e imagens que exemplificam o momento vivido pela sociedade brasileira durante o período de promulgação e vigência de cada Constituição.

A agenda 2013 do Senado Federal faz uma retrospectiva dos principais acontecimentos relativos à convocação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1985, até a promulgação da Constituição Cidadã, em 1988.

Outros eventos e atividades comemorativas estão sendo avaliados pelo grupo de trabalho para serem desenvolvidos durante o ano de 2013.

## **Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – FUNPRESP**

As Emendas Constitucionais nºs 20, de 1998, e 41, de 2003, autorizaram a União a aplicar o limite máximo do Regime Geral de Previdência Social (R\$ 4.159,00), ao valor das aposentadorias e pensões dos servidores efetivos da União, dos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União, desde que lhes fosse instituído regime de previdência complementar, conforme lei de iniciativa do Poder Executivo da União, por meio de entidades fechadas de previdência.

O Projeto de Lei nº 1.992, de 2007, autorizava a criação de entidade fechada de previdência complementar denominada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – FUNPRESP, que iria gerir a previdência complementar dos três Poderes da União, segundo o critério estrito

da modalidade de Contribuição Definida. Ocorre que a Câmara dos Deputados introduziu alterações tais como: a divisão da FUNPRESP em três entidades, uma para cada Poder da União, permitindo, porém, a reunião de dois ou mais Poderes; e a previsão de cobertura de benefícios não programados de invalidez e morte. A matéria veio ao Senado Federal como PLC nº 2, de 2012. Aprovado e sancionado, converteu-se na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012.

Em observância aos arts. 31 e 32 da Lei nº 12.618, de 2012, que fixaram prazo de 180 dias para a criação da FUNPRESP-LEG, sob pena de caracterização de ato de improbidade, as Diretorias-Gerais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e o Secretário-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União firmaram o Ato Conjunto nº 1, de 27 de junho de 2012, que instituiu Grupo Interinstitucional destinado a elaborar os estudos técnicos necessários para cumprir as determinações da referida Lei no âmbito do Poder Legislativo. A conclusão foi que o perfil dos servidores do Poder Legislativo, que ordinariamente atrai servidores públicos de outros Poderes, indicava a necessidade de uma entidade única para gerir os Planos do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

Os representantes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União participaram, juntamente com os representantes do Ministério Público da União e do Supremo Tribunal Federal, de reuniões semanais para discussão do Estatuto e do Plano de Benefícios do Poder Executivo Federal, que se estenderam até o mês de dezembro de 2012. O Regulamento do Plano de Benefícios do Poder Executivo foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da FUNPRESP-EXE na reunião ordinária do dia 11 de janeiro de 2013 e enviado ao órgão fiscalizador, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, no dia 16 de janeiro de 2013. Tão logo seja publicada a aprovação, todos os novos servidores públicos federais estarão submetidos ao teto das contribuições previdenciárias. Estima-se que essa publicação ocorra até a primeira quinzena de fevereiro.

Encontra-se em fase de aprovação o Regulamento de Benefícios dos Servidores do Legislativo, o qual, convergindo com o do Executivo, contempla contribuições dos servidores que se filiarem ao fundo de 7,5%, 8% ou 8,5%, a sua escolha, e contrapartida da União, na mesma proporção. São assegurados os benefícios de aposentadoria voluntária, conforme o volume de reservas individuais acumuladas, bem como eventos de invalidez e morte. O sistema complementar destina-se essencialmente aos novos servidores, mas é facultada a adesão de servidores antigos, seja mediante filiação na modalidade de participante ativo, mediante opção de que trata o § 16 do art. 40 da Constituição, com contrapartida da União, seja na condição de investidor, hipótese em que não há contribuição da União (a exemplo de um plano adquirido nas entidades abertas de previdência privada). Aplicam-se ainda os benefícios tributários decorrentes incidentes exclusivamente sobre as próprias contribuições.

## **Disponibilização Integral das Publicações Oficiais**

A digitalização das publicações oficiais garante maior transparência e mais publicidade aos atos produzidos no Senado. Em breve, o conteúdo digitalizado será integralmente publicado na internet.

Em relação ao Diário do Congresso Nacional, hoje, já estão disponíveis as publicações de 2001 a 2012 e, no futuro, poderão ser acessados os conteúdos do período de 1909 a 2000.

Quanto ao Diário do Senado Federal, estão sendo digitalizadas as publicações de 1884 a 1953, uma vez que já estão disponíveis os conteúdos de 1954 a 2012.







**SENADO FEDERAL  
SECRETARIA ESPECIAL  
DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES**

DIRETOR

**Florian Augusto Coutinho Madruga**

DIRETOR ADJUNTO

**André Luiz Rodrigues Santana**

DIRETOR DA SUBSECRETARIA INDUSTRIAL

**José Farias Maranhão**

DIRETOR DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SUPRIMENTO  
DE MATÉRIAS-PRIMAS E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

**Luiz Carlos da Costa**

DIRETORA DA SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

**Anna Maria de Lucena Rodrigues**

DIRETOR DA SUBSECRETARIA DE ANAIS

**Fernando Antônio Nunes Reis**